

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Mariana Corrêa de Azevedo

POR MIM OU PELOS OUTROS?
RELAÇÕES DE GÊNERO E PODER
EM FAMÍLIAS CURITIBANAS DE CAMADAS MÉDIAS

Curitiba

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Mariana Corrêa de Azevedo

POR MIM OU PELOS OUTROS?
RELACIONES DE GÊNERO E PODER
EM FAMÍLIAS CURITIBANAS DE CAMADAS MÉDIAS

Trabalho entregue para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a Dr^a Miram Adelman

Curitiba
2011

“Mamãe, promete que vai terminar esse trabalho logo?”

Para Francisco, que num instante completa cinco intensos anos de experiência.

*Espero que as suas lutas difíceis de identidade e autonomia sejam mais simples do que as
nossas.*

*Este trabalho se propõe a isto por duas vias: por mim, certamente; e pelo objeto que busca
compreender.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente aos meus *entrevistados*, por gentilmente abrirem suas casas, suas vidas e suas caixas pretas, para que eu pudesse me debruçar sobre elas.

À minha *família*, que me socializou, me inspirou à temática e me ajudou concretamente a realizar esta tarefa que às vezes (muitas) parecia maior do que eu.

À minha mãe, *Daysi*, – este trabalho é sem dúvidas inspirado nas suas lutas internas entre ser indivíduo ou ser família.

Ao meu pai, *Henrique*, agora sexagenário. Hoje, num olhar cuidadoso, observo suas lutas com a inefável dificuldade de demonstrar amor, esse domínio ou delírio feminino.

À minha irmã mais velha, na nossa divergência convergente ou convergência divergente, *Renata*. Por dividir comigo, dentre outras angústias, essa nova experiência de família, numa co-maternidade, descentrando este papel duro e maravilhoso de ser mãe.

À minha irmã do meio, *Paula*, por mostrar que a liberdade é possível.

À minha orientadora, *Miriam Adelman*, por se permitir mostrar tão humana quanto eu e por ter me guiado sutilmente a ter da coragem.

À professora *Marlene Tamanini*, que me assistiu no primeiro ano do Mestrado, quando eu estava “órfã”.

Ao meu eterno ex-marido, *Alexandre*, nessa intensa e impassável relação de amor e ódio, sempre me provocando a compreender os gêneros.

Ao meu *atual amor*, que não me pertence pois está sempre ao lado da solidão.

Ao meu melhor amigo perdido, *Adriano*, pelas nossas conversas simmelianas, das quais sinto falta mais do que quase tudo.

Às minhas companheiras de filhos, *Cátia* e *Soledad*, pela assistência eventual e por me ajudarem a compreender o que esta tarefa significa.

Às minhas amigas de profissão e colegas de trabalho, por acolherem minha loucura e sempre me provocarem à reflexão. Todas estas mulheres: *Adriana*, *Izabel*, *Joyce* e *Samara*.

À minha analista, *Marilza*, por não dizer nada e permitir que eu escute tudo. E também por humanamente acreditar em mim.

Às outras mulheres da minha vida: as amigas *Aline* e *Larissa*, e minha madrinha *Lília*.

À CAPES/CNPq pelos 24 meses de bolsa. À *Gabi Becker* pela transcrição das entrevistas.

Aos demais *professores*, *familiares*, *amigos* e *transeuntes* que estiveram de algum modo comigo nesta empreitada.

Em verdade, não é de uma lei da natureza que se trata. É a diferença de suas situações que se reflete na concepção que o homem e a mulher têm do amor. O indivíduo que é sujeito, que é ele mesmo, tendo o gosto generoso da transcendência, esforça-se por ampliar seu domínio sobre o mundo: é ambicioso, age. Mas um ser inessencial não pode descobrir o absoluto no coração de sua subjetividade. Um ser votado à imanência não pode realizar-se em atos. Encerrada na esfera do relativo, destinada ao macho desde a infância, habituada a ver nele um soberano a quem não lhe é dado igualar-se, a mulher que não sufocou sua reivindicação de ser humano sonhará em ultrapassar-se para um desses seres superiores, em unir-se, confundir-se com o sujeito soberano. Não há para ela outra saída senão perder-se de corpo e alma em quem lhe designam como o absoluto, o essencial. Como de qualquer maneira se acha condenada à dependência, a obedecer a tiranos – pais, marido, protetor –, prefere servir a um deus; escolhe querer tão ardorosamente sua escravidão que esta se apresentará a ela como a expressão de sua liberdade; ela se esforçará por superar sua condição de objeto inessencial assumindo-a radicalmente; através de sua carne, de seus sentimentos, de suas condutas exaltará soberanamente o amado, pô-lo-á como a realidade e o valor supremos; aniquilar-se-á diante dele. O amor para ela torna-se uma religião.

Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo*, A experiência vivida.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é compreender as relações familiares vinculadas à diferenciação da experiência familiar através de uma perspectiva de gênero. A pesquisa realizada abarca o estudo de duas famílias heteronormativas de camadas médias com um arranjo hegemônico de convivência, através de entrevistas individuais com seus membros. Os objetivos específicos são a compreensão da manutenção do vínculo conjugal de longo prazo; da relação parental com a autonomia crescente dos filhos; e o estatuto da família para os seus membros. Observou-se que as relações de gênero e geração nestas famílias passam por questionamentos que levam a uma maior democratização da família, mas ainda se mantêm evidentes representações tradicionais e hierárquicas.

Palavras-chave: família, relações de gênero e diferenciação da experiência familiar.

ABSTRACT

The objective of this study is to understand family relationships linked to the differentiation of the family experiences through a gender perspective. The research includes the study of two middle-class heteronormative families with a hegemonic arrangement of living together through interviews with its members. The specific objectives are to understand the maintenance of long-term marital bond; the parental relationship with the growing autonomy of children; and family status for its members. It was observed that the relations of gender and generation in these families go through questions that lead to greater democratization of the family but are still evident traditional and hierarchical representations.

Key-words: family, gender relations and differentiation of family experiences.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p.09
I. FAMÍLIA, SEXUALIDADE E RELAÇÕES DE GÊNERO	p.16
1. Família moderna e reestruturação da intimidade	p.17
2. Sexualidade, poder e divisão sexual do trabalho	p.23
3. Parceria igualitária no Brasil contemporâneo: tensões e dilemas	p.32
II. ABORDAGENS DA PESQUISA	p.45
1. Perspectiva de gênero: a “diferenciação da experiência familiar”	p.45
2. Algumas considerações sobre a criatividade sociológica	p.53
3. Caminhos da pesquisa	p.56
III. CONJUGALIDADE, CONFLITO E MANUTENÇÃO	p.65
1. Narrativas simultâneas sobre história do casamento	p.65
2. “Fase negra”: divergências e manutenção do casamento	p.71
3. Divisão (sexual) de tarefas no ambiente doméstico	p.77
IV. AUTONOMIA DOS FILHOS E ESTATUTO DA FAMÍLIA	p.89
1. Controle social e sexual dos filhos: somos mesmo “liberais”?	p.89
2. O “filho favorito”: sentimento de desigualdade de amor	p.102
3. A “síndrome do ninho vazio”	p.106
4. Família: fragmentação ou segurança?	p.113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	p.120
REFERÊNCIAS	p.125

INTRODUÇÃO

O tema geral deste trabalho é a família contemporânea heteronormativa, com arranjo hegemônico de convivência, ou seja, casamento de longa duração com filhos coabitantes. Antes de explicitarmos adequadamente nosso objeto e nossos objetivos, julgamos importante sinalizar o tema de modo mais abrangente. Muito se diz sobre a família hoje, de diferentes e antagônicas perspectivas. Há certo alarde, com o qual não compartilhamos, de que a família estaria vivendo uma crise tão profunda que sua estrutura estaria para sempre abalada de modo irreversível. Este exemplo de pânico moral está de alguma maneira relacionado com a constatação de que a família é hoje, mais do que para as gerações anteriores, uma “arena de negociação” ou um “conceito em disputa” – o que nos levaria finalmente a admitir que não existe “a família”, mas uma diversidade de arranjos familiares com os quais os sujeitos lideram suas vidas, diante de suas expectativas e possibilidades.

É evidente que não poderíamos neste instante elencar ou fazer um prognóstico de todas as peças neste jogo de xadrez de perspectivas acerca da vida familiar contemporânea. Contudo, podemos listar duas querelas mais específicas que parecem dar conta de inserir nosso tema em sua própria atualidade. A primeira é uma querela na Educação, quando se coloca dentre os educadores um discurso bastante homogêneo sobre as “famílias desestruturadas”¹, que caracterizariam um derradeiro problema social. Acredito através de minhas próprias sondagens que neste comboio entrem todos os tipos de arranjos familiares que estão fora da idealizada família conjugal: pais separados, mulheres solteiras, filhos criados por avós, etc. Sem desmerecer os atuais desafios que são vividos a duras penas na instituição escola, pode-se perceber certo conservadorismo entre esses profissionais, o qual estou evidentemente generalizando para os propósitos desta introdução.

Este discurso evidencia o poder de uma estrutura simbólica, que não é possivelmente nunca foi estatisticamente dominante, como a família da grande maioria da população ocidental ou brasileira. Como indicam estatísticas recentes, o percentual de famílias formadas por casais sem filhos entre 1999 e 2009 na população brasileira aumentou de aproximadamente 13% para 17%. No mesmo período os domicílios formados por casais com filhos caem de 55% para 47% (IBGE, 2010). Esta “família hegemônica” ou “intacta” parece

¹ Tive inúmeras oportunidade de apreender este discurso através do trabalho como coordenadora de cursos numa ONG chamada Projeto Não-Violência, cujo público é formado essencialmente por professores e professoras de escolas públicas e particulares dos Ensinos Fundamental e Médio, Curitiba e Região Metropolitana. Para um maior detalhamento deste trabalho, ver: <www.naoviencia.org.br>

seguir os mesmos caminhos dos pressupostos foucaultianos para entender a relação entre a sexualidade normal e as sexualidades periféricas. Só se produz normalidade em antagonismo com a anormalidade.

A segunda querela é condensada no âmbito do Direito. Vivemos no Brasil uma série de disputas judiciais que balançam a estrutura desta família modelar; as quais acabam de culminar na legalização da União Estável entre casais do mesmo sexo, pelo Superior em maio deste ano. Ainda é muito cedo para avaliar a consecução e os efeitos desta vitória ao direito de diversidade, severamente contestada por outras instâncias, como as bancadas cristã e evangélica do Congresso Nacional. Esta disputa sintetiza batalhas mais antigas no que diz respeito ao terreno da conjugalidade e parentalidade entre gays, lésbicas e transgêneros. Esse é um forte indicativo de que assim como o instituto da heterossexualidade compulsória, a família tem sido efetivamente um terreno de disputa e ressignificação de padrões sócio-culturais.

A ideia de que passamos por um período de “crise familiar” já é relativamente antiga e data no mínimo dos anos 1980 como apontado pelas análises da norte-americana Barrie Thorne (1982) ou da brasileira Mariza Corrêa (1982); forjada também pelos movimentos sociais feministas e diagnosticada pela pesquisa feminista. Já fariam mais de trinta anos que a instituição careceria de suposta solidez, pelo menos da maneira como é representada mais ampla e desavisadamente, como sugerem as leis de aprovação do divórcio – no Brasil em 1977. Para alguns sociólogos contemporâneos, isso reflete transições substantivas dentro das engrenagens da modernidade ou da pós-modernidade. A família, a sexualidade e as relações de gênero são o palco silencioso de uma profunda revolução nos nossos modos de pensar, sentir e agir, motores individuais da vida social desde a invenção da sociologia.

Estas transformações não poderiam deixar de ser catalisadores de mudanças na teoria e na forma de se produzir conhecimento nas ciências sociais. As mudanças nos “objetos” produzem profundos deslocamentos em nossas categorias analíticas, movimento que não poderia ser diferente, embora muitas vezes retardatário. A emergência de uma perspectiva de gênero/feminista é crucial neste deslocamento, uma vez que coloca em crise a fixidez dos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres – como nos funcionalismos que desistoricizam a família, ignorando as relações de poder que lhe são subjacentes. Torna-se então uma tarefa mais complexa definir “família” hoje. Ela se auto-promove uma instituição social densa, novamente, uma “arena de negociação”.

Este trabalho discute, através do estudo de duas famílias específicas, entendidas como casos particulares numa teia maior, as relações de gênero e poder produzidas através da diferenciação da experiência entre os seus membros. O modelo eleito como objeto, é justamente o que podemos chamar de “família hegemônica” heteronormativa uma vez que ela possui um potencial simbólico de assim se legitimar – não somente através de si mesma, mas pela sua relação com outras instituições. Contudo, nosso enfoque é no universo intra-familiar, de modo que usamos uma espécie de microscópio sociológico. Tratamos aqui de dois casos representativos da família nuclear, conjugal, consanguínea, heterossexual, de classe média, cujo vínculo conjugal é de longa data, sem a existência anterior de rearranjos, cujos filhos são coabitantes, e em idade universitária – no sentido de poderem ser entrevistados em pé de igualdade. Tomo aqui a idéia de “camadas médias” no sentido de não fazer uma referência direta a sua situação econômica, mas sim a um conjunto de valores ou um *ethos* que a organiza, como sugerido por Tania Salem (2007). Nos pautamos por entrevistas individuais com cada um destes membros procurando conhecer suas histórias e experiências.

Elegemos a ferramenta “diferenciação da experiência familiar” (THORNE: 1982) como central ao nosso trabalho de análise, absorvendo os arrebatamentos feministas para a compreensão da família. Pensando também nas revisões em curso dos paradigmas da produção do conhecimento científico, enfatizo que utilizo no corpo do trabalho as discussões conceituais e metodológicas de uma maneira mais heterodoxa, livre e intuitiva, buscando não tomar o rigor pela rigidez. Tentamos, na medida do possível e dentro das limitações de uma etapa pessoal e profissional, reconstruir a experiência destes homens e mulheres, adultos e jovens, olhando “de perto” para este objeto muito “próximo”, buscando espremer quais são os seus significados e suas hierarquias socialmente construídas, individualmente refletidas e renegociadas.

Nossa escolha foi carinhosamente apelidada de “objeto careta” por uma das debatedoras de um Congresso de gênero². Atualmente pesquisadores e pesquisadoras tem se debruçado em compreender os “novos” arranjos de famílias. Contudo, os “velhos” arranjos ainda mantêm alguma vitalidade simbólica, embora mais do que nunca questionada. Por isso nos referenciamos ao nosso modelo de família como tendo um arranjo hegemônico de convivência, do ponto de vista simbólico. Numa “sociedade divorciada”, como aponta Giddens (1993), como estão os casados? Esta parece ser uma boa questão a ser explorada.

² A debatedora em questão era a antropóloga da UNB, André Souza Lobo, no sugestivo Simpósio Temático “Refletindo sobre contornos de maternidades e paternidades não-hegemônicas” do Congresso Internacional Fazendo Gênero 9 (UFSC/2010).

Para tal reflexão acerca das mudanças produzidas na família e nas relações de gênero ocorrida especialmente em meados do século XX no mundo ocidental, dedicamos alguma revisão acerca dos padrões culturais de casamento e família, passando pela emergência do sentimento e democratização da vida íntima; e pelo questionamento de possibilidades identitárias vividas neste cenário pela reinserção das mulheres no espaço público, pela contracepção feminina e pela resignificação do estatuto da maternidade.

O principal objetivo do trabalho é compreender através de uma perspectiva de gênero estas relações vinculadas à diferenciação da experiência familiar, em dois universos familiares específicos. Este objetivo geral é atingido através de dois desdobramentos. O primeiro deles é a compreensão da conjugalidade e sua manutenção. O segundo é a relação dos pais com a crescente autonomia dos filhos jovens, que se expressa de maneira mais evidente quando o tema é a sexualidade dos segundos. Ainda buscamos explorar o estatuto da família dentre os agentes pesquisados, espremendo os significados atribuídos à instituição.

Gostaria também de explicitar brevemente a trajetória que me trouxe até aqui. Cursei a Graduação em Ciências Sociais no período de 2003 a 2008, sem participar ativa e continuamente de qualquer grupo de estudos, de modo que não comecei neste momento a minha “especialização”, tão indispensável neste nosso setor. Embora sempre tenha me interessado pelas temáticas derivadas do estudo das relações de gêneros, ao final do curso, me deparei em meio a um grave desespero identitário. Optei por fazer um trabalho monográfico sobre as relações entre a psicanálise tardia, elegendo alguns textos do pessimismo cultural de Freud, e a Teoria Crítica da chamada Escola de Frankfurt³. Em particular, alguns textos ácidos de Adorno sobre o esclarecimento e a racionalidade ocidentais. Este trabalho, da forma como vejo agora, foi motivado por três questões: a extrema curiosidade por conhecer melhor o que era a tão falada “psicanálise”, o que era afinal fazer “ciência” e pensar uma revisão desta complexa relação entre os indivíduos e a sociedade que os cerca, ou entre a sociedade e os indivíduos que a compõe.

Evidente que este eterno dilema da sociologia está também presente nas discussões que me proponho a fazer aqui, pensando sobre a família. Realmente não sei se fui bem sucedida ao tentar equilibrar esta equação, mas de toda a forma, aproveito para salientar que é uma das minhas maiores inquietações. Porém, quando na monografia trabalhei com um objeto “teórico”, se é que é possível dizer isso, me afastei de qualquer encorajamento para fazer

³ O título do trabalho: *Esclarecimento, pessimismo cultural e natureza decaída: a fundamentação psicanalítica da crítica da Razão em Theodor W. Adorno* (AZEVEDO, 2008).

pesquisa de campo. E na deriva que fiquei após receber meu diploma de cientista social, decidi subitamente entrar para o processo seletivo do Mestrado em Sociologia, no qual ingressei em 2009. Na busca de um objeto, guiada por muitas incertezas e as inquietações citadas, foi sentada na sala de espera de um consultório, que folheando uma Revista Veja me deparei com a seguinte passagem:

Assistimos hoje a um acontecimento que talvez não tenha precedente na história, que é a dissolução do grupo familiar. Pela primeira vez a instituição familiar está desaparecendo, e as consequências são imprevisíveis. Fico surpreso que os sociólogos e antropólogos não se interessem muito por esse fenômeno. (MELMAN, 2008)

O trecho em questão é parte de uma entrevista com o psicanalista francês Charles Melman, discípulo direto de Lacan, provocando cientistas sociais a se debruçarem sobre a “instituição familiar”. Hoje percebo muito facilmente que o senhor Melman se refere a um tipo muito específico de família, derivado dos instrumentos psicanalíticos de leitura do mundo. A típica “família edípica” é possível que esteja se fragmentando em meio a arranjos mais “flexíveis e plurais”, mas não acredito – assim como muitos pesquisadores e pesquisadoras – que estejamos vivendo o fim da família.

Gostaria ainda de me posicionar, ou me “objetivar”, como alguém que também tem uma família. Creio que a eleição do objeto está informada de duas maneiras por este aspecto pessoal de minha vida. Por um lado, no sentido de desconstruir o imaginário de que a família “normal” é um ambiente refratário ao conflito e às relações de poder. Isto no sentido de ter passado toda a infância e a adolescência em meio ao casamento tempestuoso, porém nunca desfeito de meus pais. Por outro lado, porque eu mesma beiro a faixa etária das “mães adolescentes”, tendo engravidado no final da graduação e sentindo este gosto do “desvio” que trajetórias socialmente entendidas como não convencionais provocam à nossa existência diária. Estas são, portanto, as minhas motivações pessoais na realização deste trabalho, que foram se descortinando aos poucos durante o processo de estudo e pesquisa, que se feito cuidadosamente, suponho que leva também a níveis maiores de auto-compreensão.

O primeiro capítulo do trabalho, intitulado *Família, sexualidade e relações de gênero* insere a família em uma perspectiva histórica e sociológica. Ele inicia com uma revisão da construção da família conjugal burguesa e suas ideologias circundantes, como o amor romântico e o afeto materno – ou seja, inserindo a família moderna como uma construção do meio social ocidental. Expandimos esta discussão para pensar também a reestruturação da intimidade através da democratização dos vínculos amorosos e familiares especialmente na

segunda metade do século XX, tomando cuidado para salientar as especificidades da sociedade brasileira e as limitações dos modelos teóricos desenvolvidos para pensar o mundo euro-americano. Na sequência exploramos a sexualidade e a divisão sexual do trabalho, entendendo as disposições geradas pela heteronormatividade em sua relação com o universo familiar. Depois elegemos alguns eixos pelos quais a vida familiar e as relações de gênero se orientam na sociedade brasileira, expondo primeiramente o momento de consolidação da classe média no país, e o aumento das possibilidades de ação vividas em especial pelas mulheres, em três ângulos inter-relacionados: educação e inserção na esfera pública, contracepção feminina e novos significados da maternidade. Por último exploramos alguns resultados de outras pesquisadoras que também pensaram casamento e vida familiar no Brasil contemporâneo. No quadro geral, o capítulo enfatiza o que encontramos nos universos pesquisados: que embora estejamos diante de possibilidades emancipadoras de reestruturação da vida íntima e de renegociação dos papéis tradicionalmente atribuídos para homens e mulheres na família heteronormativa, ainda estão presentes tensões e dilemas para a implementação de parcerias igualitárias.

No segundo capítulo, *Abordagens da pesquisa*, explicitamos nossa metodologia na consecução da pesquisa de campo. A primeira seção expande a discussão de gênero, lançando as bases do debate de gênero/feminista no século XX, clarificando o que compreendemos por estas relações. Na sequência elucidamos qual é a especificidade de tal olhar para a família, lançando nossa principal ferramenta de análise: a “diferenciação da experiência familiar” – como instrumento de explicitação dos conflitos e relações de poder existentes entre homens e mulheres e entre pais e filhos, gênero e geração. O segundo módulo do capítulo metodológico enfoca a matriz interpretativa utilizada nas pesquisas de caráter qualitativo, em defesa de um conhecimento sociológico que versa acima de tudo sobre as teias de significados experimentadas pelos agentes pesquisados em suas vidas cotidianas. Por último explicitamos do modo mais honesto possível toda a trajetória da realização da pesquisa: indicando por quais vias entramos em contato com os entrevistados; de que modo estes processos foram vividos pelo sujeito da pesquisa; quais as questões que balizaram as conversas realizadas; e as limitações inerentes encontradas na arte da pesquisa.

O terceiro capítulo versa sobre *Conjugalidade, conflito e manutenção*, explorando as entrevistas realizadas, contemplando o objetivo específico de compreender a manutenção do vínculo do casal de longa duração e seus pressupostos assentados sobre representações de gênero. Este capítulo foi separado em três seções, ou eixos temáticos, que nos ajudam a analisar os diversos aspectos envolvidos na manutenção da família. O primeiro deles investiga

a construção do casamento, e o ideal do casamento, através das narrativas de esposas e maridos – apresentando a história das famílias estudadas. O segundo eixo versa sobre os conflitos enfrentados pelo casal e as estratégias de resolução dos mesmos, entendendo que as tarefas na casa, os filhos e a divergência subjetiva são as causas principais de desencontro entre homens e mulheres. Por fim, visitamos justamente a divisão do trabalho na casa e na família e como se articulam as experiências de homens, mulheres e seus filhos neste terreno, responsável por um sem número de tensões interpessoais e representações de gênero e geração, a meio caminho entre a igualdade e a hierarquia.

No quarto e último capítulo, cujo título é *Autonomia dos filhos e estatuto da família*, deslocamos a análise para as relações entre pais e filhos e entre os irmãos. Num primeiro momento procuramos explorar o objetivo de compreender a relação dos pais com a crescente autonomia dos filhos jovens. Esta meta é avaliada por três eixos temáticos, sendo o primeiro deles sobre o controle social e sexual realizados sobre estes últimos dentro da família, indicando uma série de tabus vividos no terreno da sexualidade e a manutenção do duplo padrão, embora sujeita a críticas. O segundo eixo versa mais especificamente sobre as relações conflituosas entre os irmãos, e o sentimento de desigualdade no tratamento dado pelos pais – abordado pela perspectiva de todos os membros. O terceiro tema explorado no último capítulo do trabalho é a “síndrome do ninho vazio” encarnada em uma das famílias da amostra, quando da saída de uma filha para constituir seu próprio núcleo familiar, indicando os sentimentos e conflitos experimentados de forma mais aguda pela mãe, ao sentir a perda da estabilidade familiar na maturidade. O último objetivo específico a ser investigado neste mesmo capítulo é a compreensão do estatuto da família para os seus membros, visitando os ideais de segurança gerados pela família de classe média e a intimidade como espaço privilegiado de sentido na vida dos entrevistados. Neste tópico, podemos analisar também o temor pela fragmentação da família, interligada com o movimento de autonomia dos filhos, e explorar a “ambiguidade sociológica da família” – entre a individualização dos seus membros em seus projetos e aspirações pessoais e a solidariedade com o núcleo, tema que dá título ao trabalho, indicando esta tensão inerente de ser a família “por mim ou pelos outros”, ou um aspecto particular do dilema fundante da sociologia.

I. FAMÍLIA, SEXUALIDADE E RELAÇÕES DE GÊNERO

Da perspectiva das ciências sociais já é um fato consumado que a família é um objeto histórico e não evidentemente um dado natural embasado numa função reprodutiva e de parentesco. Assim, quando nos referimos à família estamos falando da família na modernidade e na contemporaneidade, com suas particularidades históricas. A finalidade deste capítulo é situar objetivamente o universo pesquisado – duas famílias heterossexuais com um arranjo hegemônico de convivência – indicando que apesar da muito argumentada existência de parcerias mais democráticas na dimensão da vida íntima dos sujeitos contemporâneos, ainda podemos notar uma clara tensão entre tal democratização e a reprodução de padrões hierárquicos de relacionamentos interpessoais na família, entrecortados por estruturas de gênero e geração.

Assim, mudanças objetivas ocorridas especialmente no século XX produziram uma espécie de revolução silenciosa e incompleta nos nossos modos de ser. Como aponta por exemplo o sociólogo britânico Jeffrey Weeks (2007), a intimidade é um tema que entra pela porta dos fundos da teoria social. Mas, ao fazer um balanço de sua própria carreira como pesquisador da vida sexual, íntima e familiar, estas não são mais questões periféricas como eram na década de 1970. Pensando na conjuntura pós-1945 como o marco deste ingresso, o autor indica que o Estado de Bem Estar Social, a pílula, a emancipação de mulheres e gays, a globalização, o consumismo e o individualismo, mudanças nos padrões de família, bem como novas formas de viver a intimidade compõem este quadro.

Elegemos alguns destes processos sociais como importantes para uma discussão introdutória – ao mesmo tempo histórica e sociológica – para pensarmos a família heterossexual de camadas médias que nos interessa como principal tema da pesquisa. Em primeiro lugar exploraremos a emergência da ideologia da família conjugal e burguesa, ancorada na dimensão afetiva e repensando este modelo para a noção de “reestruturação da intimidade” no século XX, que tende a levar a uma democratização da vida íntima embora não sem muitas contradições nesta direção. Na sequência exploraremos a dimensão da sexualidade e a disposição de poderes definidores e restritivos das identidades de gênero e da divisão sexual do trabalho em sua relação com a família contemporânea. A última seção visa um histórico da modernização brasileira e a formação da classe média no país, indicando o aumento do escopo de possibilidades vividas especialmente por mulheres de camadas médias a partir da década de 1960, nos seguintes eixos: educação e inserção na esfera pública;

contracepção; e novos significados da maternidade. Encerramos o capítulo com a apresentação de duas pesquisas exemplares realizadas num contexto similar ao de nosso objeto, que indicam justamente os dilemas da implementação de parcerias igualitárias.

1. Família moderna e reestruturação da intimidade

Visitando fontes que se remetem a transição do antigo Regime na França, o historiador Edward Shorter (1975) nos ajuda a pensar a emergência do individualismo e da família moderna que passa a ser objeto do conhecimento sociológico. De acordo com as suas definições, a formação desta família estaria ligada a três processos concomitantes, com tendência a se universalizarem no Ocidente. Seriam eles o surto de amor romântico, a domesticidade familiar e a ternura maternal. Da perspectiva da história social, o autor argumenta que a grande transformação na família que se opera na passagem da sociedade tradicional para a sociedade moderna é feita na dimensão do sentimento.

A família teria se separado das instâncias tradicionais como a parentela, a comunidade e a tradição, guardada agora por “altas muralhas de privacidade” (SHORTER, 1975, p.9). O fator sentimento teria desalojado a família tradicional em três tempos: o namoro fundado no amor romântico passa a substituir a propriedade pela felicidade individual na conjugalidade; a relação mãe/filho se modifica, uma vez que o bebê ocupa uma nova prioridade a ser assegurada pelo amor materno; e a criação de uma linha limítrofe entre a família e a comunidade circundante, uma vez que a família tradicional era muito mais uma unidade produtiva do que uma unidade emocional. Assim, no âmago desta transformação está o enfraquecimento dos laços externos e a fortalecimentos dos laços internos:

Os laços com o mundo exterior enfraqueceram e os laços que ligavam os membros da família uns aos outros reforçavam-se. Foi erigido um escudo de privacidade para proteger a intimidade do lar da intrusão de estranhos. E a família nuclear moderna nasceu no abrigo da domesticidade. Deste modo se infundiu sentimento numa série de relações familiares. O afeto e a inclinação, o amor e a compreensão passaram a tomar o lugar de considerações “instrumentais” na regulação da conduta dos membros da família uns para com os outros. Os esposos e os filhos passaram a ser apreciados pelo que eram e não por aquilo que representavam ou eram capazes de fazer. É essa a essência do “sentimento”. (SHORTER, 1975, p.11)

Esta passagem explica bem a revolução operada na formação da família nuclear, amparada fortemente na ideologia do amor romântico, que emerge no século XIX, abrindo as vias da comunicação e da afetividade entre esposos e filhos.

Uma das surpresas da modernização da família, como aponta Shorter, é o crescimento das taxas de divórcio, inexistente nas sociedades tradicionais. Esta nova instabilidade – cada

vez mais normalizada, como apontaremos adiante – seria resultado da substituição da propriedade pelo sentimento no vínculo homem/mulher. Por terem suas raízes no inconsciente, amor e afeto são imprevisíveis e transitórios. A ruptura dos controles sociais que o casal exerce sobre os filhos constitui outro elemento imprevisto diante deste processo de modernização da família, pois a linhagem teria deixado de conferir a imortalidade de outros tempos.

Esta passagem do comportamento instrumental para o emocional teria atingido validação em toda a parte, ainda que o tempo e as variações sejam enormes. O amor romântico poderia ser tratado como “capacidade de espontaneidade e empatia numa relação erótica” (SHORTER, 1975, p.21), ou seja, como vínculo de auto-exploração e auto-desenvolvimento de um casal. Esta exploração das complexidades individuais é impensável para o casal do Antigo Regime. A troca emocional intensa desmantela o rigor dos papéis sociais desempenhado pelos sexos, abrindo uma flexibilidade sem precedentes, ainda que sem demoli-los completamente.

O sentimento, por sua vez, seria a “[...] disposição de reordenar os objetivos da vida de modo a que os laços emocionais com outras pessoas vão para o topo da lista e objetivos mais tradicionais tomem o seu lugar mais abaixo” (SHORTER, 1975, p.23). Ele é definido como uma reordenação de prioridades, nos três domínios em questão: na escolha do parceiro, amparada na noção de felicidade pessoal; nas relações da mãe com o bebê, retirando-a da esfera produtiva; e no domínio do lar, onde a domesticidade é revestida pela privacidade e pela intimidade. Enquanto na sociedade tradicional preferia-se o uso da autoridade patriarcal, na sociedade moderna abre-se espaço para a escolha individual e livre destas amarras.

De fato a desconfiança tradicional com relação aos imperativos do coração não estava equivocada, pois como o próprio autor aponta, eles são grandes impulsionadores da instabilidade da chamada família pós-moderna ou contemporânea – algo que iremos esclarecer ao longo do capítulo. O sociólogo inglês Anthony Giddens (1993) nos ajuda a dar sequência a esta discussão sobre a “família afetiva”, pensando a reestruturação da intimidade no contexto contemporâneo. Ao tratar especificamente sobre as relações de intimidade e as mudanças ocorridas no domínio da sexualidade nas décadas de 1980 e 1990, especialmente no contexto europeu e norte-americano, ele nos possibilita pensar os significados que estão em jogo numa sociedade dinâmica e instável.

A intimidade implica uma total democratização do domínio interpessoal, de uma maneira plenamente compatível com a democracia na esfera pública. [...] As mudanças que atualmente afetam a sexualidade são, na verdade, revolucionárias e muito profundas. (GIDDENS, 1993, p.11)

Para Giddens, na atualidade a sexualidade nos remete a uma *propriedade do eu*, e não mais a um estado de coisas anatomicamente estabelecido. A própria noção de “relacionamento” exprime este jogo de movimento e superação das estruturas tradicionais.

Para o autor a ideologia do amor romântico estaria informando os vínculos matrimoniais durante o século XIX, fazendo com que a família deixasse de ser uma estrutura social fundada mais fortemente em aspectos econômicos e materiais, algo que Shorter (1975) analisa em seu trabalho clássico. A literatura romântica teria sido uma das maneiras de moldar as práticas e os significados atribuídos à vida familiar, fazendo emergir a ideologia do marido e da esposa como um casal de colaboradores, e do lar como um espaço distinto do trabalho, de onde se poderia esperar certo suporte emocional. Embora sem problematizar suficientemente as hierarquias e relações de poder atribuídas segundo o gênero, o autor usa esta perspectiva contrastativa para pensar sobre o papel da subjetividade na sociabilidade contemporânea. A tendência a se limitar o tamanho da família afasta historicamente muitas mulheres de um círculo crônico de parto e gravidez. Esta tendência foi ao mesmo tempo condição e consequência da implementação de métodos anticonceptivos modernos, especialmente após a Primeira Guerra, assunto que retomaremos na terceira seção do presente capítulo. Estas mudanças estiveram acopladas a uma profunda transição na vida pessoal; e no momento em que a reprodução pode ser *inibida* e também *produzida* artificialmente, fecha-se um círculo em que a sexualidade esteve encarcerada, para ser totalmente autônoma. Este movimento é caracterizado pelo autor como a emergência de uma “sexualidade plástica”, condição para as revoluções no domínio da sexualidade das últimas décadas.

A revolução na dimensão da sexualidade fora enunciada pelos movimentos sociais da década de 1960, mas Giddens avalia que suas mudanças são muito mais profundas do que as provocadas por estes.

As características fundamentais de uma sociedade de alta reflexividade são o caráter “aberto” da auto-identidade e a natureza reflexiva do corpo. [...] A questão é de identidade sexual, mas não apenas isso. Hoje em dia, o eu é para todos um projeto reflexivo – uma interrogação mais ou menos contínua do passado, do presente e do futuro. (GIDDENS, 1993, p.41)

Também através da aderência ao amor romântico, o domínio do homem sobre a família fica enfraquecido quando se separam as esferas do lar e do trabalho, havendo aí um deslocamento do poder patriarcal absoluto para a abertura da afeição materna. A idealização da mãe esteve alinhada com o surgimento do amor romântico, promoção cuja tarefa era da mulher, conferindo-lhe, ainda que de forma restrita, certo poder (ao qual não tinha acesso antes). Isto teria aberto historicamente a família para uma maior influência das mulheres, o

que pode funcionar não somente como motor de emancipação, mas cerceamentos da própria identidade. O trabalho da filósofa e historiadora francesa Elisabeth Badinter (1992) vai no sentido de desconstruir o mito do instinto materno, apontando para a indiferença da relação maternal até o século XVIII na França, antes da emergência de um imaginário de cuidado, afeto e sacrifício que veio a redefinir a relação entre mães e filhos, bem como o espaço das mulheres na ordem social mais ampla.

Giddens observa que quanto mais a trajetória de vida linear é rompida, mais potencial a pessoa tem de se tornar reflexiva. A pesquisadora Maria Isabel Mendes de Almeida (1987) oferece um interessante exemplo disso para o Rio de Janeiro da década de 1980, pois pesquisou duas gerações de mulheres sobre suas experiências com a maternidade. A forma como as mulheres da geração mais jovem pensavam suas vidas estava muito atrelada ao desejo de não repetirem os “erros” de suas mães, o que mostrava que estas últimas tiveram na percepção de suas filhas experiências marcadas por frustração e sofrimento. Desejos de ruptura promoveram mudanças substantivas na maneira de experimentar a vida íntima.

Para dar conta destes novos modelos de afetividade, Giddens usa o conceito de “relacionamento puro”, que, em sua própria definição,

Refere-se a uma situação em que se entra em uma relação social apenas pela própria relação, pelo que pode ser derivado por cada pessoa da manutenção de uma associação com outra, e que só continua enquanto ambas as partes consideram que extraem dela satisfações suficientes, para cada um individualmente, para nela permanecerem. (GIDDENS, 1993, p.68-69)

Embora ele não seja uma realidade absoluta, é uma tendência genérica de “reestruturação da intimidade”. Se, contudo para as mulheres é mais fácil criar narrativas romanceadas e embasadas em aspectos emocionais da própria experiência, os homens teriam ficado refratários a estas mudanças em curso. Eles procurariam obter sua auto-identidade somente a partir do trabalho, estando inaptos para compreender o que o projeto narrativo do eu envolve. Esta organização generificada da intimidade é marcante na experiência dos entrevistados nas duas famílias investigadas.

Especialmente pela pressão da emancipação feminina, os ideais do amor romântico estariam fragmentados. Para Giddens viveríamos numa sociedade divorciada e de “amor confluyente”, o qual pressupõe igualdade na doação e recebimento emocionais. Justamente daí é que deriva sua instabilidade. A sexualidade passa a estar na pauta das negociações do relacionamento; e se esse processo fosse levado a cabo, solaparia completamente o duplo padrão, levando a uma total democratização do prazer e da vida sexual. Este processo de reestruturação da intimidade coloca em relevo o prazer sexual como uma fonte de negociação,

à qual a vida conjugal está agora subordinada, como veremos ao indicar outras pesquisas realizadas no contexto de camadas médias do Brasil contemporâneo.

Ao pensar sobre os limites de uma sexualidade desprendida, que nos interessa sobremaneira para refletirmos sobre o universo pesquisado, Giddens aborda a questão do vício. O vício seria para o autor a incapacidade de administrar o futuro, a incapacidade de incorporar uma identidade reflexiva e suas inerentes renegociações. A “co-dependência” se apresenta como outro limite de uma sexualidade livre. Mulheres co-dependentes viveriam suas vidas em função das necessidades dos outros, experimentando um papel doméstico que se transforma em fetiche; algo ainda bastante regular mesmo nas camadas médias com a suposta parceria igualitária que lhes é típica.

A dificuldade e as tensões na incorporação da intimidade reflexiva e igualitária transparecem na pornografia e na violência sexual, como sugere o próprio Giddens, na qual agentes homens parecem querer retornar um domínio perdido do falo. A título de exemplo, a socióloga Lourdes Bandeira (2009), ao falar sobre a resistência feminista contra a violência doméstica, infere que há uma tentativa de homens violentos de realizar um controle viril sobre o corpo das mulheres, através da análise dos discursos e representações destes agressores. Avaliando o perfil do brasileiro neste contexto, diz ela: “Perdura no imaginário brasileiro a representação desse homem cordial, ordeiro e não violento, e se, por alguma ‘eventualidade’, agride a mulher, ele age imbuído se seu papel de disciplinador.” (BANDEIRA, 2009, p.426), ou seja, como reação pendular ao declínio da cumplicidade feminina na manutenção da dominação masculina.

Os laços heterossexuais teriam sido profundamente impactados pela reestruturação da intimidade em termos de desejos pessoais e comunicação interpessoal. O casamento heterossexual tende, junto com a orientação sexual de cada um, a ser considerado apenas uma possibilidade numa gama variada de modelos de vínculo afetivo. Embora, como no caso do duplo padrão esta seja uma tendência cuja efetivação ainda é distante.

No âmago da argumentação de Giddens a promessa emancipatória da modernidade reflexiva está na própria dimensão da intimidade, no maior reconhecimento das emoções como pauta de negociação nos relacionamentos amorosos e entre pais e filhos – cortando não só as estruturas de gênero, mas também as de geração. Contudo, se a tomarmos como tendência já realizada estaremos deixando de ver permanências de padrões culturais mais rígidos, como o próprio duplo padrão de julgamento da moralidade sexual, que funciona de maneira desigual para homens e mulheres. No universo pesquisado esta desigualdade sexual

embora pareça incômoda e portanto dando indícios de transformação, está também ainda bastante naturalizada.

Quem nos ajuda a pensar sobre o Brasil comparativamente ao quadro histórico e teórico colocado acima é a socióloga Lia Machado (2001), relativizando sua universalização no contexto nacional particular. A autora refuta a dicotomia entre valores individualistas/igualitários em oposição a valores familiares mais tradicionais para pensar a nossa sociedade, sem contudo ignorar que a emergência mais generalizada do individualismo produziu inequívocos efeitos na organização da família. Sobre as diferenças entre as sociedades européia, norte-americana e a brasileira, há dois pontos a serem notados:

De um lado, nem no Brasil, nem nas nações hispano-americanas, se alcançou o Estado de Bem Estar ou se generalizaram os direitos cidadãos, tal como, por diferentes percursos, o “mundo ocidental desenvolvido” alcançou. De outro, o paradigma cultural ibero-americano que informa a construção social das formas de família, de sociabilidade e da noção de indivíduo apresenta historicamente forte enraizamento católico, em certo grau arabizado. (MACHADO, 2001, p.13)

Embora não seja nossa intenção explorar estas particularidades culturais e religiosas, a questão que se coloca é que precisamos fazer algumas ressalvas ao usar uma análise feita por autores europeus ou norte-americanos, mesmo que estejamos falando de um contexto de camadas médias, que tendem a absorver com mais assiduidade estes ideais igualitários⁴. Machado elege justamente o trabalho de Giddens (1993) como um modelo exemplar da análise do “mundo ocidental desenvolvido”, onde os conceitos anteriormente explorados de “amor confluyente”, “relacionamento puro” e “sexualidade plástica” podem ser aplicados com menor margem de erro – o que certamente também não se aplica a todas as partes da Inglaterra ou da Europa.

Essa imagem homogênea e universalizada na qual o amor é o fundamento das relações conjugais e a pedagogia da negociação norteia a educação das crianças não é, segundo a autora, nem teórica nem metodologicamente suficiente para pensar as famílias no Brasil – embora como dito, certos elementos são adequados para as representações de casamento e família encontradas no universo pesquisado. Pensando ainda sobre a estratificação de classe, Machado (2001) indica que nas diversas respostas teóricas à família patriarcal brasileira há uma notável polarização entre as classes médias portadoras de valores individualistas alinhados a uma esfera global, e as classes populares que tendem a estimar noções de grupo, reciprocidade e hierarquia. A sugestão da autora para resolver este impasse é a coexistência de

⁴ Esta é uma posição bastante clara no trabalho do antropólogo Gilberto Velho (1987; 2006). Voltaremos brevemente às suas posições no final deste capítulo, ao tratar mais especificamente da organização de famílias urbanas de classe média no Brasil.

um código relacional e de um código individualista que atravessam toda a sociedade. Podemos esboçar um paralelo com a imagem de Michel Foucault (1988) sobre a *sobreposição* de um dispositivo de sexualidade sobre o de aliança, que embora perca sua força, não é totalmente superado pelo outro, tema que abordaremos na sequência. A especificidade do contexto brasileiro seria então essa *coexistência* de um código individualista e de cidadania com esse código de hierarquia, que existe como uma das matrizes de nossa sociabilidade, fazendo com que processos de hierarquia nas relações de gênero pertinentes ao universo familiar apareçam como mais evidentes.

2. Sexualidade, poder e divisão sexual do trabalho

Quando falamos sobre famílias com um arranjo hegemônico de convivência, podemos traçar certo paralelo com o trabalho de Foucault (1988), um dos pioneiros na análise dos dispositivos de poder pertinentes à modernidade, que constituem os sujeitos também através da dimensão da sexualidade. Muito do teor da hipótese repressiva que Foucault questiona se deve à concepção de que a sexualidade fora encerrada para dentro da casa, confiscada pela família conjugal e pela sua abreviação em uma função reprodutiva. As sexualidades ilegítimas, portanto, só poderiam existir em discursos clandestinos. Há dois séculos, o puritanismo moderno funcionaria, dentro deste sistema argumentativo, através de uma tríplice operação: interdição, inexistência e mutismo⁵.

Foucault apresenta este quadro para iniciar suas críticas: esta seria uma hipótese facilmente sustentada, pois colocaria em relação a Idade da Repressão (desde o século XVIII) com a ordem burguesa; dissipa-se a atenção da sexualidade para os modos de produção, uma vez que um sexualidade demasiadamente livre seria incompatível com as exigências do trabalho industrial. Contrapor-se a este modo de interpretar não significa dizer que as interdições ao sexo são uma ilusão, mas “[...] são somente peças que têm uma função local e tática numa colocação discursiva, numa técnica de poder, numa vontade de saber que estão longe de se reduzirem a isso.” (FOUCAULT, 1988, p. 17)

Pensando naquilo que denomina a explosão discursiva sobre o sexo na modernidade, o autor entende que cada vez mais foi exigido que se dissesse tudo sobre o jogo de prazeres, obrigação fixada para todo bom cristão. Estes mecanismos produziram efeitos específicos

⁵ Para uma visão mais detalhada destes mecanismos de disposição do discurso, e uma reflexão mais aprofundada dos diferentes silêncios, ver sua aula inaugural no *Collège de France* (FOUCAULT, 1996), intitulada *A Ordem do Discurso*.

sobre o desejo. De forma inédita, o sexo passa a ser tomado por um interesse público e, neste sentido, não unicamente pela moral, mas pela racionalidade científica. Em nenhuma outra sociedade o uso do sexo esteve tão relacionado ao uso do poder.

Como estes “novos” mecanismos de poder se instauram na existência diária e atingem o cotidiano mais íntimo sem necessidade de serem verticais? Sua função, embora mais difusa do que a simples censura, é afastar as formas insubmissas do sexo, considerando que nossa época foi, a partir de suas formas de classificação, a criadora das “heterogeneidades sexuais”. Ao abordar mais diretamente a questão da família ele aponta que através das relações matrimoniais que se criam tais *prescrições* com sentido normalizador. A partir do século XVIII – lembrando que ele se remete ao contexto europeu e ocidental – romper as leis do casamento tido como legítimo era algo digno de punição. Na ordem civil assim como na religiosa, o contra-a-lei delimitava o contra-a-natureza. Este sistema estaria centrado em dois movimentos: (1) na monogamia heterossexual, que daria ao casal direito a certa discrição e ao silêncio; e (2) na ostensiva interrogação da sexualidade das crianças, dos loucos e dos criminosos.

A medicina entra com energia vigorosa na gestão das sexualidades normais e periféricas. Essa incorporação individual dos discursos normalizadores – que classificam a conduta “correta” pelo refluxo do “anormal” – faz do poder um poder agora sensual. A família burguesa, conjugal e legítima aparece aqui como uma rede de prazeres-poderes em toda a sua organização, a exemplo da segregação de seus espaços e da sua arquitetura interna específica. Todos estes mecanismos, segundo Foucault, foram consolidados do/no corpo de homens e mulheres, tendo como efeito real a sua penetração nas condutas⁶.

Foucault sugere então uma superação da representação “jurídico-discursiva” do poder, que é não uma teoria, mas uma nova “analítica”. O poder não é enfocado apenas pela interdição, mas pela sua inventividade. Ele não é somente capaz de reprimir, mas também de criar. Numa frase anedótica, trata-se de entender “o sexo sem a lei, e o poder sem o rei.” (FOUCAULT, 1988, p.87) Nesta nova chave interpretativa, o poder não é algo dado, mas produzido a cada instante (daí sua força em atingir o cotidiano), como numa rede. Pela ausência de uma geometria piramidal, ele atravessa diversos aparelhos, mas sem se fixar em nenhum. Puxando essa análise para a família,

⁶ Estas disputas se radicalizam na sociedade contemporânea, tomando novos rumos a partir da crescente visibilização de “novos” arranjos familiares não heterossexuais, tema que tem o interesse de estudo aumentado no Brasil, como mostra a coletânea de Grossi, Uziel e Mello (2007), ou o dossiê organizado pelos mesmos autores (UZIEL, MELLO e GROSSI, 2006).

A família não reproduz a sociedade; e esta, em troca, não imita aquela. Mas o dispositivo familiar, no que tinha precisamente de insular e de heteromorfo com relação aos outros mecanismos de poder pôde servir de suporte às grandes “manobras” pelo controle malthusiano da natalidade, pelas incitações populacionistas, pela medicalização do sexo e a psiquiatrização de suas formas não genitais. (FOUCAULT, 1988, p.95)

Os dois dispositivos centrais deste jogo seriam aliança e sexualidade. O primeiro se liga mais evidentemente à economia (matrimônio, parentesco e propriedade), enquanto o segundo articula-se com ela de formas numerosas e sutis – especialmente através do corpo. É em torno da aliança que a sexualidade se produz, tendo a família o papel de fixá-la e lhe dar suporte. Isso não significa, contudo, que o primeiro dispositivo tenha sido extinto, mas foi sobreposto pelo outro, sugerindo-lhe ainda certo antagonismo.

Historicamente os pais tornam-se os principais agentes do dispositivo de sexualidade, apoiados por médicos, pedagogos e psiquiatras – psicologizando as relações de aliança. A família demanda constante suporte técnico para o seu sofrimento sexual, ela, alicerce de todos os infortúnios do sexo – aos quais a psicanálise surge para de certa forma remediar. No universo pesquisado esta dimensão do controle sexual dos pais sobre os filhos se mostra muito evidente e riquíssima de significados atrelados às relações de gênero.

Foucault foi, aliás, um importante suporte teórico para o campo dos estudos de gênero. Numa entrevista realizada em 1994, uma conversa entre Gayle Rubin e Judith Butler (RUBIN e BUTLER, 2003), a primeira conta prosaicamente como conheceu o filósofo francês e seu *História da Sexualidade*, num momento em que já se debruçava sobre a história do lesbianismo e como as ideias dele ajudaram a clarificar seu próprio trabalho; especialmente porque ele pensava sobre a variação sexual como uma forma de controle sobre o corpo, que era inovadora do ponto de vista das discussões sobre poder.

Se Foucault faz um esforço considerável para compreender de que forma os sujeitos se constituem na modernidade, sempre dentro de teias discursivas que são o próprio substrato do poder, a filósofa e teórica feminista acima citada Judith Butler (2010) procura entender como estes mecanismos se aplicam dentro do próprio conceito de gênero. As principais instituições definidoras das categorias de identidade de gênero seriam o falocentrismo e a heterossexualidade compulsória, nas quais operam os processos de significação e construção performática do corpo e das identidades sexuais. A principal desconstrução operada pela autora é no sentido de observar de que modo as próprias “fábulas de gênero” estabelecem um entendimento errôneo de fatos naturais.

As categorias jurídicas de denominação dos sujeitos, como a própria noção de “mulheres” para o feminismo, são em si mesmas produtos políticos vinculados a objetivos de

legitimação e exclusão; diz ela: “O poder jurídico ‘produz’ inevitavelmente o que alega meramente representar.” (BUTLER, 2010, p.19) Ao forçar a categoria de “mulher” ou “mulheres” no plural, em busca de visibilidade política, as teorias feministas acabam por fixar uma identidade feminina que em realidade não possui qualquer substância ou existência pré-discursiva. Deste modo, para Butler o próprio feminismo na busca por uma existência discursiva caminhou na direção de uma universalização da estrutura de dominação. A autora compreende que há uma vinculação complicadora entre as categorias de identidade de gênero e a matriz heterossexual, de modo que “mulheres” passam a ser representadas apenas no interior desta estrutura compulsória e binária.

Embora a distinção entre o sexo, como dado natural e biológico, e o gênero culturalmente construído faça parte do processo de construção das problemáticas feministas, ela se torna agora limitada e limitadora por funcionar como um enquadramento da experiência possível. Em resumo, a crítica da matriz binária do gênero – pênis para homem e vagina para mulher – resulta na consideração de que o gênero é em realidade o meio discursivo pelo qual a natureza sexuada é produzida. Quando partimos acriticamente desta visão binária, deixamos transparecer que o gênero é tão determinado quanto o destino biológico. Retoricamente, Butler questiona: “Em que medida é a ‘identidade’ um ideal normativo, ao invés de uma característica descritiva da experiência?” (BUTLER, 2010, p.38) A heterossexualidade compulsória teria o poder de conferir certa inteligibilidade e uma coerência imaginária entre sexo, gênero, prática sexual e desejo – minando as possibilidades emancipatórias que se encontram diante de uma espécie de limbo pré-discursivo, o que enfraquece existência de subversão ao gênero.

Se lemos, de acordo com as posições de Butler fortemente influenciadas por Foucault, que a identidade é um princípio culturalmente construído de ordem e hierarquia, podemos entender que a produção dos sujeitos e, por conseguinte de suas subjetividades, está como encarcerada em categorias rigidamente fixadas por mecanismos discursivos dispersos e móveis. Para dar conta desta descontinuidade entre a identidade condicionada e a experiência é que a autora lança o conceito de “performance de gênero”: “O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser.” (BUTLER, 2010, p.59)

A produção compulsória da heterossexualidade, por meio de uma multiplicidade de discursos acerca do corpo, que não pode ser pensado de modo pré-discursivo ou desprovido de significação cultural, explica grande parte daquilo que Foucault convencionou chamar de

sociedade normalizadora. Se nos atemos a universos familiares com arranjo hegemônico de convivência é necessário problematizar a própria heterossexualidade com a qual se identificam tacitamente, indicando que ela não é natural, mas fruto de estruturas discursivas de poder produtoras, que legitimam o parentesco como sendo naturalmente heterossexual.

Para o sociólogo francês Pierre Bourdieu (2009a) também o aspecto cultural não se coloca *sobre* o biológico, mas a construção social dos órgãos sexuais registra propriedades naturais, transformando o social (*nomos*) em natureza (*physis*). Há sempre uma luta cognitiva em jogo, acerca da realidade do mundo e especialmente das coisas sexuais. Assim, a construção simbólica sobre a anatomia sexual baseia-se numa série de escolhas, que acentuam as diferenças e obscurecem as semelhanças. É uma construção do biológico, que é de fato arbitrária, que dá o fundamento natural à visão androcêntrica da divisão sexual e de todo o cosmos como uma “sociodicéia masculina”. Esta transformação dos corpos simbolicamente produzida serve na prática para determinar um homem viril e uma mulher feminina. É um trabalho coletivo de socialização e definição das *identidades sexuais*.

Para Bourdieu, a dominação masculina representa a dominação simbólica por excelência, haja vista a facilidade de sua manutenção⁷. Sendo uma forma de violência simbólica, ela é invisível por ser reconhecida por suas vítimas, neste caso, as mulheres. Quando analisa o “*amor fati*”, que seria o amor pelo destino social, o autor afirma que esta fórmula expressa o magnetismo do poder simbólico⁸, que age sem qualquer coação física direta – na linha foucaultiana do “poder sem rei” –, mas encontra sua condição de exercício facilitada pelo imenso trabalho prévio de disposições. É por estar arraigado nas estruturas mentais, lógicas e inconscientes que não se pode esperar superá-lo apenas pela força de vontade consciente.

Contudo, não são apenas as mulheres as prisioneiras de um *amor fati*, mas os homens também estão atravessados por uma visão dominante, que se manifesta na manutenção de sua honra. Embora toda esta elaboração esteja recalcada e boa parte dos conceitos de Bourdieu pretenda dar conta deste agudo e contínuo processo socializador que é por definição esquecido, automatizado e naturalizado, é necessário muito trabalho para que ocorra de fato a masculinização e a feminilização dos corpos. O corpo seria a forma incorporada das estruturas

⁷ Como aponta a socióloga Lucila Scavone, este é um dos nódulos da crítica feminista ao trabalho de Bourdieu. “Uma das críticas feministas mais recorrentes à sua teoria da dominação masculina refere-se ao pressuposto da “incorporação” e da “aceitação” que os dominados (no caso, as mulheres) teriam para com os dominantes (no caso, os homens) pelo fato de terem internalizado em seus corpos os esquemas de dominação como *Habitus*, isto é, sistemas de disposições adquiridas que internalizam as estruturas sociais. As críticas a essa análise costumam considerar que as mulheres apareceriam como responsáveis da dominação.” (SCAVONE, 2008a, p.182)

⁸ Para uma explicitação mais detalhada deste conceito, ver a coletânea de textos intitulada justamente *O Poder Simbólico* (BOURDIEU, 2009b).

sociais. A dominação masculina coloca a mulher na posição de um “ser percebido” – dentro da mais ampla dicotomia sujeito e objeto – e mais propensa à insegurança corporal. A antropóloga Miriam Goldenberg (2004) trabalha esta insegurança a partir de uma pesquisa quantitativa nas camadas médias cariocas, mostrando que o índice de frustração sexual entre homens e mulheres heterossexuais cresce na medida em que as últimas sentem-se insatisfeitas com sua aparência e têm por esse motivo dificuldades de sentir prazer nas relações sexuais.

Para Bourdieu, do ponto de vista institucional três agências concorrem para garantir as permanências da dominação e seu “arrancamento” da história: a família, a Igreja e a Escola. A família tem um papel principal nesta reprodução, uma vez que impõe muito precocemente a divisão sexual:

É, sem dúvida, à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculinas; é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem. (BOURDIEU, 2009a, p.103)

Alterando o foco para as mudanças na dominação masculina, Bourdieu infere que ela não se impõe mais como indiscutível, especialmente pelas vitórias do movimento feminista. Este questionamento anda junto com as transformações da condição feminina, especialmente nas classes mais favorecidas: acesso ao ensino secundário, ao trabalho assalariado e à esfera pública; distanciamento das tarefas domésticas e funções reprodutivas (tecnologias anticonceptivas); adiamento da idade de casamento e crescimento do divórcio. Hirata e Kergoat (2007) abordam as novas configurações desta divisão, apontando para os paradoxos do modelo da delegação dos serviços domésticos na sociedade francesa, que se articulam agora com a migração de mulheres de países pobres para que esta terceirização seja possível, o que configura muitas vezes que estas abandonem suas famílias de origem, e muitas vezes os seus filhos⁹. De todo o modo, para Bourdieu, os fatores mais decisivos desta mudança estão relacionados à transformação da Escola na reprodução das diferenças.

O aumento da presença de mulheres no ensino secundário leva a sua maior representação nas atividades intelectuais e administrativas, embora ele detecte que ainda encontram empregos de nível médio e que são excluídas da chefia e da autoridade, especialmente em finanças e política. As mudanças visíveis ocultariam a permanência das posições relativas, mascarando a desigualdade de carreiras. A igualdade formal é, como em outros aspectos da vida social, um elemento de dissimulação. No caso de adolescentes, Bourdieu apresenta como muito determinante o peso das injunções realizadas por pais,

⁹ Paradoxo explorado com muita delicadeza pelo diretor Walter Salles no filme coletivo chamado *Paris, Eu Te Amo* (*Paris, Je T'Aime*, no original, 2006, vários diretores).

professores e orientadores acerca do que é ou não adequado a uma mulher. As meninas incorporariam assim, sob a forma de esquemas imperceptíveis, uma visão que as leva a considerar naturais as consequências de uma ordem social. O relatório de Castro, Abramovay e Silva (2004) sobre sexualidade e juventude no Brasil contemporâneo aponta como pais e professores corroboram com uma lógica hierárquica e binária de gênero, que também é manifestada por jovens, no jargão mulheres-passivas e homens-ativos, replicando o duplo padrão de moralidade e a permanência da dominação masculina.

Para Bourdieu, a família é a “principal guardiã do capital simbólico”, o que se mostra no universo pesquisado quando, por exemplo, uma mãe fica muito preocupada com o que os vizinhos e parentes vão pensar se a filha for morar com o namorado antes do casamento formalizado. Concordamos com Bourdieu, quando este afirma que ainda as mulheres estariam destinadas a administrar esse simbólico do universo familiar e o trabalho doméstico e não remunerado contribuiria para isso, uma vez que seu valor é medido apenas pelo afeto incondicional, ou seja, uma obrigatoriedade perversa que se transforma em amor pelo destino social. Esta é uma das principais questões que organizam nossa análise do universo pesquisado: como as disposições identitárias ligadas à construção do gênero binário organizam as experiências subjetivas dentro da família, potencializando a existência de conflitos interpessoais.

Se para Foucault o exercício do poder na modernidade estaria “dentro da pele”, para Bourdieu está inscrito nas disposições duradouras que sintetizam-se no corpo¹⁰. Salvaguardadas as diferenças entre os autores, que são ruidosas polêmicas na discussão acadêmica, dadas as diferentes matrizes epistemológicas às quais os autores se filiam¹¹, ambos podem oferecer elementos para pensar como funcionam as relações de poder quando pensadas no interior de famílias de camadas médias. Deriva daí também a dificuldade de usar estes sistemas na ênfase da transformação social ou sexual, elemento que está sem dúvidas na contramão da agenda feminista, pois o poder está respectivamente em toda a parte, com epicentros difusos, ou na própria matriz de inteligibilidade.

¹⁰ A exemplo da seguinte citação: “Justamente porque o corpo está (em graus diversos) exposto, posto em xeque, em perigo no mundo, confrontado ao risco da emoção, da ferida, do sofrimento, por vezes da morte, portanto obrigado a levar o mundo a sério (e nada é mais sério do que a emoção, que atinge o âmago dos dispositivos orgânicos), ele está apto a adquirir disposições que constituem elas mesmas aberturas ao mundo, isto é, às próprias estruturas do mundo social de que constituem a forma incorporada.” (BOURDIEU apud WACQUANT, 2002, p.102).

¹¹ No último trabalho publicado de Bourdieu (2005), seu *Esboço de auto-análise*, o sociólogo explora amplamente a disputa no campo intelectual francês entre a filosofia e a sociologia, disciplina que o autor revitalizou durante sua carreira como assíduo pesquisador, realizando “o abandono dos píncaros da filosofia para a miséria da favela” (p.98).

Voltando-nos agora mais especificamente para o trabalho de Bourdieu, trata-se de compreender como é que historicamente as identidades sexuais se tornaram ou se revestiram de um caráter “natural” e, principalmente, dentro da família. E embora ele dê pouco espaço para as mudanças em curso, é inegável pelo que podemos avaliar da experiência dos agentes pesquisados, que processos de reprodução das hierarquias derivadas da dominação masculina continuam ativos. Podemos também problematizar a vida cotidiana, como os empecilhos no universo acadêmico onde vemos cotidianamente processos de desqualificação da perspectiva de gênero ou a socialização das crianças, quando segregamos os objetos adequados para meninas ou para meninos, o rosa e o azul. Esta *tensão* entre permanências e mudanças – característica de qualquer trabalho sobre as relações de gênero – é o ponto central de nossa própria análise.

A historiadora e psicanalista francesa Elisabeth Roudinesco (2003) também faz uma leitura deste mal-estar, ou as “desordens” na família contemporânea. Sua provocação inicial é acerca do pacto de solidariedade francês (PACS) aprovado em 1999, que permite a casais homo e heterossexuais legalizarem sua união¹²: o que significaria que homens e mulheres homossexuais queiram agora, sob nenhuma suspeita antevista, casar e adotar filhos? Ou, dito doutro modo, que queiram fazer parte da ordem social que causou seu infortúnio? Este desejo de família e de normatividade se torna mais problemático e incômodo do que a contestação subversiva, um paradoxo conhecido dos pesquisadores e estudiosos do tema.

Para a autora a palavra “família” possui múltiplos sentidos e a família nuclear é o resultado de uma longa evolução histórica e cultural. Haveria três grandes períodos nesta passagem: (1) a família tradicional, cuja função de transmissão do patrimônio se baseava na autoridade patriarcal como microcosmos da monarquia; (2) a família moderna, receptáculo de uma lógica afetiva consumada no fim do século XVIII e meados do XIX – cuja ideologia romântica pressupõe uma reciprocidade dos sentimentos, mas também uma divisão do trabalho muito clara (esfera pública e privada); e (3) a família contemporânea ou pós-moderna que a partir dos anos 1960 une, numa duração relativa, dois indivíduos em busca de relacionamento íntimo e sexual, e na qual as relações de autoridade se tornam mais problemáticas. Desde estes dois últimos períodos observa-se um movimento crescente no qual a esfera do privado viria a ser uma das mais importantes fontes de experiência da vida.

¹² Foi reconhecida no Brasil, no dia 05 de maio de 2011, pelo Supremo Tribunal de Justiça a união estável entre casais do mesmo sexo. Uma batalha que já fora iniciada pelo menos desde 1995 com a proposição da então deputada Marta Suplicy – conhecida aliada dos movimentos sociais gays e lésbicos – da PCR (Parceria Civil Registrada), que foi morosamente tramitando no Judiciário, o que culminou na sua não aprovação anos depois. Ver Mello (2005; 2006), Lorea (2006) e Fonseca (2008); além das referências já citadas em nota anterior.

No contexto europeu, informa a autora, em fins do século XIX não haviam mais casamentos arranjados. A nova organização da família girava em torno de uma revolução da afetividade, da maternalização da célula familiar e da prática sistemática de contracepção espontânea. Uma nova moral civilizada estava de par com novas práticas de redução da natalidade, associadas com a responsabilidade sobre as crianças. Com o desmembramento entre prazer e procriação, aos poucos as mulheres foram se individualizando.

Quanto mais a frustração sexual diminuía, mais o divórcio se normalizava. A revolta contra a família patriarcal nos anos 1960-75 mostrava um mundo abalado por suas próprias inovações. As lutas difíceis das mulheres pela anticoncepção feminina invertiam o curso da dominação masculina, no contexto europeu como veremos adiante. Neste período contestatório surgem as nomenclaturas hoje já correntes, como as de “família recomposta”, “homoparental” e a de “mães solteiras”. Esta nova terminologia atestaria ainda mais certa inversão da dominação masculina.

A autora ainda se utiliza de alguns depoimentos sobre abusos sexuais e físicos ocorridos dentro da família considerada “normal”, mostrando como esta aparência de normalidade não garante o bem estar físico e nem psicológico de seus membros. Muitos estudos foram empreendidos para atestar que em boa parte os pais homossexuais não diferem em nada dos heterossexuais. O ultraje da direita francesa causado pelo PACS de 1999 é parecido com o sofrido pelas mulheres quando em primeiro desafiaram a ordem patriarcal. Para ela este desejo de família entre homossexuais pode ser compreendido pela epidemia de AIDS que dizimou toda uma geração que acabava de conquistar sua liberdade nas comunidades gays. Sob esse contexto eles se adaptaram à estrutura familiar de sua época, que já estava em franca crise.

Se é difícil imaginar este movimento, Roudinesco ressalta que o desejo de família está em meio a um *cemitério de referências*, como as da Igreja, da nação e do partido político. Neste sentido, ela conclui suas reflexões, embora reinventada e afastada do casamento tradicional ela continua sendo uma estrutura sólida como nenhuma outra:

Do fundo do seu desespero, ela parece em condições de se tornar um lugar de resistência à tribalização orgânica da sociedade globalizada. E provavelmente alcançará isso – sob a condição de que saiba manter, como princípio fundador, *o equilíbrio entre o um e o múltiplo de que todo o sujeito precisa para construir sua identidade*. (2003, p.199, grifos meus)

Enfatizando as resistências à ordem familiar patriarcal, a autora mostra que as mudanças produzidas no seio da própria família são de fato muito profundas e indicam certa inversão histórica e simbólica. E embora sem defender o modelo “tradicional” de família, Roudinesco

protege a importância da instituição mediante um mundo, uma ordem simbólica e uma sociedade fragmentados.

3. Parceria igualitária no Brasil contemporâneo: tensões e dilemas

Quando lemos algumas das constatações mais recentes do IBGE percebemos que a sociedade brasileira está acompanhando esta tendência de mudanças na estrutura objetiva dos arranjos familiares – que inclusive desafiam a nomenclatura corrente que usamos para descrever a instituição.

As mudanças verificadas nos países industrializados quanto ao padrão de organização das famílias vêm se refletindo também no Brasil. Nas últimas décadas, as tendências mais proeminentes são, sem dúvida: as reduções do tamanho da família e do número de casais com filhos, e o crescimento do tipo de família formado por casais sem filhos, resultados dos processos de declínio da fecundidade e do aumento da esperança de vida ao nascer. De 1999 para 2009, o número médio de pessoas na família caiu de 3,4 para 3,1. (IBGE, 2010, p.99)

É a partir de tais transformações contemporâneas que a socióloga Jeni Vaistman (1994) constrói seus argumentos para falar sobre a “flexibilização” dos modelos de família na sociedade brasileira contemporânea, que certamente refletem nas experiências em nosso universo pesquisado. A autora defende que não estaríamos passando por uma crise da instituição família, um discurso que ecoa ainda hoje. Mas que a família moderna e hierárquica, construída sobre o imaginário do homem provedor e da mulher doméstica, ou sobre um “individualismo patriarcal”, está em processo de mudança e convive agora com uma pluralidade de arranjos.

A partir de meados dos anos 1960, a expansão das classes médias urbanas e o aumento da participação feminina na esfera pública, em atividades educacionais, profissionais, científicas, políticas e culturais, começam a corroer as bases da família conjugal moderna, que mal havia se firmado entre alguns segmentos da sociedade brasileira. Para as mulheres nascidas em torno dos anos 1950, a participação no mundo público levaria à construção de identidades com critérios de auto-realização diferentes daqueles típicos da dona de casa de classe média da geração anterior. (VAITSMAN, 1994, p.17)

A mola propulsora para as transformações na típica família burguesa, que é a família de um segmento específico das sociedades ocidentais e inclusive da brasileira, passa pela mudança da posição social das mulheres – uma demanda construída e consolidada pelas suas próprias lutas políticas.

Os fundamentos desta contestação foram vividos em níveis práticos especialmente pela inserção de mulheres na educação, impulsionada pela modernização e estimulando a igualdade e a autonomia, desafiando a estratificação de gênero e a família conjugal

(VAITSMAN, 1994, p.62). A educação primária deixava de satisfazer as mulheres de classes médias, que começam a buscar vagas nas universidades. A classe média brasileira, forjada a partir dos processos de industrialização mais ou menos a partir de 1955, atinge seu ápice nos anos 1970 – compondo cerca de 20% da sociedade. Além de agravar os problemas da desigualdade social, essas transformações aceleradas ampliam as oportunidades de trabalho para estas mulheres. Este seria o cerne da redefinição da divisão sexual do trabalho, desafiando a dicotomia entre público e privado atribuída segundo o gênero.

Do ponto de vista político, os primeiros anos da década de 1970 foram marcados por uma intensa repressão, prisões, exílios e assassinatos por conta da ditadura militar estabelecida no país. Esse momento crítico acaba por cooperar na desconstrução posterior dos grandes projetos políticos e na autocritica da própria esquerda política. Derivam daí os novos movimentos sociais, a contracultura e o tropicalismo, a cultura das drogas, a adesão à psicanálise, o culto ao corpo, dentre alguns exemplos concretos que a autora apresenta. Em meados desta década o foco teórico das ciências humanas vai migrando do macro para o microsocial, a exemplo da própria teoria e pesquisa feminista, que deu substância a uma problemática vivida na intimidade por milhares de mulheres. Veremos isto com mais cuidado no capítulo metodológico.

O argumento central proposto por Vaitsman é que na sociedade brasileira contemporânea é impossível postular a existência de um só modelo de família que é dominante em relação aos outros, colocando em relevo experiências plurais quando da dissolução do casamento e as respectivas reorganizações da vida familiar. Estas novas experiências seriam produto de transformações sociais, econômicas e políticas mais amplas, pelas quais a sociedade brasileira passou – especialmente na segunda metade do século XX. Acreditamos que este mapeamento situa o universo pesquisado, possibilitando compreender mudanças na dentro da instituição família, aliás cada vez mais difícil de ser apreendida no singular. Se transformações nas relações de gênero, especialmente no período pós-1960, possibilitam a emergência de ideais conjugais igualitários – que contestam o binarismo hierárquico romântico – estas não solapam radicalmente a existência dentro do lar de certos comportamentos que podem ser chamados mais “tradicionais”. Ao nosso ver, *embora a dimensão objetiva suscite parcerias igualitárias e modernizantes, a dimensão subjetiva ainda parece induzir a reprodução dos papéis masculino e feminino como opostos complementares.*

A educação e a inserção progressiva das mulheres no espaço público, anteriormente organizado de forma mais rígida sobre as hierarquias de gênero, desempenham um papel fundamental nas transformações contemporâneas que são absorvidas pela família, vivida

agora com significados mais flexíveis. Estes processos estão invariavelmente alinhados com a emergência de técnicas anticonceptivas e com a tendência de redução do número de filhos, que tem aumentado progressivamente como indicam as estatísticas atuais (IBGE, 2010). Com um número menor de filhos torna-se mais viável que as mulheres experimentem esta inserção na esfera pública, o que também não acontece sem certas contradições. Ao explorar como foi vivido na esfera privada o controle populacional nos países do terceiro mundo, Joana Maria Pedro (2003) mostra o contraste com a emancipação sugerida pela pílula no mundo euro-americano.

Historicamente, como explica Pedro, foi na década de 1960 que se notou em termos estatísticos a queda da natalidade no Brasil, um produto de uma política de Estado, internacional e da Igreja católica. Se na Europa deste mesmo período observa-se uma política natalista, o Brasil experimentava um explícito controle populacional. Enquanto na França a pílula só é vendida a partir de 1967, no país ela é comercializada sem entraves desde os anos 1960. Por aqui as informações sobre o novo método apareceram em conjunto com notícias agravantes sobre o perigo da superpopulação mundial.

Logo após a Revolução Cubana de 1959 os Estados Unidos passaram a demonizar a América Latina como uma região perigosa para a agitação comunista, os programas de assistência aos países de terceiro mundo exigiam adesão a certos programas.

O entendimento era de que o crescimento rápido da população latino-americana, e sua consequente pobreza, seriam aliados da revolução comunista. Deste modo, o perigo representado por uma questão política foi transformado no da “bomba demográfica”. (PEDRO, 2003, p.242)

Embora no Brasil e na América Latina tenha sido implementadas ditaduras militares que definiram os rumos no sentido da economia capitalista, os americanos encontraram um debate sem fim sobre os natalistas e controlistas no país, como exploram Alvarenga e Schor (1998) ao analisarem as políticas públicas de contracepção feminina no Brasil até fins da década de 1990. Para as autoras o Estado brasileiro mostrava até o período analisado certa esquizofrenia entre um domínio autoritário e a existência de direitos da mulher já consagrados em conferências internacionais – de forma mais explícita como na manobra política das bancadas evangélica e católica para tornar o aborto ilegal em 1995.

Voltando para o panorama histórico de Pedro (2003), na década de 1970 mostra-se um exponencial crescimento do uso da pílula, tanto nas camadas populares que as recebiam gratuitamente pelos programas públicos, como nas camadas médias, que acompanharam a tendência geral de queda de fecundidade no país. O principal contraste entre Brasil e França –

país que a autora usa de uma perspectiva comparativa – é que se no segundo os contraceptivos hormonais levam a uma separação inédita entre sexualidade e reprodução, como no conceito giddensiano de “sexualidade plástica”, a sociedade brasileira surge como mais um campo de prova para políticas internacionais de controle populacional.

Ao analisar a memória de mulheres da geração pílula, nascidas entre 1950-60, a historiadora mostra que embora o controle do número de filhos fosse bastante desejável, e que as condenações da Igreja já não fizessem o mesmo eco que faziam para as mulheres de uma geração anterior (nascidas entre 1920-30), elas ainda se recordavam dos constantes alertas de saúde gerados pelo uso de uma alta quantidade de hormônios que compunham as primeiras pílulas anticoncepcionais. O uso intensivo destas coincide com o aumento considerável da presença feminina no mercado de trabalho, que Vaitsman (1994) analisa sobre outro espectro. Mas a contracepção feminina não é lembrada como um resultado das próprias demandas das mulheres brasileiras, como no caso francês, não constituindo parte da memória coletiva feminina como um meio de emancipação: “A pílula é pensada como algo necessário para definir uma família de menor porte e ao mesmo tempo, um perigo constante para a saúde.” (PEDRO, 2003, p.253)

Evidente que com a redefinição dos padrões de família no século XX, expostos mais diretamente sobre a questão da educação/ocupação do espaço público e a recepção da contracepção feminina, a maternidade também passa a ser de certa maneira ressignificada. A “escolha da maternidade”, como informa a socióloga Lucila Scavone (2004), é um fenômeno tipicamente moderno, ligado aos processos de urbanização e industrialização, e que atualmente deve ser pensada em termos de globalização, uma vez que esta acelera e difunde novos padrões de comportamento. As novas tecnologias surgidas da década de 1960 em diante, como exploramos acima, permite a muitas mulheres escolher com mais segurança a maternidade. Também novos modelos de conjugalidade e parentalidade, mais conhecidos no Brasil como “parceria igualitária” que dá nome a esta seção do texto, influenciam neste processo, que embora não seja homogêneo mostra algumas linhas gerais:

[...] as mudanças e implicações sociais da realização dessa experiência não atingem da mesma forma todas as mulheres, países e culturas, apesar de existir um modelo de maternidade preponderante nas sociedades ocidentais contemporâneas, em que sobressaem características gerais de proles reduzidas e mães que trabalham fora. (SCAVONE, 2004, p.172)

Se nas sociedades rurais, como aponta Scavone, as crianças eram inconvenientes no presente mas representavam segurança para o trabalho futuro, a maternidade tinha outro valor. É a partir do século XIX, como já mostramos nas seções 1 e 2, que passa a haver uma associação

entre maternidade e feminilidade, que era muitas vezes irrealizável nas camadas populares. Mais do que uma figura real, a mãe burguesa era uma figura imaginária, explorada por Maria Angela D’Incao ao falar sobre as mulheres das primeiras famílias burguesas no Brasil: “Um sólido ambiente familiar, o lar acolhedor, filhos educados e esposa dedicada ao marido, às crianças e desobrigada de qualquer trabalho produtivo representavam o ideal de retidão e probidade, um tesouro social inestimável.” (D’INCAO, 2006, p.223)

Com o desenvolvimento da sociedade industrial e o reingresso das mulheres no mundo do trabalho, coloca-se a questão da “dupla jornada” e a maternidade tende a tornar-se uma experiência mais reflexiva, a exemplo do adiamento da idade de nascimento do primeiro filho por conta da profissionalização das mulheres e investimento prévio em suas carreiras. Isto abre também espaço para a eclosão do “dilema da maternidade”, especialmente com o advento das novas tecnologias, sejam contraceptivas ou conceptivas, embora a escolha esteja ligada a muitos fatores.

A escolha da maternidade está ligada a numerosas causas que, isolada ou conjuntamente, se explicam no ponto de interseção do biológico, do subjetivo ou do social: o desejo atávico pela reprodução da espécie ou pela continuidade da própria existência; a busca de um sentido para a vida; a necessidade de valorização e de reconhecimento social – como no caso de algumas mães adolescentes, ansiosas por ocupar um espaço de maior respeitabilidade na sociedade –; o amor pelas crianças; a reprodução tradicional do modelo de família de origem, entre outros. (SCAVONE, 2004, p.175)

Para Scavone a crítica feminista tem um lugar importante nesta reflexão, lançando em 1970-80 uma problematização das questões ligadas à esfera íntima. A desconstrução do fatalismo biológico da maternidade cabe a estes propósitos, como já indicamos na obra de Badinter (1992), e na obra precursora Simone de Beauvoir (1980). Os dissensos teóricos sobre a maternidade parecem indicar nada mais que a ambiguidade inerente desta experiência. Em síntese, a sociedade brasileira parece acompanhar a tendência de proles reduzidas, escolha reflexiva da maternidade e trabalho feminino, embora marcadas pelas profundas desigualdades sociais existentes no país. E se passamos por um período de transição no sentido de uma busca pela igualdade na responsabilidade parental, a maternidade ainda é pensada como elemento da cultura e identidade femininas.

No intuito de ilustrarmos esta espécie de padrão conflituoso entre permanências e mudanças na família e nas relações de gênero, ou entre as dimensões objetiva e subjetiva da vida familiar através de outras pesquisas já realizadas, selecionamos dentre alguns, dois estudos exemplares. Embora existam algumas opções, como os trabalhos de Maria Luiza Heilborn (2004) e Marlise Mattos (2000), optamos pela pesquisa já inúmeras vezes citada de Vaitsman (1994) e o trabalho da antropóloga Tania Salem (2007) – por se assemelharem mais

ao nosso universo pesquisado, buscando compreender o funcionamento interno de famílias conjugais heterossexuais de camadas médias. Vale notar que todos os trabalhos citados neste parágrafo se referem à “classe média Zona Sul carioca”. Isto pode sem dúvidas caracterizar uma espécie de amostra viciada, tomada como a vanguarda da cultura mais moderna brasileira em termos de comportamentos, como aponta Gilberto Velho (1987; 2006). Posta esta restrição, uma vez que certamente o contexto curitibano diverge do carioca, daremos sequência a este capítulo indicando o resultado das análises de campo destas duas pesquisas.

As disposições e dilemas da parceria igualitária são o foco de Salem (2007), sobre a modalidade de maternidade/paternidade chamada de casal grávido, que se instalou no Brasil durante a década de 1980. Embora a tese original tenha sido defendida em 1986, o livro só mereceu publicação recente, com pequenas revisões. Ao avaliar este processo, Salem informa que o objeto de pesquisa, a saber, o Casal Grávido (CG), já deixou de existir. Apesar desta extinção, seus temas permanecem atuais, no sentido que servem como mapeamento não da prática social específica, mas de um princípio individualista que informava a parceria de tais casais, bem como suas limitações. O caldo cultural na qual nossa própria pesquisa se localiza.

O CG consistia basicamente em dois eixos: (1) o envolvimento do homem em domínios tradicionalmente femininos (parto, assistência médica, cuidado com o bebê, etc.), e (2) a aderência ao parto natural, com o mínimo de interferências e parafernalias médicas possíveis. Evoca também, como dito, um tipo particular de relação, e que nos interessa mais de perto aqui, comprometida com o valor da igualdade. O CG seria segundo a autora uma “experiência sintetizadora” desta modalidade conjugal. Outro aspecto que nos interessa neste trabalho é a visão de classe como ética, uma vez que nossa própria pesquisa está circunscrita nas “camadas médias”. Esta abordagem privilegia o compartilhamento de valores morais sobre características mais objetivas ou econômicas.

De acordo com a pesquisa, os encontros do CG fariam parte da construção do casal enquanto “grávidos”, o parto seria seu ritual máximo, e o pós-parto o momento de crise deste projeto. Faria parte da construção da conjugalidade do casal – que os levava a ter o perfil CG – a noção de parceria igualitária, que a autora define em três instâncias: a psicologicidade, a igualdade e a mudança (entendida como aperfeiçoamento da relação). Assim, os casais previamente entendiam seu vínculo como eletivo e afetivo, e não suscetível a maiores englobamentos. A disposição para ser um só aparecia como algo bastante central em suas vidas, expressa na prática pelo compartilhamento de gostos, interesses e atividades. A privacidade pessoal era vista de forma ambígua: necessária, mas sem poder extrapolar o limite da unidade e do compartilhamento; o que significaria um padecimento da relação. A

fidelidade era vista muito mais em função de um contrato entre as partes, do que como um paradigma moral dado *a priori*. Todos estes elementos, resume a autora, expressavam esta ânsia em *ser um só*. A arte de discutir relacionamentos era também tida como indispensável, no que diz respeito ao aperfeiçoamento do casal, imperativa segundo os informantes na passagem da paixão para o amor: unidade dada para unidade construída. Assim, o maior desafio sentido pelos cônjuges era fazer uma “unidade de dois”; equilibrando elementos de “simbiose” e de “individualização” (SALEM, 2007, p.179). Para isso eram necessários indivíduos cientes de suas próprias fronteiras, tal qual Giddens pontua ao discutir a intimidade contemporânea, e antes dele inclusive:

Conclui-se dessas considerações [sobre a unidade de dois] que o casal igualitário não promove uma emancipação progressiva dos cônjuges com respeito à relação. Ao contrário, ele expressa um modelo forte de existência conjugal. O ideal da completude, assentado na *complementaridade simétrica*, constitui sua maior aspiração e razão de ser. Por outro lado, é precisamente na perseguição incessante desse ideal que se fundamenta sua vulnerabilidade: o casal converte-se em uma unidade tão carregada de sentidos e de expectativas que não é de todo surpreendente que seja alta a probabilidade de sua implosão. (SALEM, 1997, p.181, grifo da autora)

Esta seria a tensão constitutiva do casal igualitário. No que diz respeito ao próprio projeto do CG, a divisão do trabalho procurava ser menos acentuada. Aqui aparecem também elementos de ruptura com as ideologias das famílias de origem, como na fala de uma entrevistada de Salem que diz “Eu queria ser anti minha mãe.” (p.186) De acordo com as pesquisadas, isso significava ter uma maior proximidade psicológica com filho por nascer, dando-lhe maior compreensão e autonomia. Em suma, na construção do CG – que implicava objetivamente em reuniões semanais, aulas de práticas corporais, ginástica para grávidas, dentre outros elementos – há uma reestruturação do casal, que tende a se isolar dos amigos e das famílias de origem de ambos, e na qual gestação e bebê se tornam prioridade em conversações e atividades. A tentativa de aproximação dos futuros avôs e avós, especialmente os da mulher, são sentidas com invasivas, algo que logo entrará em crise. O círculo de amigos se fecha naqueles que também esperam ou já têm filhos. Adquirem assim a forma do CG.

O parto, por sua vez, é a condensação máxima desse projeto, onde a presença das famílias de origem era sentida como um tabu, pela interferência negativa e os palpites desmedidos. Se o nascimento é o momento ritual do CG, o pós-parto é a “crise” deste ideal ritualizado, admitida em todos os casos pesquisados, inclusive como uma categoria nativa. A nova relação criada entre a mãe e o bebê ameaça a antiga unidade do casal, surgindo como nova prioridade. Assim, se desacoplam as necessidades e os desejos do homem e da mulher, construídos ao longo do projeto como amalgamados. Nas entrevistas os homens pareciam se

ressentir e lamentar mais o tolhimento da liberdade; aqui podemos até arriscar uma comparação com a clássica psicanalítica “inveja do pênis”, na correlata inveja da amamentação e unidade com o bebê recém-nascido. Como diz um entrevistado homem: “Ela está com uma necessidade real de construir um ninho e eu com uma necessidade real de ir pro mundo, e aí as coisas começam a se chocar.” (SALEM, 2007, p.199) Neste momento de crise há, portanto, uma segregação prática de domínios e atividades; especialmente quando as mulheres interrompem suas atividades profissionais, mesmo que de forma temporária.

O dilema com as famílias de origem, que é expresso em geral pela presença intensa da parentela feminina, faz o marido sentir seu espaço invadido. As tensões entre a jovem mãe e sua mãe também não são menos conflituosas. A ajuda é vista como boa e útil, mas simultaneamente dominadora. Pelo espectro das avós, estas se ressentiam em ser requisitadas, tendo suas rotinas bruscamente alteradas, mas sem poderem tomar decisões efetivas que competiam ao casal. Por fim, os homens faziam de tudo para se ausentar ao máximo de suas casas, ainda numa última fala emprestada: “Minha casa virou um hospício e eu me sentia extremamente invadido.” (SALEM, 2007, p.205) – excelente retrato das tensões reais e psicológicas no *domestic heaven*. Após o nascimento há outra questão em pauta: como formar uma “unidade com três”. Juntar-se ainda mais, mas também “discriminar-se”, uma categoria nativa muito utilizada, garantindo fronteiras tidas como saudáveis:

Isto é, o indivíduo deve ser saciado com seu anseio de singularização e de não-englobamento pelo outro e, ao mesmo tempo, ser cúmplice de uma vida compartilhada e de uma existência comum. Em uma palavra, o desafio é, como casal, ser dois e simultaneamente permanecer um só. Essa questão parece constituir seu grande tema e seu maior dilema. (SALEM, 2007, p.210)

Assim, nas conclusões do trabalho, Salem faz referência à dificuldade de implementar esses valores na cultura brasileira, que são, podemos dizer, tensões inerentes ao gênero. Tal como na democracia, discorre a autora, encontrar a unidade na diversidade não é assunto fácil – alinhando novamente sua análise com algumas das teses giddensianas. Novamente, a tensão expressa na categoria de “discriminação”, podemos até imaginá-la num sotaque carioca, é entre a “complementaridade simétrica” e as diferenças subjetivas. Algo que será muito central em nossas próprias análises e que parece ir novamente de encontro com a articulação proposta por Machado (2001), entre dois códigos simultâneos de sociabilidade típicos do Brasil: o relacional/hierárquico e o de cidadania.

Vaitsman (1994) aborda o casamento e a família através de casais que se separaram nas décadas de 1970 e 1980. Vamos apresentar os resultados analíticos em três focos, como os próprios eixos sugeridos pela socióloga: (1) a relação com as famílias de origem, (2) os

limites e oportunidades lançados pela década de 1970 e (3) o momento de reconstrução da família. Como já indicamos, as transformações políticas, econômicas e culturais no fim dos anos 1960 levam à instabilidade e à ruptura de padrões sociais, e ao elevamento do estatuto dos projetos individuais. O estímulo que as mulheres tiveram para estudar, sua participação no ensino superior e no mundo público são condições fundantes para a ruptura dos papéis sexuais típicos da ordem burguesa. A formação da classe média brasileira deu condições para o estímulo da escolaridade dos filhos. No caso das mulheres, o estudo e a profissão eram vistos como complementares ao casamento. Uma forma prática de entender isso era o fato de serem especialmente estimuladas a serem professoras primárias, ocupação que não conflitava com o desempenho do papel doméstico. Contudo, cada vez mais meninas adolescentes desta geração de transição – universitários no fim da década de 1960 – se recusavam a fazer o curso normal que levava ao magistério primário, o que levava a certos conflitos com a família de origem. Uma nova identidade se forjava, não mais estritamente vinculada ao desempenho de uma função doméstica.

Na fala dos entrevistados era evidente a diferença de estímulo dos pais para filhos homens e filhas mulheres. No caso dos homens, as carreiras masculinas típicas eram a militar e os cursos de engenharia, medicina e direito. Isso provocava conflitos por ter um escopo muito restritivo: “As pressões sobre homens e mulheres, embora com objetivos opostos entre si, cumpriam a mesma função.” (VAITSMAN, 1994, p.96) Mas para os homens a educação superior não teve o papel revolucionário que teve para as mulheres, pois para estas era a abertura de todo um campo de possibilidades de auto-desenvolvimento e processos de “individuação”¹³. Assim, foram elas as atrizes principais nesse processo de redefinição de papéis, algo que é também reforçado por Giddens ao falar sobre as democracias na esfera pública e na vida íntima, que evidentemente só funcionam em conjunto. Mas esta transição não ocorre sem certos conflitos internos, uma vez que esbarrava em convenções sobre os papéis e comportamentos sexuais esperados. Nas palavras da autora,

Estimuladas pelos pais a estudar, mas ultrapassando com frequência certos limites esperados, desenvolvendo projetos de vida que não se restringiam à esfera do curso normal e do casamento, elas romperiam com certos comportamentos que, teoricamente, deveriam seguir, se o modelo da geração anterior fosse reproduzido. Aqui nos deparamos não só com tensões entre indivíduo e família, mas sobretudo com a ruptura de um sistema de relações de gênero que abalaria radicalmente a família. (VAITSMAN, 1994, p.98)

¹³ Assim como no trabalho analisado anteriormente de Tania Salem (2007), Jeni Vaitsman utiliza o termo “individuação” para se referir aos processos e trajetórias pessoais de autonomia e projetos cada vez mais individualizados – um correlato do processo maior de “individualização”, como visão de mundo e processo de caráter societário.

Nas suas entrevistas aparece muito claramente a angústia de jovens – revisitando seu passado – que queriam estar longe de seus pais, como, por exemplo, nos que faziam o movimento migratório do interior para a cidade em busca de estudo. A separação com a família de origem nestas mudanças foi acompanhada pelo papel fundamental da universidade, lócus de valores libertários e igualitários dentro da resistência contra a ditadura militar. O parentesco é, assim, sentido como uma fonte de opressão sobre o indivíduo. A classe média se consolidava por uma separação física e simbólica daquilo que a família de origem representava. Estes questionamentos levam a formas diferentes de viver os relacionamentos afetivo-sexuais, pautados numa luta anti-autoritária maior.

Para as mulheres desta geração a participação no espaço público e a quebra do tabu da virgindade foram vividos como processos paralelos. Das onze pesquisadas, apenas uma delas casou virgem, como informa a autora. As outras dez já haviam tido relações sexuais, embora em todos os casos com os próprios noivos, seus futuros maridos. Os homens enfrentavam outras barreiras, como as exigidas provas de virilidade, em muitos casos perdendo a virgindade com prostitutas e empregadas domésticas – reforçando uma visão separada de sexo e afeto e o duplo padrão de moralidade. Nas famílias de origem dos entrevistados fica patente o maior controle sobre as filhas mulheres, e uma maior frouxidão do controle social e sexual sobre os filhos homens. Este padrão se mantém entre adolescentes de escolas públicas e particulares, seus pais e educadores como indicam Castro, Abramovay e Silva (2004), numa pesquisa de caráter nacional sobre a qual já chamamos a atenção.

Com relação ao instituto do casamento, as entrevistas de Vaitsman (1994) mostram que em alguns casos a pressão familiar levava ao ritual, embora já aparecesse como enfraquecido ou não sentido como necessário fora de tais pressões externas. Esta geração de transição fica entre dois mundos: um precedente, de dicotomias e certezas estabelecidas; e outro de pluralidade, heterogeneidade e fomento da individualidade. Em resumo, a família perde a sua força normatizadora com o crescimento das possibilidades de individuação na educação (especialmente para as mulheres) e na política (para ambos os sexos), promovendo duas grandes rupturas interligadas: (1) no desempenho dos papéis públicos e privados e (2) nos comportamentos sexuais.

Ao procurar mapear como foram vivenciadas as tensões entre o indivíduo e o coletivo ou, dito de outro modo, entre valores tradicionais das famílias de origem e outros “modernos” que emergiam como possibilidades tentadoras, a autora também traz à tona as dificuldades produzidas pela convivência individualizada. Embora a figura do homem provedor e da mulher dona de casa tenha perdido sua força no imaginário desta geração, muitos homens não

acompanhavam suas esposas em seus projetos individuais. A abertura de novos projetos para as mulheres, como o investimento em carreiras profissionais, levou muitas vezes a caminhos separados. Os homens pareciam se ressentir da liberdade feminina recém conquistada, algo que aparece na fala de ambos, como indica uma entrevistada: “A queixa era a minha liberdade. Ele não admitia isso, quando eu estava me fazendo bem, fazendo o que eu queria.” (VAITSMAN, 1994, p.127) Se antes as mulheres se subordinavam naturalmente ao projeto de seus maridos, esta não era mais uma realidade do campo de pesquisa. Estes limites não mais aceitos colocam o instituto do casamento em crise e, desta maneira, podemos inferir que valores igualitários co-produzem conflitos e separações.

A maternidade, como Salem (2007) já mostrou, é um locus privilegiado do surgimento destas tensões. Núcleo duro da divisão sexual do trabalho em sentido mais tradicional, Vaitsman (1994) mostra que logo após o nascimento as mulheres teriam um envolvimento muito grande com os filhos, e num momento subsequente se sentiriam sufocadas pelo desempenho da maternagem. Surgem também, exclusivamente para as mães, crises existenciais e identitárias, como mostra a seguinte fala: “Não sei o que sou, se sou estudante, se sou mãe, se sou mulher.” (VAITSMAN, 1994, p.131) No momento em que surgem os filhos, as rupturas com as dicotomias mais tradicionais parecem retroceder substancialmente. Os homens não sentiam tal fragmentação a partir da experiência de paternidade. Para eles a questão “quem sou” não se colocava. Ademais, nenhum dos entrevistados abandonou seu projeto profissional por causa dos filhos, movimento que ocorreu com algumas mulheres. Nas palavras da socióloga: “A guerra da igualdade, ao transferir-se para as cenas da vida privada, produziu uma fragmentação que, incorporada ao mundo feminino, só poderia ser vivenciada pelas próprias mulheres.” (VAITSMAN, 1994, p.133) Agora que os papéis não estão mais pré-definidos, há uma negociação que leva em conta as demandas pessoais e psicológicas de ambos os cônjuges. A equação que resulta disso é que com a minimização do consenso, amplia-se o conflito. Em resumo, a maternidade ao promover uma re-privatização da mulher pode ser catalisadora de separações.

A satisfação emocional foi mencionada por todos os entrevistados, homens e mulheres, como um requisito fundamental para a manutenção do casamento. O movimento de separar-se, produto desta subordinação aos projetos individuais de cada um, é sentido com insegurança. Quase todas as entrevistadas tinham um trabalho público e mantinham alguma relação, mais ou menos próxima, com o movimento feminista. O pós-separação levava as mulheres à dupla jornada. Quando vinha a separação, as famílias de origem, especialmente as mães das mulheres, surgiam como um recurso importante na reorganização da rotina. Isso era

um foco de conflitos, como indicam muitos outros trabalhos, uma vez que as mulheres mais velhas não entendiam as questões de teor psicológico subjacentes ao divórcio. O “fim do amor” não era concebível como motivo legítimo para o desmantelamento da família de acordo com as mães das mulheres recém divorciadas. A quase totalidade da amostra feminina procurou análise e suporte psicológico pessoal após a ruptura; e nenhuma delas, pertencendo à classe média, pode prescindir do uso dos serviços de empregadas domésticas. Tais dificuldades na reestruturação da vida não assolavam os homens com a mesma intensidade e com os mesmos significados, seja em relação às pressões da família de origem ou acerca do trabalho (retomada de projetos profissionais). Os recém separados não mencionam batalhas na afirmação profissional – um espaço previamente ganho –, no cuidado com os filhos, ou no reingresso da vida afetiva e sexual.

Para a autora, neste contexto pesquisado a “ambiguidade sociológica da família” entre o individual e o coletivo ganha mais espaço para eclodir. O sentimento de fragmentação da identidade é inegável e a acompanha. “Não é mais a família como uma instituição coesa – ou que detém o poder aí dentro – que sujeita as vontades pessoais, mas o contrário.” (VAITSMAN, 1994, p.151) Mas embora isto faça sentido dentro da pesquisa, não precisamos ir além desta para inferir que essa inversão de causalidade pode e deve ser relativizada, lembrando novamente a solução encontrada por Machado (2001). Tal ambigüidade está, ao que tudo indica, longe de ser resolvida, como veremos no universo pesquisado.

No último eixo de análise do trabalho, sobre a reconstrução da família após a separação, surgem variedades de projetos, arranjos e acomodações, num padrão aparentemente caótico. Muitas das mulheres se construíram como chefes de família. A não-coabitação emerge do “desvio” para adquirir legitimidade social. A existência dos filhos é determinante na tomada de decisões e nos rearranjos amorosos, especialmente no caso das mulheres, vistos como uma fonte potencial e real de conflitos com os novos parceiros após o primeiro casamento. Os parceiros procuram agora um equilíbrio entre segurança/compartilhamento da vida, mas sem perder a liberdade. Em nenhuma das entrevistas a pesquisadora escutou um discurso sobre um modelo estanque e definido de como rearranjar a convivência e a família. Porém, algo sintomático, escutou muitas falas que evocavam a *nostalgia* com os antigos padrões, embora este elemento não chegasse a gerar novas ilusões de complementaridade. Desta maneira, a família conjugal moderna ainda perdurava no imaginário dos entrevistados, mesmo que de forma fantasmagórica.

A família não desapareceu, diz ela. O efeito perverso destas transformações e das lutas femininas são a falta de tempo e de espaço no trânsito intenso entre várias funções, mais

aguda no caso das mulheres. A organização complexa do cotidiano é definida por uma entrevistada como “tempo picadinho” ou outras expressões semelhantes que denotam essa passagem entre o lar, o trabalho, os filhos e o lazer. Nas entrevistas realizadas em 1991 – sendo a primeira leva de 1985 –, radicaliza-se o discurso sobre a permanente reavaliação de escolhas e possibilidades. A família volta a ter um papel de âncora na vida de boa parte dos entrevistados, agora na faixa dos 40 anos. Passados estes anos, volta-se a falar sobre a diferença sexual de um ponto de vista mais conformista – como o momento de crise vivido pelo CG. A ilusão de encontrar um parceiro perfeito também não surge nas falas dos anos 1990. Pelo contrário, homens e mulheres procuram lidar com parceiros reais, de carne e osso. Isso indicaria, segundo Vaitsman (1994), o fim do mito do amor romântico e do amor eterno.

Assim, vislumbra o fim de um modelo dominante de casamento e família nesse segmento social. Mas embora os papéis – expressão que inclusive já caiu de moda – tenham se flexibilizado, as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pela administração doméstica e familiar. O recado final ficaria novamente por conta das tensões entre a reprodução e a inovação de modelos de convivência conjugal e familiar. Ou seja, embora as autoras optem por enfatizar os vínculos conjugais dentro de uma ideologia individualista e igualitária, não precisamos ir além de suas próprias descobertas para mostrar que estas “novas experiências” lançadas no Brasil nos anos 1980-90 possuem uma série de limitações, no que tange a permanência de hierarquias.

Esta *dissonância* constante é o que encontramos no universo pesquisado, a qual parece dizer respeito ao ritmo subjetivo mais lento para assimilar transformações sociais e identitárias. Nosso principal argumento é que embora estejam em processo transformações nas relações e nas representações de gênero dentro do universo familiar das camadas médias, ainda podemos identificar uma tensão substantiva na implementação deste modelo igualitário de convivência familiar, conjugal e na relação com os filhos. Buscamos isto no campo de pesquisa através da manutenção da conjugalidade e na relação conflituosa dos pais com a autonomia crescente dos filhos – sempre olhados de uma perspectiva de gênero essas relações vinculadas à diferenciação da experiência familiar. Antecede-se a esta análise uma explicitação de nossas abordagens metodológicas.

II. ABORDAGENS DA PESQUISA

Antes então darmos voz a experiência de membros de duas famílias com um arranjo hegemônico de convivência, explicitamos de qual perspectiva estamos olhando para o universo estudado, a partir de qual metodologia e como operacionalizamos a coleta dos dados. Em primeiro lugar iremos clarificar a perspectiva de gênero para a análise dos universos familiares interrogados, indicando afinal o que entendemos por relações de gênero dentro da família e por que esta abordagem muda radicalmente a maneira de produzir conhecimento sobre esta instituição. Num segundo momento iremos explorar brevemente a matriz interpretativa pela qual lemos o material, usando alguns autores clássicos e contemporâneos que nos ajudam a legitimar esta escolha. Por último, na seção intitulada *Caminhos da Pesquisa*, descrevemos em detalhes todo o trajeto da pesquisa, apresentando as famílias trabalhadas, a aproximação com o objeto e as estratégias para a realização das entrevistas, bem como algumas limitações percebidas no processo de pesquisa.

1. Perspectiva de gênero: a “diferenciação da experiência familiar”

Numa artigo da socióloga Lucila Scavone (2008a), a autora reflete sobre as relações entre a sociologia e os estudos de gênero na atualidade, apontando que

[...] ainda persistem inúmeros preconceitos que os estudos feministas e/ou estudos de gênero causam às/aos cientistas sociais em geral, que, ao recusarem sua relativa autonomia histórica, teórica e política, consideram-no de menor importância diante de questões sociológicas e políticas abrangentes. (SCAVONE, 2008a, p.173)

A autora defende que não devemos desacoplar a categoria “gênero” das disputas performatizadas pelos movimentos feministas, pois ela não é neutra e imparcial, mas forjada dentro de contestações de teor político. Explico brevemente esta emergência a partir do artigo selecionado, antes de falarmos sobre o olhar feminista sobre a família, que nos interessa particularmente.

Fruto das transformações sociais que derivam da década de 1960, que promove uma revisão de paradigmas colocando em cena os “novos sujeitos”, que descontroem a perspectiva de sujeito único, universal e masculino, nas ciências sociais de modo geral há uma desconstrução da dicotomia tradicional entre o indivíduo e a sociedade, o particular e o todo. Estas rupturas não estão separadas dos movimentos sociais deste mesmo período, como no

caso do feminismo contemporâneo. Embora sem desconhecer que o recorte entre primeira e segunda ondas do movimento esteja passando por uma crise através de discussões atuais, Simone de Beauvoir (1980) seria a precursora de uma nova etapa do feminismo, através de seu conhecido livro *O Segundo Sexo*. De acordo com Scavone (2008a), embora a francesa ainda não conceitue “gênero” especificamente, ela é a grande responsável eleita por problematizar pontos necessários para a politização de questões privadas; sendo retomada, poderíamos dizer, como nada menos que a “mãe” do feminismo.

Os dois grandes temas historicamente relevantes que cunharam estas discussões foram a dupla jornada de trabalho feminino na sociedade moderna e o advento da contracepção médica que rompe com o determinismo biológico da maternidade. Ainda de acordo com Scavone, elenca-se comumente três grandes etapas históricas do feminismo: (1) a fase universalista, das lutas igualitárias pela aquisição de direitos; (2) a diferencialista ou essencialista, pela afirmação das diferenças e da identidade; e a (3) pós-moderna que apoia a construção de sujeitos múltiplos, representada principalmente pelas críticas de Butler (2010), apresentadas no primeiro capítulo. Saliento estas fases sistematizadas pela autora, no intuito de mostrar que a teoria feminista não é algo homogêneo, mas derivada de contextos diversos. O diálogo com diferentes matrizes teóricas da sociologia – como evidenciamos em alguns momentos do primeiro capítulo – é indispensável para o desenvolvimento das reflexões feministas e de gênero, embora ainda seja produzido como uma via de mão única. Em todo o caso, se há algo uníssono dentro das suas diversas matrizes, da maneira como Scavone encerra sua reflexão, é de que o “privado também é político”.

Em seu *O Tráfico de Mulheres* publicado originalmente em 1975 nos Estados Unidos, a antropóloga Gayle Rubin (1993) foi uma das pioneiras em enfatizar que a opressão sexual não deriva dos sexos como categoria biológica, mas sim da cultura que funcionaria como uma economia política dos sistemas sexuais. O conhecido trabalho é uma revisão exegética dos sistemas teóricos de Lévi-Strauss e Freud, tomados como os primeiros autores a indicar, mesmo sem perceber, teorias da opressão feminina.

Apoiando-se nas discussões de Marx para realizar tal exercício, Rubin (1993) ironiza: “[...] o que é uma mulher domesticada? Uma fêmea da espécie. Uma explicação é tão boa quanto a outra: uma mulher é uma mulher. Ela só se torna doméstica, uma esposa, uma mercadoria, uma coelhinha, uma prostituta ou ditafone humano em certas relações.” (RUBIN, 1993, p.2) Para ela, Freud e Lévi-Strauss estão para as feministas como Ricardo e Adam Smith para Marx. Quando submetidos a um olhar feminista, fornecem instrumentos para pensar a opressão feminina. A guisa de definição, a antropóloga chama de um sistema

sexo/gênero, “um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas.” (RUBIN, 1993, p.2)

Embora, como dito, ela utilize algumas analogias, ela começa a questionar se os conceitos do marxismo clássico seriam suficientes para pensar a sexualidade humana. Por exemplo, o capitalismo e o trabalho doméstico realizado pelas mulheres na sua infra-estrutura deixam de explicar por que em outras sociedades e sistemas de produção as mulheres também ocupam uma posição subordinada em relação aos homens.

Ao fazer uma revisão das estruturas de parentesco baseadas na troca de mulheres e o tabu do incesto que lhe embasa; e do percurso edípico na teoria psicanalítica do qual derivam a formação das identidades sexuais¹⁴, que não iremos reproduzir aqui em detalhes, Rubin conclui que

A precisão com a qual Freud e Lévi-Strauss combinam é tocante. Os sistemas de parentesco requerem uma divisão dos sexos. A fase edipiana divide os sexos. Os sistemas de parentesco incluem conjuntos de regras governando a sexualidade. A crise edipiana é a assimilação destas regras e tabus. A heterossexualidade obrigatória é o produto do parentesco. A fase edipiana constitui o desejo heterossexual. O parentesco baseia-se numa diferença radical entre os direitos dos homens e das mulheres. O complexo edipiano confere direitos masculinos ao menino, e obriga a menina a contentar-se com seus direitos diminuídos. (RUBIN, 1993, p.20)

Assim, ela inscreve este sistema sexo/gênero na dimensão da atividade histórica humana, superando sua aparência biológica. E afirma que uma agenda política no sentido de sua transformação é a única via para podermos reorganizar este sistema, que nada tem de natural.

A historiadora Joan Scott (1990) publica em 1986 o *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, no qual faz um balanço da categoria “gênero”. Ela inicia sua reflexão indicando que os termos gramaticais têm sido mobilizados para evocar os traços sexuais. As feministas começam a usar a expressão “gênero” como uma organização social da relação entre os sexos, ou seja, primeiramente para mostrar a sua dimensão cultural, rejeitando o determinismo biológico atribuído à diferença anatômica. Sua primeira aparição ocorrera entre as feministas norte-americanas, dentre as quais a própria Rubin, que procuravam também denotar a dimensão relacional do gênero, não versando exclusivamente sobre as mulheres. O efeito disso para os sistemas científicos não é descartável,

¹⁴ Produzi um artigo para o *I Seminário Nacional de Sociologia & Política* da UFPR em 2009, publicado nos anais do evento, sobre o texto final de Freud sobre a feminilidade (FREUD, 1996a) e as críticas de Simone de Beauvoir a esta abordagem. Neste, visito em detalhes as particularidades do percurso edípico feminino na psicanálise clássica e derivado daí algumas reflexões para pensar a família. O título do artigo: *Horizontes epistemológicos para o estudo da família contemporânea: psicanálise, feminismo e subjetividade* (AZEVEDO, 2009).

Além disso, o que é talvez mais importante, o “gênero” era um termo proposto por aquelas que sustentavam que a pesquisa sobre as mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas no interior de cada disciplina. As pesquisadoras feministas assinalaram muito cedo que o estudo das mulheres não acrescentaria somente novos temas, mas que ele iria igualmente impor um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente. (SCOTT, 1990, p.6)

O trabalho das feministas corresponderia então a nada menos que uma ruptura epistemológica. Este exame crítico da história deveria incluir a experiência obscurecida das mulheres. Não só, pois há um interesse conjunto pelas categorias de classe e raça, mostrando uma história que deveria incluir o discurso dos oprimidos e a compreensão da natureza de sua opressão.

Ao questionar como o gênero funciona nas relações sociais, Scott salienta que as respostas para esta questão dependem do gênero como categoria de análise. Em sua utilização mais simples, é um sinônimo mais erudito para “mulheres”, em busca de legitimidade no meio acadêmico. Indica também que as informações sobre homens e mulheres não podem ser pensadas em separado. É utilizado para designar relações sociais entre os sexos, e enfatizar que a construção dos “papéis” é inteiramente social, como uma “categoria social impostas sobre um corpo sexuado” (SCOTT, 1990, p.7). O problema destas acepções mais comuns é que elas parecem não estar associadas a dimensões políticas e de poder – já que diriam respeito apenas às relações entre os sexos; também um resultado de uma visão funcionalista da separação entre as esferas pública e privada, como infere a autora.

Na sequência de seu artigo clássico, a historiadora indica que há um espaço aberto de diálogo com as ciências humanas e o pós-estruturalismo, pensados como aliados das feministas. Este diálogo ajudaria a substituir a noção de poder clássica:

Enfim, temos necessidade de substituir a noção de um poder social unificado, coerente e centralizado por qualquer coisa que esteja próxima do conceito foucaultiano de poder, entendido como constelações dispersas de relações desiguais, constituídas pelos discursos nos “campos de formas” sociais. (SCOTT, 1990, p.14)

Como já indicamos no primeiro capítulo, a *História da Sexualidade* de Foucault (1988) serve para as feministas por sua maneira inovadora de entender as relações de poder, como relações sutis e cotidianas, que pouco tem a ver com o poder soberano de outrora.

Em busca de uma definição própria, Scott (1990) enfatiza que o gênero como categoria é (1) um elemento constitutivo das relações sociais sobre a diferença percebida entre os sexos e (2) um primeiro modo de dar significado às relações de poder. Da primeira derivam (a) os símbolos culturalmente percebidos que evocam representações simbólicas, como as de Eva e Maria como mulheres; (b) os conceitos normativos que colocam em evidência as

interpretações de sentido, limitando-as e fazendo a posição dominante aparecer como única possível (escondendo os conflitos nesta disposição); (c) a noção de política e a referência às instituições e às organizações sociais como a família, o trabalho e a educação (lembrando que o gênero é constituído através do parentesco, mas não somente); e, finalmente, (d) a questão da identidade subjetiva, da qual a psicanálise é um instrumento importante para pensar sua reprodução, desde que relativizando suas pretensões universalistas.

Nenhum destes elementos pode ser pensado sem os outros, pois é daí que se articulam dimensões políticas e disposições privadas. Quando Scott aborda a significação das relações de poder através do gênero, ela aproxima-se de Foucault e cita também o trabalho de Bourdieu, quando este analisa a matriz binária de nossa identidade, na qual se organiza o cosmos social, criando um esquematismo que Butler (2010) chamará mais tarde de “matriz de inteligibilidade binária”. Fechando sua própria contribuição:

O gênero é então um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. Quando as(os) historiadoras(es) buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero se legitima e constrói as relações sociais, elas(eles) começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as maneiras particulares e situadas dentro de contextos específicos, pelas quais *a política constrói o gênero, e o gênero constrói a política*. (SCOTT, 1990, p.16, grifos nossos)

Esta é a principal agenda da autora: reposicionar a discussão sobre o gênero, no sentido de enfatizar que ela não está separada como um tema meramente relativo às coisas privadas e portanto menos importantes. Gênero e poder se constroem reciprocamente, embora ela mesma afirme que a natureza deste processo só possa ser determinada na experiência concreta.

É sabido que a contribuição feminista no debate acerca da família, conjugalidade e parentalidade, traz consigo exatamente esta conotação política, de visibilizar a experiência feminina dentro do lar, tomada pelos teóricos funcionalistas que a precedem como um paraíso doméstico sem conflito nem poder. Esta dimensão possui caras questões metodológicas, pois modela o nosso olhar sobre as relações sociais. Ao falarmos sobre essas questões seria impensável não nos debruçarmos no clássico publicado no início da década de 1980 por pesquisadoras feministas norte-americanas. Barrie Thorne (1982) na apresentação desta coletânea nota como a família emerge como uma questão política nas décadas de 1960 e 1970: a chamada “*family crisis*” tem como mote as altas taxas de divórcio, o crescimento do emprego de mulheres casadas e de pais solteiros (especialmente mulheres).

Embora não seja possível postular uma homogeneidade teórico-metodológica na abordagem feminista sobre a família, alguns temas centrais podem ser elencados de acordo com a autora, como se segue: o desafio aos dogmas sobre a família monolítica, baseada na

divisão do homem público e da mulher privada; a análise social e histórica da família, decompondo suas estruturas latentes de sexo, gênero e geração (sendo gênero a categoria básica de análise e a maior contribuição feminista para a teoria da família); a exploração da experiência mistificada, como no caso da maternidade, e o evidenciamento de relações de conflito e violência; o questionamento das fronteiras da família e do seu isolamento real ou ilusório, desafiando a dicotomia anteriormente citada.

No que diz respeito ao conceito monolítico de família, as feministas criticam a linguagem imutável utilizada para descrever esta unidade, que é ideologicamente construída para criar um mapa funcional de papéis. A família nuclear moderna foi tomada como *A Família*, e esse modelo contém uma chave para a opressão feminina: a exclusão das esferas de poder político e de status social. Sua ideologia extravasa a família e mostra através desta lente o lugar adequado da mulher na sociedade.

Essa família, salienta Thorne, não é tampouco factual. Novos arranjos se evidenciam, assim como no Brasil contemporâneo, como podemos inferir a partir dos indicadores sociais domiciliares (IBGE, 2010). Cresce o número de casais sem filhos, de pessoas morando sozinhas, ambos os cônjuges trabalhando, nota-se o adiamento da idade de fecundidade, bem como o crescimento da escolaridade feminina (especialmente entre os universitários). Dados como esses comprovam aquilo que Vaitsman (1994) explora: a família hegemônica tende cada vez mais a conviver com outros arranjos mais fletíveis. Contudo, ainda que essa família conjugal típica não seja embasada em fatos e números, seu poder simbólico oferece riscos para aqueles que não se enquadram no modelo normativo. Outra questão feminista que Thorne levanta é que de todas as instituições sociais a família é a que parece mais “natural”. Neste contexto, a procriação e a reprodução aparecem como biologicamente fundadas.

A “diferenciação da experiência familiar” (THORNE, 1982, p.10 e seguintes) é o elemento básico da análise feminista que elegemos para analisar o universo pesquisado. É preciso lançar um olhar sobre as estruturas subliminares de gênero e geração no cotidiano familiar. Até a década de 1980 experiência das mulheres dentro do ambiente doméstico foi distorcida, em especial por ser uma experiência registrada sempre de fora, silenciando a percepção das próprias mulheres. Se pelo menos desde o século XIX esta versão da mulher/mãe está consolidada – como apresentamos em diversos momentos do primeiro capítulo, a exemplo da história da família escrita por Shorter (1975) –, ela oferece uma margem identitária muito estreita para as mulheres, simbolizando de modo fatalista o feminino com a maternidade. De acordo com Thorne (1982) a mistificação da maternidade é compreendida por muitas feministas como mais um instrumento de opressão, e dos mais

poderosos. Uma visita na história da família da perspectiva do historiador Philippe Ariès (2006), também permite-nos vislumbrar o quanto este sentimento de família, que envolve afeto entre os membros e cuidados específicos com as crianças, está muito circunscrito na modernidade e fundado na separação das esferas pública e privada. Um dos exemplos mais radicais desta historicidade é a tolerância ao infanticídio, não como conduta legal mas praticada em segredo, até o século XVII.

As feministas resgatam o isolamento e a culpa como produtos da idealização da maternidade, como elementos negativos desta experiência e que foram sistematicamente silenciados. Badinter (1992) enfatiza que a personagem “mãe” deve ser olhada de maneira relativa e tridimensional. No contexto heterossexual, ela só existe na relação com o pai e com os filhos, e numa equação com seus desejos e aspirações pessoais, que podem nada ter a ver com o desejo destes outros vértices do triângulo familiar.

Do modo como entendemos, a antropóloga Claudia Fonseca (2007) afirma que as contribuições do feminismo para a pesquisa sobre a família é decisiva. O tema, segundo a autora, gozaria de pouca popularidade como assunto de análise de cientistas sociais nas últimas décadas. Fonseca assume que há certo desconforto com ele, tanto no Brasil quanto no exterior. O termo família já apareceu de muitas formas e já viveu muitas vidas. Ao tomar como referência um congresso de antropologia da reprodução, a autora salienta que a linha de análise destes trabalhos não se dava tanto pelos objetos de pesquisa, mas pela abordagem, valendo citar:

Na maioria dos estudos, as “perturbações” reprodutivas apareciam não como a quebra de algum parâmetro idealizado, mas como processos concretos que revelam tensões entre o *agency* reprodutivo de mulheres e homens e as forças estruturais que perpassam suas vidas. Atravessando as discussões, existia um esforço comum para desbancar visões eurocêntricas, que naturalizam um ou outro modelo de reprodução, e realizar um programa analítico que coloca em relevo processos de hierarquia, desigualdade e diferença. (FONSECA, 2007, p.11-12)

Esta explosão da pesquisa sobre a reprodução humana, novamente explicada pelo movimento feminista e pelo ingresso de mulheres no meio acadêmico, evidencia uma convergência entre a antropologia, a teoria feminista e o ativismo social, onde se assume uma postura crítica contra uma suposta história natural da criança e da mulher.

De acordo com ela, o livro *Rethinking the Family* foi uma das últimas grandes obras a incluir família no título, cujos pontos de partida ainda mostram muita relevância. Na década de 1980, pesquisadoras focam nas novas práticas familiares de europeus e norte-americanos, indicando que a família nuclear e conjugal não era mais tão hegemônica assim. Motivações políticas levaram a repensar os modelos de análise, como o declínio do Estado de Bem Estar,

levando a instituição a ser um locus privilegiado de problemas e soluções sociais. Fonseca acorda que ela pode ser um elemento crucial para muitas pessoas, mas aceitar família como “categoria nativa” encerra certos perigos.

Assim, em vez de ser concebida como unidade natural, “célula básica” de qualquer sociedade, e instituição chave para a saúde mental de todo o indivíduo, “a família” passa a ser analisada como uma noção política e científica historicamente situada. (FONSECA, 2007, p.16)

Este movimento é fundamental como ruptura à imagem de fixidez, como apresentado pela também antropóloga Mariza Corrêa (1982) para o caso brasileiro. Corrêa sugere repensar a família patriarcal brasileira¹⁵ que parece organizar todas as leituras sobre a família na sociedade brasileira sempre sobre uma figura masculina agregadora.

Para Fonseca, também o investimento no valor afetivo do laço adotivo produz mudanças substantivas nos nossos modos de compreender os laços familiares, fora da consanguinidade. Mas não é apenas nas dinâmicas de adoção que o sentido de família está se deslocando. Movimentos migratórios, coabitação de gerações adultas, crises financeiras, situações de estresse e violência, novas tecnologias reprodutivas; exemplos de tensões inerentes na reorganização da rotina familiar. Em síntese, afirma que “[...] seja através de ‘reprodução’ ou de ‘parentesco’, as novas abordagens implicam num *profundo deslocamento de nossas categorias analíticas*.” (FONSECA, p.30, grifos nossos).

A combinação de mudanças nas práticas sociais e a conversão do olhar analítico para a família converge no sentido de entendê-la sobre os eixos antes impensados de gênero, sexualidade, poder e subjetividade. Para compreender o universo pesquisado, a noção de “diferenciação da experiência familiar” é a síntese destes elementos postos acima. Procuramos ter em mente esta categoria, contrapondo a experiência familiar através dos significados distintos atribuídos a ela, que se entrecruzam como teias de relações de poder estratificadas por categorias e representações de gênero e de geração, que organizam a intimidade de mulheres e homens, jovens e adultos. Esta abordagem nos permite compreender de maneira mais completa a interação estabelecida entre o casal, entre pais/mães e seus filhos e entre os filhos, quando pode ser aplicada. Em síntese, buscando a partir de uma perspectiva de gênero compreender essas relações vinculadas à diferenciação da experiência familiar.

¹⁵ A leitura do pensador social Gilberto Freyre (2006) sobre a formação da sociedade brasileira, no clássico *Casa Grande e Senzala*, a partir dos engenhos de cana pernambucanos, enfatiza que a miscigenação racial é um elemento constitutivo da nação, uma vez que resume a incorporação de elementos nativos indígenas e africanos sobre a liderança agregadora do senhor de engenho, o patriarca. Sabe-se que havia um projeto político de criar uma narrativa unificadora para o povo brasileiro, que possui uma inegável conotação política. Para esta questão, ver também artigo de Jessé de Souza (2000), *Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira*.

2. Algumas considerações sobre a criatividade sociológica

Embora esta não seja uma forma hegemônica de se pensar a ciência, defenderemos na sequência – através de uma seleção dispar de autores que assim parecem concordar, correndo o risco de recebermos algumas acusações de grave heresia, como ironiza Gilberto Velho (2006) em suas discussões sobre subjetividade – que o fazer científico envolve boa dose de criatividade, inventividade e boas intuições por parte do pesquisador.

Max Weber (2004), numa reflexão clássica sobre o fazer científico, nos ajudar a pensar metodologicamente a maneira como concebemos o exercício de pesquisa de acordo com uma matriz interpretativa:

Se a inspiração não substitui o trabalho, este, por seu lado, não pode substituir, nem forçar o surgimento da intuição, o que a paixão também não pode fazer. [...] Seja como for, as ideias nos acodem quando não as esperamos e não quando, sentados à nossa mesa de trabalho, fatigamos o cérebro a procurá-las. É verdade entretanto, que elas não nos ocorreriam se, anteriormente, não houvéssemos refletido longamente em nossa mesa de estudos e não houvéssemos, como devoção apaixonada, buscado uma resposta. (WEBER, 2004, p.26)

O autor sugere que embora exista um grau desejável e necessário de objetividade, que há necessariamente uma conversão implicada na vocação do cientista ao voltar-se para os fatos da vida social. Para Weber a ciência não é um sistema isento de pressupostos. Pelo contrário, aquele que não aceita o processo de racionalização, intelectualização e desencantamento (WEBER, 2004, p.51) não poderá extrair dela qualquer sentido válido. Contudo, a inspiração é indispensável para a realização do ofício da pesquisa científica. Essas considerações vão de encontro com passagem de Umberto Eco (2006), na qual o autor afirma que: “[...] *fazer uma tese significa divertir-se, e a tese é como um porco: nada se desperdiça.*” (ECO, 2006, p.173, grifos dele) Mais do que um procedimento positivo e rígido de utilização e manejo de técnicas desprovidos de desejo, produzir conhecimento científico é um movimento de debruçar-se incansavelmente sobre os temas que estamos pesquisando, mesmo quando, para o nosso caso particular, não estamos com nosso gravador ligado.

Outro clássico que nos ajuda a pensar essa forma de conceber o trabalho intelectual é Charles Wright-Mills (1975) ao descrever um “artesanato intelectual” que iria na contramão da sociologia dominante dos Estados Unidos da época, fim da década de 1950. Defendendo também a ciência como um ofício, diz ele:

É melhor começar, creio, lembrando aos principiantes que os pensadores mais admiráveis dentro da comunidade intelectual que escolheram não separam seu trabalho de suas vidas. Encaram a ambos demasiado a sério para permitir tal dissociação, e desejam usar cada uma dessas coisas para o enriquecimento da outra. É claro que tal divisão é convenção predominante entre os homens em geral, oriunda, suponho, do vazio do trabalho que os homens em geral hoje executam. Mas o estudante terá reconhecido que, como intelectual, tem

a oportunidade excepcional de estabelecer um modo de vida que estimule os hábitos do bom trabalho. (MILLS, 1975, p.211-212)

Mills enfatiza que estamos trabalhando com o desenvolvimento e aprimoramento de uma espécie de “radar sociológico”, procurando refletir e compreender aspectos mais ou menos próximos de nossos objetos de pesquisa, de maneira não desacoplada de nossa vida pessoal. Uma síntese possível disto, é que o pesquisador e a pesquisa se co-produzem. A pesquisa é, portanto, mais do que um campo ou um texto, uma ideia tenaz. Isso também nos ajuda na escolha de pesquisas de teor qualitativo, pois para Mills não seriam os números os capazes de registrar e captar as propriedades da vida social.

Como enfatiza bem humoradamente o sociólogo Howard Becker (1997) “A metodologia é importante demais para ser deixada aos metodólogos.” (BECKER, 1997, p.17) O autor faz algumas considerações, criticando aquilo que chama de “metodologia como uma especialidade proselitizante”, quando esta procura postular uma “maneira certa” de fazer pesquisa, solapando outras formas também possíveis de nos aproximarmos da realidade social. Neste caso, Becker refere-se a um fazer sociológico baseado em técnicas quantitativas que racionalizam as perspectivas e *biases* do pesquisador, fazendo deste ofício uma espécie de “máquina” de produzir conhecimento científico, desprovida de qualquer enlace com a leitura do sujeito de conhecimento.

Essa tendência a uma racionalização absoluta e mecânica da produção do conhecimento sociológico estaria ligada com aquilo que chama a hierarquia da credibilidade: “O sociólogo provoca a acusação de tendencioso sempre que diz alguma coisa que nega a legitimidade da hierarquia da credibilidade.” (BECKER, 1997, p.32). Se usarmos esta ideia para pensar nossa própria perspectiva, podemos dizer que através de uma explicitação do ponto de vista tomado, conscientemente, podemos evitar uma suposta falta de rigor metodológico: explicitar as estruturas latentes de gênero e geração dentro da família, como estruturas de poder em exercício, ou seja, mediante um compromisso explícito com a perspectiva de gênero/feminista. Ao elencar a categoria de gênero como indispensável para analisar as relações de poder internas aos universos familiares pesquisados, estamos defendendo abertamente uma agenda com a transformação ou a não manutenção da dominação masculina.

Tornar-se sociólogo ou socióloga não é certamente uma tarefa fácil. Pois mesmo que explicitemos nossas perspectivas políticas diante do interesse por objetos de pesquisa específicos, devemos estar além da mera opinião ou da pseudociência que circula facilmente. Algumas questões similares foram exaustivamente refletidas por Bourdieu (2009b), algo que

implica naquilo que o sociólogo francês chama de uma “conversão do olhar”. É como travar uma batalha contra nossos sistemas íntimos e cansadamente naturalizados de compreender o mundo social, especialmente quando tratamos de um objeto de pesquisa tão “trivial” quanto a família heterossexual com um arranjo hegemônico de convivência. Aproveitando uma passagem do autor:

A força do pré-construído está em que, achando-se inscrito ao mesmo tempo nas coisas e nos cérebros, ele se apresenta com as aparências de evidência, que passa despercebida porque é perfeitamente natural. A ruptura é, com efeito, uma *conversão do olhar* e pode-se dizer do ensino da pesquisa em sociologia que ele deve em primeiro lugar dar “novos olhos” [...]. Trata-se de produzir, senão “um homem novo”, pelo menos, “um novo olhar”, um *olhar sociológico*. E isso não é possível sem uma verdadeira conversão, [...], uma revolução mental, uma mudança de toda a visão do mundo social. (BOURDIEU, 2009b, p.49, grifos dele)

Este “novo olhar” é um olhar que se produz na prática, novamente como um ofício. Acreditamos que, mais do que um elenco de fórmulas metodológicas ou tabelas contendo as diferentes fontes epistemológicas disponíveis para o entendimento da realidade, é esta lenta e progressiva conversão que coloca o pesquisador diletante a caminho de suas perguntas e respostas – um processo de descortinamento; desconstruindo o mundo social no qual está inserido, e a si mesmo como um produto suspeito, numa “objetivação participante”. Este processo funciona como uma “vigilância epistemológica”, na qual aspectos morais da perspectiva subjetiva do pesquisador são corrigidos ou amenizados.

Como salienta Rubin, numa entrevista já citada realizada por Butler, quando conversam sobre a suposta distinção entre o trabalho conceitual e o trabalho descritivo, os dados são sempre “sujos”, ou seja, sempre estão esperando uma interpretação cuidadosa, dentre muitas interpretações possíveis:

Tenho uma amiga que gosta de dizer: “Todos os dados são sujos.” Isso quer dizer que os dados não são apenas coisas que estão à espera de serem colhidas, com sentidos intrínsecos perfeitamente visíveis. Também os dados são construídos socialmente, e sempre existem pontos de vista que estabelecem em que consistem os dados ou que afetam avaliações do que se pode aprender com os dados. É um grande erro, porém, concluir que uma vez que os dados são imperfeitos, é melhor evitar por completo trabalhar com dados. Fico perplexa com essa tendência a achar que não dispor de dado nenhum é melhor que dispor de um certo número, ou que lidar com dados é uma atividade inferior e desonrosa. A falta de um trabalho descritivo consistente, bem pesquisado e cuidadoso pode levar ao empobrecimento do feminismo e dos estudos gays e lésbicos, tanto quanto a falta de uma rigorosa análise conceitual. Acho que esse idealismo desvairado é tão inquietante quanto o positivismo grosseiro. (RUBIN e BUTLER, 2003, p.198)

Veja que a antropóloga indica que o trabalho teórico por si só, embora muitas vezes considerado mais prestigioso no meio intelectual, não é capaz de dar conta da experiência vivida. Por outro lado, o que chama de “positivismo grosseiro” – que seria algo como

tomarmos os dados como estando prontos a serem lidos, e não como também construídos pela interpretação possível do pesquisador – é tão estéril quanto uma teoria vazia e abstrata.

Sobre esta questão da leitura de dados, quando o antropólogo Clifford Geertz, em seu muito utilizado artigo sobre a “descrição densa”, busca um conceito para a cultura, ele afirma:

O conceito de cultura que eu defendo, [...], é essencialmente semiótico. Acreditando como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas *como uma ciência interpretativa, à procura do significado*. (GEERTZ, 1989, p.15, grifos nossos)

Embora o autor esteja aqui falando mais especificamente sobre o fazer antropológico através da utilização da etnografia como técnica de aproximação de um real significativo, é possível ajustar suas considerações no sentido de reforçar esta noção de que a produção de conhecimento sobre a cultura é essencialmente um processo de *interpretação*. Como tal, não está desacoplado do trabalho que o antropólogo e o sociólogo realizam para fazer uma leitura possível da realidade sobre a qual se debruçam. Mas do que um decodificador de códigos, este ofício se aproxima do trabalho do crítico literário, de acordo com Geertz.

Para finalizar nossas considerações sobre a matriz interpretativa de produção de conhecimento na leitura do campo, Goldenberg (2004) ajuda a pensar este envolvimento, que também chama de “conversão do pesquisador”, especialmente quando estamos estudando populações das quais fazemos parte. Esse estranhamento do familiar produz transformações inequívocas no próprio pesquisador: “[...] quando a pesquisa transforma a vida do pesquisador, ou melhor, quando seus temas de estudo passam a ser também questões existenciais.” (GOLDENBERG, 2004, p.25-26) Para mim essa foi uma realidade experimentada, ainda mais quando não escondemos mais que uma posição teórica é simultaneamente política. Como dizia um professor, fora deste quadro anterior de referências formais: “Como se aprende a fazer pesquisa? Fazendo.”

3. Caminhos da pesquisa

O campo realizado aborda entrevistas individuais realizadas com duas famílias que vivem em Curitiba que se adequam aquilo que classificamos como famílias heterossexuais de camadas médias com um arranjo hegemônico de convivência, a saber, o vínculo conjugal de longa data – sem a existência de rearranjos – e a coabitação dos filhos, em idade universitária. Uma das famílias é composta por três membros e a outra por cinco membros. Na primeira, trata-se de um casal que na data de realização das entrevistas, mantinha o casamento havia 25

anos. A esposa/mãe desta família contava com 48 anos de idade, nascida em Ponta Grossa, fez magistério e cursou faculdade de pedagogia tardiamente. Seu marido, também com 48 anos, nascido em Curitiba, trabalha no setor de vendas e possui curso superior de administração – também realizado depois de adulto, quando a filha já estava adolescente. A única filha do casal contava com 21 anos de idade na data da entrevista, cursava faculdade de engenharia de produção na PUC-PR e já atuava como profissional da área. O eixo que melhor define esta família é a participação em um grupo de filantropia e sua vinculação mais direta com a religião católica.

Na segunda família, e mais numerosa, o casamento durava 29 anos. A mulher/mãe contava com 59 anos na data da entrevista, nasceu no interior do Paraná, numa localidade próxima a Castro, e veio morar em Curitiba para cursar faculdade de matemática. Foi professora do estado por muitos anos, atualmente aposentada, e trabalhou também com construção civil junto ao marido. Este, por sua vez estava aos 57 anos e também nasceu no interior, cursando a mesma faculdade de matemática. Lecionou por muitos anos e atualmente é sócio-proprietário de um curso pré-vestibular, no qual atua agora em função administrativa. Os três filhos do casal contavam na data das entrevistas com 25, 22 e 20 anos de idade. A filha mais velha cursou duas universidades – arquitetura e pintura – e atualmente mora e trabalha em São Paulo junto com o marido, numa empresa de paisagismo. Está casada há aproximadamente um ano. Os outros filhos são homens. O de 22 anos cursa faculdade de medicina na UFPR e faz estágios obrigatórios na mesma área. O filho mais novo cursava engenharia química, também na UFPR e faz estágio numa grande empresa de produção alimentícia. O eixo que melhor define esta família é a importância atribuída ao estudo e à formação, e não encontramos qualquer filiação religiosa explícita.

Posto este aspecto mais objetivo dos entrevistados, no intuito de legitimar esta forma mais interpretativa de se fazer pesquisa em sociologia, descrevemos nesta última seção do capítulo a maneira com que nos aproximamos de nosso objeto de pesquisa, como foram escolhidas as famílias pesquisadas, quais questões guiaram o trabalho das entrevistas e as limitações inerentes a todo processo de construção de conhecimento – algo que também podemos chamar de “cozinha sociológica”, como sugere Lóïc Wacquant (2007, p.105).

Gostaria apenas de indicar antes desta descrição o sentimento de um “susto do campo” pelo qual fui tomada ao me debruçar com a tarefa de ter que realizar uma pesquisa – momento bem diverso do de redigir um projeto de pesquisa num processo de seleção. Por ser a primeira experiência com uma abordagem empírica, confesso que fiquei inicialmente paralisada, algo que aos poucos foi se amenizando, permitindo momentos muito enriquecedores ao conversar

com os entrevistados; mesmo que de maneira mais insegura nos primeiros passos. Até para permitir que o leitor tome suas próprias conclusões sobre a realização da pesquisa, passo agora a comunicar uma espécie de “diário de campo” sobre estes contatos, que como não poderia deixar de ser, faço em primeira pessoa.

Realizei as entrevistas no período de junho de 2010 a julho de 2011, sendo estas bastante espaçadas entre uma primeira leva e sua continuação apenas no início de 2011. Meu objeto de pesquisa já estava eleito: a família heterossexual de classe média, cujo vínculo marital fosse de longo prazo (e não houvesse histórico de rearranjo familiar), e os filhos fossem coabitantes, em idade universitária para que também pudessem ser entrevistados. Tendo isto claro, tratava-se de encontrar algumas famílias para começar a conversar. Julguei que não teria muitas dificuldades nesta procura, já que se tratava propositadamente de uma família “careta”. Digo isto no sentido de que existem campos muito mais “espinhosos” como, por exemplo, estudar famílias de camadas populares, ou as famílias de presos, que seriam muito mais difíceis de encontrar e estabelecer um contato de confiança e convencimento, exigindo um deslocamento para um objeto “distante” da vida do pesquisador.

Minha primeira aproximação foi com a família de vizinhos de porta de uma grande amiga, pois eu frequentava o seu prédio habitualmente. A mulher/esposa desta primeira família que tomamos contato é muito próxima desta amiga e eu inclusive já a conhecia havia algum tempo, nestas idas e vindas. Sabia por este motivo que ela era casada e que tinha uma filha adolescente, a qual eu também conhecia. Abordei em primeiro esta mulher, explicando rapidamente que precisava entrevistar algumas famílias para a minha pesquisa de mestrado e perguntei se ela topava. Ela prontamente disse que não haveria qualquer problema e trocamos números de telefone. Com o atual imperativo da urgência, demoramos um pouco para conseguirmos sintonizar as nossas agendas, mas finalmente marcamos uma conversa para meados de junho de 2010. A maior urgência de começar o campo era por causa do congresso *Fazendo Gênero* deste mesmo ano¹⁶, para o qual eu tinha enviado um resumo que prometia uma pequena amostra do meu campo – que eu ainda não havia iniciado.

Cheguei ao prédio da entrevistada e bati o interfone. Levei uma aparelhagem considerável: caderno, folhas avulsas, canetas, meu gravador digital recém adquirido com algumas pilhas extras, um questionário impresso que contava com os temas que eu considerava relevantes para responder às minhas questões de pesquisa e talvez mais um ou outro instrumento que agora não posso lembrar. Estava certamente entusiasmada, mas

¹⁶ O artigo, intitulado *Refletindo sobre a hegemonia: relações de gênero e geração em famílias de camadas médias*, está disponível nos anais eletrônicos do congresso (AZEVEDO, 2010).

também tensa por estar a caminho da minha primeiríssima experiência de campo; mas essa tensão se suavizava pelo fato da entrevistada já ser uma pessoa relativamente conhecida. Ela abriu muito gentilmente a porta da sua casa e foi passar um cafezinho para tomarmos durante a entrevista. Nesse ínterim, antes da entrevista começar efetivamente, conversamos sobre o seu trabalho, pois ela havia acabado de sair de uma entrevista profissional – acabava de assumir o cargo de pedagoga numa escola municipal de Curitiba, na qual já trabalhava como professora dos anos iniciais. Conversa vai, conversa vem, sentamos na mesa do escritório do apartamento que tinha acabado de ser reformado, muito limpo e bem organizado – um apartamento antigo e luminoso num bairro tradicional de classe média da cidade.

Esta primeira entrevista acabou iniciando com questões da vida profissional da entrevistada, dando continuidade ao papo informal que tivemos na cozinha. A partir deste gancho, ela falou muito livremente e sem restrições maiores sobre a sua infância, sobre seu casamento, sobre o nascimento da primeira e única filha, sobre as brigas com o marido, sobre a sua carreira, sobre uma série de coisas que me interessavam sobremaneira. Como ambas tínhamos horário, já estava anoitecendo, precisamos interromper a entrevista e remarcar uma segunda data para encerrarmos a conversa – que foi logo no dia seguinte, o que me dava um primeiro material de quase três horas gravadas em dois momentos.

Descrevo esta ocasião com mais detalhes, por ter sido “desvirginante”. E aproveito para também pontuar que nos meandros das entrevistas formais foram muito comuns as interrupções de outros membros da família, com questões cotidianas como “o que vamos jantar?” e afins – já que o lócus de nossa pesquisa era a casa destas famílias. Tive possibilidade em outros momentos de me sentar à mesa com as duas famílias entrevistadas, ou assistir televisão esperando um ou outro entrevistado chegar do trabalho ou da faculdade. Explicito isso no sentido de que embora para pesquisar famílias urbanas seja muito difícil trabalhar com uma abordagem etnográfica – algo que considere uma infelicidade deste do início da pesquisa – estes pequenos momentos foram também significativos: momentos de interação familiar, evidentemente que sob a vista de uma pessoa “de fora”. Mas não seria esta uma limitação de toda a pesquisa?

Outro rumo que tomava neste período era o de entrevistar também psicanalistas e perguntar-lhes sobre experiências familiares com as quais tinham contato em suas profissões, no sentido de termos perspectiva alternativa sobre o fenômeno, sintetizada por profissionais de longa prática clínica. Embora esta abordagem não tenha sido utilizada diretamente no capítulo que se segue, por questões de falta de tempo, realizei entrevistas com três psicólogas: duas psicanalistas e uma terapeuta familiar, da área sistêmica. As perguntas para estas

profissionais foram guiadas no sentido de que apresentassem para a pesquisadora uma espécie de síntese das principais razões desencadeadoras de conflito dentro da família, sobre as possíveis transformações ao longo de suas décadas de experiência clínica, dentre outros temas relevantes para a compreensão da vida familiar. Esta era uma maneira secundária de aproximação do objeto, ainda que indireta e evidentemente transpassada pelas categorias de leitura de mundo das entrevistadas; ou seja, não pretendia tomar seus discursos como a verdade última sobre a família. Embora em diversos momentos destas entrevistas pudéssemos realizar pontes com a fala direta dos entrevistados membros de famílias, como dito, optamos por não utilizar o material para a dissertação. Apenas aponto para este que também foi um dos caminhos da pesquisa.

Retomando, foi resolvido o meu problema para este artigo apresentado em congresso, com a utilização de duas entrevistas: uma mulher (mãe e esposa) e uma psicanalista, uma vez que o texto escrito contava com um limite de dez páginas. Por outras questões de trabalho acabei me afastando do campo por alguns meses. Ele foi retomado somente em 2011. Em março retomei as entrevistas com esta primeira família: conversei primeiro com a filha do casal, que contava com 21 anos na data da entrevista e neste momento pude observar com muita clareza que ferramenta excelente para o meu campo era a “diferenciação da experiência familiar”. A entrevista com o seu pai aconteceu quase um mês depois, principalmente em função de incompatibilidade de agendas, fechando o triângulo desta primeira família. Assim cumpria a tarefa de entrevistar ao menos um núcleo completo.

Agora eu precisava encontrar mais uma família que atendesse aos pré-requisitos da minha pesquisa. Como já estava com os prazos bastante estourados, optei em conjunto com a minha orientadora a ficar com apenas duas famílias para a pesquisa. Essa opção me preocupava no início, mas me parecia suficientemente boa se eu as explorasse com a densidade compensatória no estilo de estudo de caso. Foi novamente a política da “vizinhança” que se colocou como aliada na pesquisa. Na minha própria rua, uma rua sem saída num bairro também tradicional da cidade, mas com perfil mais rico, mora uma família que conheço há uns oito anos – desde que minha própria família foi morar no bairro. Moradores bastante antigos da rua, onde praticamente todos se conhecem pelo nome, eu podia observar que se tratava de uma família que atendia aos meus requisitos – e ainda agregava o fator de que a mulher não parecia trabalhar fora, o que eu acreditava que poderia ser um interessante fator de comparação com a outra família já entrevistada. Esta questão se descortinou no decorrer da entrevista com ela, que na realidade estava aposentada – o que ficará mais claro na análise do material. Além disso, outro fator inesperado era que dos três

filhos da família, eu desconhecia o fato de que a primogênita já estava casada e morando fora da cidade com o marido. De toda a maneira, pensei que este seria outro fator de diferenciação que poderia enriquecer minha pesquisa.

Passei algumas tardes ensaiando antes de efetivamente andar até a esquina de casa, numa noitinha de junho e tocar a campainha da casa para fazer uma primeira aproximação. Quem atendeu foi o filho do meio, a quem expliquei que estava fazendo uma pesquisa sobre família e que gostaria de entrevistar todos os membros para poder compor meu trabalho de campo. Ele se mostrou muito disposto, afirmando que acreditava que ninguém se contrariaria a fornecer entrevista, mas estava sozinho em casa e não podia me atender naquele exato momento. Fiquei de voltar no próximo dia para conversar com sua mãe. Assim, agendei com ela a primeira entrevista. Ao chegar na data e horário marcados, ela estava vestida com roupa de faxina e disse que tinha esquecido completamente e que iria apenas dispensar a diarista nova para podermos conversar, num final de tarde. Já estava mais prática, assim que levei apenas meu gravador e umas folhinhas, caso ela não topasse ser gravada. Acredito que para este objeto, quanto menores as formalizações carregadas pelo pesquisador, maior a qualidade do acesso às histórias que ele quer escutar. Este foi o relato mais emocionado do campo, ao qual dedico um tópico específico para pensar a “síndrome do ninho vazio” encarnada por esta mulher.

Saí da primeira entrevista com esta segunda família com mais duas conversas marcadas, com o pai da família e o filho do meio. Na sequência já fiz contato com o irmão mais novo. Demorei mais para conseguir agendar a entrevista com a filha mais velha, pois ela não morava mais na cidade, embora venha quinzenalmente visitar os seus pais e os pais do marido. Completei assim a segunda leva de entrevistas da amostra que compõe o campo de pesquisa. Como dito, depois de uma dose de prática, não senti mais necessidade de me apoiar em qualquer material escrito ou roteiro semi-estruturado de questões, mas usei a intuição e a sensibilidade para ir me guiando em perguntas e indicações de temas; por vezes sutil e delicadamente informada por coisas que já escutara de outros membros. Em específico nas quatro entrevistas com jovens, notei claramente que era necessário ir orientando de forma mais precisa o encadeamento de temas; enquanto que com as duas mulheres e os dois homens adultos isto não era necessário. Os temas fluíam longamente, sem que eu precisasse ficar interferindo.

Esclareço então quais foram os temas destas conversas: num primeiro momento a entrada pela história profissional se mostrou como um bom instrumento de pesquisa por ser um assunto mais impessoal, como uma espécie de “quebra-gelo” ao constrangimento de mão

dupla, que se dissipava um pouco até a chegada de temas mais pessoais e reveladores da subjetividade. Porém, na segunda família me guiei mais pela história de vida, iniciando na infância dos pesquisados de maneira mais lógica e depois entrando em temas mais contemporâneos; pois já havia percebido que a trajetória profissional não me dava muitas pistas mais específicas.

A questão da rotina foi algo que nos permitia fazer a ponte entre a história passada e a experiência de vida atual. Uma questão aparentemente banal como a divisão das tarefas da casa, se mostrou altamente reveladora de padrões de gênero e conflitos interpessoais. Duas perguntas mais fechadas foram deixadas para o final de todas as entrevistas com membros familiares: “O que é a família para você?” Esta se mostrou uma questão importante no sentido de buscar compreender que embora a família não seja um terreno livre de relações de poder e conflitos psicológicos derivados daí, ela carrega uma importância vital para todos os entrevistados. Por último, perguntava “Como você se sentiu ao ser entrevistado?”, guiada pela sugestão de Salem (1978) num artigo metodológico, para compreender os sentimentos que a entrevista gerava nos entrevistados, que acabaram por não ser utilizados na versão final do trabalho. Elenco aqui estes pontos, por motivo de clareamento para o leitor, embora não tenha utilizado de forma estanque e rígida este modelo na entrevista:

- (1) História de vida (da infância à atualidade);
- (2) Rotina e agenda no atual momento da vida;
- (3) Divisão das tarefas da casa;
- (4) O que é a família para você (estatuto).
- (5) Como se sentiu ao ser entrevistado.

Outra elucidação de caráter prático que se faz necessária é com relação ao compromisso de sigilo que o pesquisador precisa ter. Evidentemente não utilizei os nomes originais de meus entrevistados. Tive contudo uma dificuldade muito grande de substituir os nomes reais por nomes fictícios, como se sentisse estar traindo a fidedignidade dos entrevistados. Assim optei por não utilizar quaisquer nomes na apresentação do material de campo. A solução encontrada foi indicar sempre que necessário a função ocupada em cada momento da análise: como a “mulher da primeira família”, por ordem cronológica da realização das entrevistas, ou a “filha do casal”, ou o “marido”. Na família mais numerosa, os filhos são referidos pela posição de nascimento: “filha mais velha”, “filho do meio” e “filho mais novo”. Suponho que esta escolha não implique qualquer tipo de comprometimento. Na

medida do possível, quando havia nomes em citações diretas, procurei indicar entre colchetes como se estivessem nas palavras dos entrevistados. Por exemplo, usando [minha filha] ou [minha esposa] para melhorar a qualidade e a fluidez da leitura.

Por fim, acredito que o processo é por si só reflexivo, pois na medida em que eu avançava nas entrevistas, percebia que não devia – por exemplo – completar as frases dos entrevistados, mas dar o máximo de espaço para eles mesmo falassem até o esgotamento de uma ou outra pergunta, me corrigindo e polindo minhas condutas, no sentido da neutralidade dos resultados. E como procurei defender no tópico sobre a “criatividade sociológica”, a única maneira de se aprender um ofício é “fazendo”. Ilustro esta reflexividade da pesquisa através de um exemplo específico. Uma das maiores limitações que percebi na condução das entrevistas é de não ter perguntado para os adultos acerca de suas vidas sexuais. Acredito que eu tenha deixado de lado esta questão da sexualidade conjugal por me sentir constrangida de entrar neste assunto com pessoas muito mais velhas do que eu. Poderia ter entrado neste tema – que não deixaria de qualquer maneira de ser delicado, como a sexualidade dos jovens que explorei em todas as entrevistas – encadeando-o com a história do casamento, perguntando se o entrevistado ou entrevistada havia se casado virgem e daí derivando uma sondagem sobre a vida sexual atual. Os erros, percalços e limitações fazem parte de um processo de aprendizado, de um *exercício*, pois um sociólogo – de maneira diferente que um engenheiro ou um dentista – não sai pronto depois de formado. Mas é, talvez, justamente este reconhecimento de limites e reflexão sobre como poderíamos ter feito um trabalho melhor enquanto pesquisadores que nos leva mais além.

Finalmente, iremos nos debruçar no material colhido, que foi todo transcrito, lido, relido, grifado e apontado, e resultou no elenco de sete eixos temáticos de análise, nos quais procuro dividir os temas mais relevantes para responder as perguntas que faço a este objeto, acerca dos conflitos, relações de poder e representações de gênero no universo intra-familiar. A separação é puramente categórica, uma vez que os temas estão absolutamente entrelaçados. Em busca de clarear tais perguntas e guiar o leitor em meus próprios pensamentos procurei, sempre que isto se mostrava possível, elencar quais os objetivos de cada um dos tópicos e sistematizá-los ao final dos mesmos.

Retomando nossa principal questão de pesquisa, procuramos compreender através de uma perspectiva de gênero as relações dentro do universo familiar vinculadas à diferenciação da experiência familiar; posto que lançamos como argumento central que há uma tensão substantiva entre ideais de convivência igualitários e àqueles que derivam mais diretamente de uma visão hierárquica e “tradicional”. No capítulo III exploramos a conjugalidade e sua

manutenção através de três eixos temáticos: (1) Narrativas simultâneas sobre história do casamento; (2) “Fase negra”: divergências e manutenção do casamento; e (3) Divisão (sexual) de tarefas no ambiente doméstico. O quarto capítulo nos desloca mais para a compreensão da relação entre pais e filhos e entre os filhos na segunda família. Este último capítulo contém quatro eixos de análise, vinculados ao objetivo acima citados: (1) Controle social e sexual dos filhos: somos mesmo “liberais”?; (2) O “filho favorito”: sentimento de desigualdade de amor; (3) A “síndrome do ninho vazio”; e (4) Família: fragmentação ou segurança? Este último eixo temático sugere avaliar a o estatuto da família para os agentes pesquisados, como se segue.

III. CONJUGALIDADE, CONFLITO E MANUTENÇÃO

A partir de agora iremos nos deter na apresentação e análise do material coletado no campo de pesquisa, que consiste nas entrevistas individuais com membros das duas famílias previamente apresentadas, intencionando mapear seu funcionamento interno a luz das discussões feitas anteriormente, ou seja, usando uma perspectiva de gênero para compreender essas relações vinculadas à diferenciação da experiência familiar. O objetivo específico deste capítulo é compreender como funciona a conjugalidade entre esposa e marido, visando refletir sobre como se estabelece o vínculo marital de longa duração e também quais suas instabilidades típicas: como estes homens e mulheres articulam suas relações no intuito de manterem a ordem de seus casamentos? Nos propomos a responder esta indagação em três tempos. Na primeira seção visitamos a história do casamento das duas famílias, contadas pela perspectiva das esposas e dos maridos, que nos apresentam eles mesmos um panorama e uma memória sobre suas vidas familiares. No segundo tópico iremos explorar mais a fundo os conflitos inerentes à manutenção conjugal e as estratégias viabilizadas para a continuação da parceria de longo prazo. O terceiro e último eixo trata da divisão das tarefas domésticas, pensadas desde a constituição da família nos anos 1980 e os conflitos na conciliação família e trabalho, até a atual rotina da família (como homens e mulheres se percebem diante da manutenção da vida diária), expandindo essa análise também para a relação dos filhos com a casa.

1. Narrativas simultâneas sobre história do casamento

Uma das primeiras coisas que chama atenção ao olharmos para o material da pesquisa de campo, pensando no recorte da vida conjugal dos casais entrevistados, é algo que chamo aqui de uma “narrativa simultânea” sobre a história do casamento. Nas duas famílias analisadas, tanto as esposas quanto os maridos falam de maneira muito precisa sobre o momento em que conheceram aquele que parecia “predestinado” para ser seu cônjuge e companheiro(a) de vida. Mesmo que seja para se contrapor a noção de “destino”, esta é uma palavra comum no léxico dos casais.

Para uma das famílias em questão, que chamaremos de primeira família, tudo começou no carnaval de 1984. De acordo com a narrativa da esposa, 48 anos na data da entrevista, as coisas se desenrolaram da seguinte maneira:

Eu sempre fui muito namoradeira, mas até a hora que chega um e bate, né? E conheci o [meu marido], nada a ver com o meu círculo de amizades, uma pessoa que vem de uma turma totalmente diferente da rotina, da minha rotina, ele inclusive era namorado da minha prima. E eu era namorada de um amigo dele. Então, saímos algumas poucas vezes, essa turma juntos, mas nunca que me passava pela cabeça ele como namorado, marido e enfim. E aí eu fumava, num carnaval de 84...

É notável a precisão da narrativa, onde minúsculos detalhes de quase 30 anos atrás sejam rememorados com delicadeza. Nessa passagem também se nota aquele ideal de complementaridade, típico do amor romântico – cujos liames já passeamos por eles no primeiro capítulo. Não tomando o amor romântico como uma verdade unitária no casamento, mas é possível perceber que ele organiza experiência no sentido de gerar uma ânsia pelo ideal de complementaridade. Seguindo na noite de carnaval em questão, que nos ajuda a entender a construção da conjugalidade na primeira família, diz a mulher:

Enfiei uma meia arrastão preta, um collant de balé preto, uma cartola que não sei porque cargas d'água tinha na minha casa, coisa de professor; enfiei uma cartola, peguei a bengala do meu vô... Saí de.. sei lá do quê, botei um salto alto e fui pro carnaval. E dancei a noite inteira com um gatinho lá, e o [meu marido] no bar sentado sozinho lá tomando uma cervejinha. E como eu fumava escondida dos meus pais, eu ia fumar onde? No banheiro. Que era ao lado do bar. Aí eu passava por ele, ele fumando, eu “dá um cigarrinho?” e ia pro banheiro [risos]. Dali a meia hora eu passava por ele, “dá um cigarrinho” e ia pro banheiro. Daí ele falou: “quanto cigarro mais você vai me pedir?” daí eu falei: “Por quê?”, daí ele “Não, porque agora a gente vai dançar”. Aí ele ficou jogando charme pra mim a noite inteira, e eu queria mais era um cigarro e dançar... Daí a turma lá: “vamo embora, vamo embora!”. Daí ele: “calma, espere, como que eu faço pra te encontrar?” Eu olhei pra cara dele e falei “quem procura acha”. E fui embora.

A entrevistada explica que não estava com vontade de ir no baile de carnaval da data lembrada, mas que alguma força fez com que ela resolvesse ir de fato. Podemos interpretar isto como uma leitura da parte dela de que exista uma espécie de destino interferindo em nossas vidas. Acabou indo encontrar-se com sua própria fortuna; algo concatenado com a história tal qual contada pelo marido (como veremos na sequência). Ocorreu então, de acordo com a memória dos pesquisados, que logo depois do fatídico último dia de carnaval, o futuro marido envia flores na data do aniversário da futura esposa, tendo conseguido seu endereço através de uma conhecida em comum e assim se desenrolam os primeiros encontros dos dois – que mostro ainda pelo ponto de vista da esposa,

Daí a gente começou a sair, nesse dia não aconteceu nada porque *naquela época as coisas eram diferentes de hoje*, que a meninada sai e já _r beijando na boca, e ele foi me buscar na escola, daí me buscar em casa, e passear daqui, passear dali, ele começou a contar a vida dele, e eu sempre fui... muito mãezona, muito de querer ajudar as pessoas e ele vem de uma história bem complicada. É um homem muito frágil, muito sensível, muito diferente da minha família, muito diferente de mim; a mãe dele não dava muita bola pra ele, ele é muito carente. E *essa carência dele me conquistou*. Me conquistou.

Há uma questão no início dessa passagem que vale ser comentada, acerca do escopo de possibilidades de paquera e flerte de uma geração para outra. A entrevistada faz questão de dizer que “naquela época as coisas eram diferentes de hoje” – um jargão bastante comum quando os “mais velhos” se referem as atuais práticas de aproximação erótica das gerações mais jovens, incluindo uma conotação certamente moralista. Iremos explorar mais a fundo este embate geracional no próximo capítulo, mas já notamos de antemão a centralidade ocupada pelos padrões de expressão da sexualidade neste terreno. Uma segunda questão que gostaríamos de considerar desta última passagem é o sentimento de maternagem que envolve a criação de um vínculo que irá se tornar um casamento de quase três décadas de idade. Aqui se evidencia a miscelânea cultural entre feminino e maternidade, como diversas pesquisadoras apontam, a exemplo da própria Scott (1990) em seu texto artigo clássico sobre a categoria gênero que apresentamos no segundo capítulo, ao falar sobre uma das dimensões que a organiza: os símbolos culturalmente construídos e percebidos que evocam representações tais quais a de Maria para o imaginário cristão. Ou então a francesa Badinter (1992), crítica radical da naturalização da maternidade, e militante no sentido de separar as esferas em questão (a mulher e a mãe).¹⁷ Veremos adiante de maneira mais clara como a atuação sobre esta “carência” dos outros organiza a subjetividade desta mulher, e é sentida como intrusiva pela filha do casal, gerando conflitos bastante agudos.

É sabido por diversos autores que se dedicam a compreender a intimidade que nos relacionamentos atuais há uma distinção entre o que chamamos de amor e o que chamamos paixão, como Giddens (1993) ao separar o amor romântico do *amour passion*. Salem (2007) também aborda esta questão ao falar sobre a constituição dos “casais grávidos” nas camadas médias cariocas, que descrevem a necessidade de criar um vínculo mais sério a partir da superação do puro erotismo. Isto aparece para nossa entrevistada quando segue visitando suas memórias e descrevendo as bases de seu casamento:

Então eu digo assim que o nosso relacionamento começou já com uma *base sólida de companheirismo, de amizade, não foi aquela paixão arrebatadora*, que você “ai, é o homem da minha vida, não vivo sem você...”, então ele me conquistou, e eu o conquistei, e ele me conquistou pelo jeito de ser de cada um assim. Aí namoramos, começamos a conversar e amizade, e não nos guardávamos, era uma dependência um do outro assim, vivíamos juntos, até que um dia fomos jantar e ele me lascou lhe um beijo na boca. Chega, não quero mais! [risos] E me tascou um beijo na boca. Aí isso, um ano depois tamo casado. [19]86. *Um ano depois tava casada, dois anos depois com uma filha.*

¹⁷ Ver também entrevista recente concedida pela autora à Revista Veja, *A mãe perfeita é um mito* (BADINTER, 2011).

A “base sólida” para o relacionamento estaria dada por conta de elementos como amizade e companheirismo que parecem ser sentimentos distintos em relação a uma “paixão arrebatadora”, como chamamos atenção acima. Salem (2007) dá bastante ênfase a este exercício mencionado por diversos de seus entrevistados de transformar a paixão (algo mais sexual e transitório) em amor (sentimento mais sólido e duradouro), o que ela chamará de construção de uma “unidade com dois”. O componente erótico se dissolve para que tal fusão possa ocorrer, e dar embasamento para o vínculo de longa duração.

É notável também que no discurso da nossa entrevistada esteja presente uma linearidade bastante evidente entre o companheirismo, o “beijo na boca”, o casamento em si e o nascimento da filha do casal. Ela não sente maiores necessidades de explicar de que maneira tais fatos estiveram encadeados em sua vida, por se tratar justamente de algo que era esperado ou natural – algo que também se observará na outra família da amostra. Quando Scavone (2004) aponta para a tendência de uma “maternidade reflexiva”, ou seja, embasada em uma escolha racional acerca do ser ou não ser mãe, este quadro parece não fazer sentido para a entrevistada que contava com 48 anos na data da entrevista. Podemos arriscar dizer que em sua vida o fenômeno da maternidade reflexiva não chega a se estabelecer; e ela vira mãe apenas como um curso natural da vida, uma experiência tomada como esperada e natural.

Do ponto de vista do marido, contando também com 48 anos na data da entrevista, há uma narrativa similar com relação a ter aproveitado seus anos de solteiro para depois resolver encontrar alguém “pra sossegar”. É possível que este elemento sirva como auto-justificativa e justificativa para a pesquisadora de que não existem arrependimentos em suas escolhas de vida – algo que aparece repetidas vezes ao final das entrevistas, pensando que ela é uma visita a toda uma trajetória que sugere também um balanço por parte dos entrevistados. Voltando então para a narrativa simultânea sobre o casamento, diz o marido:

[...] eu fui uma pessoa que, de solteiro, quando eu era, os meus 18 e 19 anos eu já trabalhava, tinha o meu dinheiro e gostava bastante de uma bagunça. Tinha um som, tocava em festa, então a minha vida era bagunça. [...] Eu levantava, ia dormir cinco horas da manhã, dormia até meio-dia, acordava, tomava banho e ia pra outra festa. E assim eu fui até meus dezoito anos, eu comecei a trabalhar no banco. [...] E um belo dia cansei, cansei dessa bagunça toda, eu não conseguia ter nada pra mim, a não ser minhas motos. Eu tinha uma moto linda de morrer do ano, grande, mas era só ela também. E eu ganhava bem, eu tinha uma boa posição financeira nesse começo de vida, joguei fora, não sei, sei que cansei. E tinha dito pra mim mesmo que não queria mais aquela vida de bagunça, que ia *achar alguém pra sossegar*.

Aconteceu então, neste carnaval de 1984, que o entrevistado estava em uma praia com a família e os amigos, mas teve uma súbita vontade de voltar para Curitiba, na última noite do feriado, algo que mostra a ele que tinha alguém “intercedendo lá em cima” (expressão nativa do próprio). Ao voltar para a cidade e se deparar com a falta de movimento, pensou que

voltaria para a praia no dia seguinte, mas recebeu e aceitou o convite de um amigo para ir a um baile, como segue:

Mas o *destino*, não era isso que ele estava querendo [que ele voltasse para a praia]. E sentei no tal do bar, que tinha no [nome do clube], era um restaurante lá, e estava tomando a cerveja tranquilo, fumando um cigarrinho, e bem na minha direção assim, uns cinco metros tinha uma porta que era o banheiro feminino. Mas era um banheiro que quase poucas pessoas iam. Nisso saiu uma baita de uma moça lá de dentro, de chapéu, uma meia toda trançada, e a moça veio com um salto alto, toda de preto, “meu Deus, se um dia uma mulher dessa me desse bola eu casava”. Era a [minha esposa], era [ela] e a gente já se conhecia, eu era namorado de uma prima dela. [...] E daquele dia em diante a gente ficou junto, era o *destino*, eu vim da praia, ela estava, foi no baile, ficamos juntos o baile inteiro, o resto do baile, acabamos ficando juntos. No final do baile eu perguntei “como é que eu faço pra te encontrar?”, ela falou “quem procura acha”. Só que eu tinha um monte de jeito de achar ela, daí foi fácil.

E assim, nos dias que se seguiram ele envia um buquê de flores para a casa de futura esposa. Embora a narrativa do marido seja um pouco menos rica em detalhes, é algo como uma memória viva, como no caso da esposa. Nota-se que aqui a palavra “destino” aparece mais de uma vez (em *itálico* na transcrição) e de maneira explícita. A ideia de que as narrativas sejam simultâneas e de que o casamento entre eles é muito mais do que uma casualidade, parece constituir o núcleo central da história do casal e algo bastante importante para a sua manutenção. Também a linearidade súbita da construção da vida conjugal está aqui presente. E de maneira correlata com a noção de “mãezona” da esposa, cabe aqui ao marido aparecer como alguém que finalmente encontrou a cara metade que vai fazer com que ele tenha na vida alguma coisa mais sólida, além de “motos” e da “bagunça”, que faça com que ele se aquiete (“alguém para sossegar”).

Vejam agora como a narrativa simultânea funciona para nossa outra família, onde um ponto de ônibus para a faculdade dá lugar ao anteriormente narrado baile de carnaval. Primeiramente, do ponto de vista da mulher:

Eu conheci o [meu marido] na faculdade de Matemática. Mas conheci ele sentada no meio-fio reclamando do ônibus, pra variar, né? Reclamando porque aquele ônibus quando não vinha, não vinha, quando vinha, vinha um monte, daí lotado, aí, uma coisa aquele Centro Politécnico. Daí depois a gente era amigo, eu tinha um outro namorado, eu lembro que uma vez a gente brigou, eu briguei com o namorado, aí estava chorando no ônibus e ele ficou na minha frente me escondendo porque eu estava chorando. Depois a gente começou a namorar, daí casamos, fomos morar no São Braz. Aí ele começou a fazer Engenharia. Depois, quase cinco anos depois nasceu a [nossa primeira filha].

De modo um pouco semelhante às narrativas anteriores, está presente uma noção de curso de vida linear. Há uma primeira aproximação, que leva ao namoro, em sequência ao casamento e ao nascimento dos filhos. Assim, também para esta mulher a escolha reflexiva da maternidade parece não ter feito tanto sentido. Neste caso, pelo fato da esposa e do marido serem

professores, as memórias estão sempre transpassadas pelas aulas que “pegavam” e escolas em que trabalhavam. Isto se explicita nas memórias de seu marido:

Eu me formei em [19]77, estudei com a [minha mulher], conheci [ela] lá na faculdade, pra variar, primeiro dia de aula, ponto de ônibus ali na praça... onde tem a Caixa, Carlos Gomes, né? Pegando o Jardim das Américas, uma mulher, uma menina lá, com a pastinha de Matemática, reclamando que o ônibus tava atrasado, etc. etc. Eu digo “ih, meu Deus do Céu”, eu nunca gostei de gente que reclama. Fala demais. Aí, adivinha? Pegamos o ônibus, mesma sala, fizemos a faculdade praticamente juntos, só que ela demorou um pouquinho mais porque ela trabalhava, trabalhava de manhã e estudava à tarde. Daí a gente ficou amigo de faculdade e tudo.

Em resumo, os dois se tornam amigos, passam a estudar juntos e começam a namorar. Trabalham em diversos lugares juntos, inclusive fazem uma viagem para a Venezuela a trabalho e logo depois resolvem se casar, de supetão, como eles mesmos reconhecem. Nas palavras da esposa, a trajetória do casamento e da constituição da família se deu da seguinte maneira:

Aí a gente começou a namorar. Fomos pra Venezuela. Ele, só ele de professor. Doze professoras, morávamos seis em cada casa, e ele morava sozinho. Daí a gente voltou, e um dia, acho que perto do natal, a gente resolveu, a gente estava construindo lá no São Brás, fazendo um sobrado, *a gente resolveu de casar*. Noivamos no natal e casamos sete de janeiro. Imagine achar alguém pra fazer um vestido, uma igreja, meu Deus do céu, foi uma loucura, não foi? Meu Deus, foi assim uma coisa muito corrida, mas conseguimos.

Na entrevista com o marido esse momento específico do ritual de casamento fica mais dissolvido, e parece indicar aquilo que Giddens (1993) afirma quando diz que os homens heterossexuais tendem a extrair sua auto-identidade e construir seu projeto reflexivo do eu mais transpassado pelo trabalho e por suas trajetórias profissionais:

Em [19]85 eu resolvi fazer Engenharia Eletrônica. Fiz, daí comecei Engenharia Eletrônica. Nesse ínterim nasceu a [minha primeira filha], né? Eu lembro que eu ficava balançando ela com um pé e com o outro estudando.

No período em que se casaram o marido estava cursando a segunda faculdade (ambos têm duas graduações), e nota-se claramente aqui os desafios enfrentados pelo jovem casal de conciliar a profissão – ambos professores – com o nascimento da primeira filha. Isso surge de forma muito emotiva no discurso da esposa, pois os filhos teriam sido criados por uma cunhada, dada a carga de horas aula que os pais tinham neste começo de vida conjunta. Este tema é central na discussão de família hoje, pois conciliar esta com o trabalho não é tarefa fácil, especialmente para as mulheres, como informa o conceito de segunda jornada de trabalho, lançado e utilizado por diversas pesquisadoras feministas. O conceito já se tornou patrimônio nas discussões sobre gênero, família e trabalho, algo que voltaremos a explorar mais adiante.

2. “Fase negra”: divergências e manutenção do casamento

Embora apenas na primeira família exista uma clara narrativa sobre um momento de crise em que se aventou explicitamente a ideia de divórcio, enquanto na segunda este aparece como um tema praticamente impensado, sabemos que as relações conjugais na atualidade estão mais sujeitas do que nas gerações anteriores ao fator satisfação emocional dos parceiros. É por esse motivo que Giddens (1993) nos aponta como uma espécie de “sociedade divorciada”, o que expressaria o resultado de mudanças substantivas nas formas de experimentar a intimidade e a vida familiar principalmente a partir da segunda metade do século XX. Para o contexto brasileiro, é possivelmente Vaitsman (1994) a porta-voz destas mudanças nos padrões familiares, agora subordinados a uma maior democracia nas relações íntimas.

Apesar de estarmos trabalhando justo e propositalmente com duas famílias não-divorciadas, este é um tema relevante se pensarmos de forma mais ampla o aspecto de equilíbrio instável ao qual estão sujeitas as relações amorosas na atualidade, uma vez que o casamento não é mais uma instituição indissolúvel como outrora; instabilidade radicalizada pelo conceito de “amor líquido” do sociólogo Zygmunt Bauman (2004). As duas principais questões que guiam este tópico seriam: (a) Que elementos geram conflito na vida do casal? E (b) Como estes casais resolvem seus problemas em termos da manutenção do casamento (reconciliação contínua)?

Iniciaremos pela primeira família onde houve, como dito, um momento específico no qual o casal chegou muito próximo de separar-se. Esta história se inicia nas palavras da esposa quando ela relata seu papel de provedora familiar, no momento em que a única filha do casal já contava com 14/15 anos de idade. Ela, tendo iniciado sua vida profissional no magistério, como professora infantil – um curso bastante esperado para mulheres da sua geração, algo também informado por Vaitsman (1994) – encarou uma graduação de pedagogia depois de adulta, o que começou a gerar conflitos no casamento. O fato de a mulher estar perseguindo seus objetivos profissionais e de carreira aparecem como motivos de divergência entre o casal. Nas palavras dela:

Aí quando eu fiz a faculdade e eu trabalhava, eu tinha uma profissão e começamos a ter uma certa dificuldade no relacionamento assim, porque eu comecei a exigir dele... Que ele fizesse alguma coisa por ele, não por mim. Não pela família, mas por ele. Porque, o quanto aquilo tinha feito bem pra mim e ele começou a se sentir mal, tanto que o que nos uniu quase que nos separou, porque se quando a gente começou a namorar a carência dele nos uniu, agora essa lado fraco dele, que daí ele achava que se “a [minha esposa] ganhava mais do que eu, ela tem uma profissão, a [minha esposa] é realizada, ela tá bem e eu sou o quê? Nada.” [...] Eu dando conta das contas, porque daí era assim, ele tinha o *lavacar*, entrava, mas também não entrava.

Esta não é, por sinal, nenhuma novidade sociológica. Quando mudanças sociais promovem a possibilidade de subversão dos papéis tradicionalmente associados ao masculino como provedor e ao feminino como cuidador ou os papéis familiares funcionalistas do homens instrumental/mulher expressiva, isso pode gerar problemas de acomodação, por assim dizer. Também é algo sinalizado nas pesquisas de Salem (2007) e Vaitsman (1994). E diz respeito ao que esta última chama de “ambiguidade sociológica da família”, uma vez que esta instituição tem que dar conta de amortecer cotidianamente processos opostos de individualização e solidariedade.

Esta crise foi iniciada pela dificuldade do casal de acomodar a situação em que viviam: a satisfação profissional da mulher e a instabilidade profissional do marido (que ele descreve em ricos detalhes). Neste período ele era proprietário de um *lavacar*, o que lhe deixava muito tempo ocioso, tempo esse que de acordo com os dois membros em questão era passado num bar próximo ao estabelecimento. Diz a esposa:

Foi uma fase muito complicada porque a princípio eu sempre muito *sargentona*, eu sempre, acho que é coisa de professora, de querer mandar, mandar e mandar, eu invés de... de como no começo entender e acolher, o que eu tava fazendo dessa vez? Eu tava... dá-lhe! [barulho de batida com as mãos]. Seu incompetente, enquanto eu trabalho você fica no bar bebendo, porque *eu não nasci pra ser mulher de bêbado*; e eu já venho de uma história que meu pai foi alcoólatra...

A mulher “sargentona” de acordo com sua auto-descrição aparece como sendo incapaz de “acolher” as dificuldades pelas quais o marido passava, e radicalizadas pela sua própria felicidade no terreno profissional, remete ao já utilizado adjetivo “mãezona” – a mulher que encontra suas próprias vias de ser dominadora dentro da relação familiar (o que se estende também a relação com a filha). Outro elemento a ser analisado é a associação que a entrevistada faz com a história de vida de seus pais, projetando no sentido de escapar de uma trajetória similar a que sua mãe teve, na qual havia um quadro típico de alcoolismo e violência de gênero. É por essa porta que ela fala de sua “infância sofrida e dura” (expressão nativa), pois relembra momentos em que o seu pai chegava bêbado em casa e batia na sua mãe. Mesmo assim, ela opta por defender o pai depois do relato. Essa defesa do homem violento aparece em diversas pesquisas sobre violência doméstica, como apontam, por exemplo, Moreira, Ribeiro e Costa (1992), no sentido de indicar esta ambivalência da violência no âmbito conjugal, pois além da violência também envolve amor e afeto. Algo que inclusive dificulta seu enfrentamento. Para nossa entrevistada, ao falar sobre seu pai e seu marido:

Então ele tinha os problemas dele quando bebia, mas era um homem muito bom, muito carinhoso, muito... pai número um assim, tenho orgulho dele ser meu pai, mas o diacho da

bebida acaba. [...] E aí eu falei: “Opa, Não. Eu já tenho experiência nisso. Aqui não. Comigo não. *Eu não vou passar por tudo que a minha mãe passou, não vou deixar chegar neste ponto.*” Então assim, a gente ficou uma época é, praticamente, praticamente nos separamos, assim estávamos quase nos separando.

Aqui há um claro desejo de não repetir a trajetória da mãe (os pais estavam vivos e casados até o momento da entrevista), indicando que se a maternidade não parece ter sido uma escolha reflexiva, a continuidade com a parceria com o marido parece ter sido. Esta também não é uma novidade do ponto de vista da pesquisa sobre família. Para o caso da maternidade, Mendes de Almeida (1987) mostra o contexto carioca nos anos 1980 quando se dá um movimento de “modernização da maternidade” – como já indicamos. A narrativa das jovens mães circulava sempre neste mesmo eixo: não repetir os mesmos passos de suas mães. É curioso, contudo, que no caso dos filhos que entrevistamos o discurso esteja no sentido contrário: eles _veem o casamento dos pais como um modelo a ser seguido, sem que a pesquisadora tenha encontrado muita reflexão crítica deles em torno disso, destes papéis lineares, desta ideia da existência de um ciclo de vida natural (voltaremos em outro tópico a essa questão).

No desenrolar da história, ocorre que a esposa estava vendo o marido como alcoólatra, como ela mesma descreve:

Bom, aí eu fiquei desesperada, me vi numa situação de desespero, pra mim o [meu marido] era um alcoólatra, eu tava vendo assim, eu não deixava ele chegar perto da [minha filha], eu não dormia com ele, eu não queria nada com ele, ao contrário, tava repudiando aquele homem que a vida inteira foi pra mim um super homem, né?

Tomada por esse sentimento, ela ameaça que vai sair de casa e levar a filha, para morarem as duas com uma conhecida que acabava de ir para um apartamento novo. Diante desse quadro o marido resolve ir ao médico e buscar ajuda profissional, indo passar alguns dias no hospital para fazer uma espécie de desintoxicação (pois ele não se enquadra medicamente como sendo alcoólatra). Ao ver esse rompante, a esposa muda sua posição e resolve que: “Opa, então vale a pena, é o homem que eu escolhi e é o pai da minha filha, é, vale a pena investir.”

Logo após a situação de crise conjugal, o casal toma conhecimento de um curso de manutenção do casamento, chamado CIVC (Curso Intensivo e Vivencial do Casamento), uma pérola do complexo terapêutico da sociedade e da manutenção do casamento em sentido mais tradicional. O curso ocupa hoje para a família como um todo um papel muito central. Trata-se de encontros trimestrais de casais (retiros de fins de semana), com palestras, grupos de discussão e trocas de experiências, bem ao gosto daquilo que Giddens (1993) usa em sua análise na transformação da intimidade. Além disso, os membros também praticam

filantropia, há ocasiões especiais como bailes de gala (homens de terno e mulheres de vestido longo) e jantares de confraternização, visando à sustentação do casamento e da família e possivelmente a sua *ritualização*. Atualmente o casal faz parte da comissão organizadora do curso.¹⁸ Trata-se então de um curso, nas palavras da entrevistada: “para ser um bom marido, ou uma boa esposa, uma boa mãe”. Transcrevo na sequência uma passagem que mostra a importância desta *reciclagem* para este casal:

Graças a Deus ele nunca mais bebeu, não bebe, nem bala de rum, ao contrário, a alcoólatra hoje sou eu [risos], que adoro beber, tomar uma cervejinha... adoro tomar um vinhozinho. Mas somos um casal que temos dificuldades, claro que temos, como todo bom casal, mas hoje sim eu diria que o CIVC é uma bateria, que quatro vezes ao ano a gente para pra ir lá, *botar o casamento na tomada e carregar*; porque daí você passa o final de semana falando como é importante amar e ser feliz e fazer o bem e entender o outro.

Diante da “fase negra” (expressão nativa), o curso passa a ser de elementar importância na manutenção do vínculo. Nas palavras do marido:

A gente tem uma base de apoio muito grande que é o CIVC, que a gente participa, vai fazer mais de quinze anos que a gente está nesse encontro de casais, hoje em dia a gente tem uma posição, não elevada profissionalmente lá dentro, mas a gente conhece bastante o curso. [...] As brigas continuaram, tem dias que a gente se quebra. Só que nossas brigas, elas acontecem e meia hora depois um olha pro outro e pô, espera aí né, não é isso que a gente quer, não é esse o caminho, a gente está junto, a gente se gosta, a gente já viu isso. Então com o curso o nosso casamento, a gente fala até, no CIVC a gente dá uma palestra sobre isso, que nosso casamento teve dois tempos, um antes do CIVC e outro depois do CIVC. [...] Tive um problema, por causa desse problema eu tive que parar de beber que senão eu não ia conseguir sarar o problema, e daí eu vi que, ô, espera aí, não briguei com a [minha esposa], não tive mais discussão, nossa, eu estou bem, está tudo tão bem, depois de um mês o médico falou “pode voltar a tomar tua cerveja” digo “não, agora eu não quero mais”. [...] Mas daí pra ajudar, junto, bem nessa fase aí, nessa hora que eu resolvi que eu não queria, não me fazia diferença nenhuma beber ou não, pelo contrário, fazia uma pessoa melhor sem a bebida do que com a bebida, estava me fazendo mal, não tinha porque continuar a beber, veio o CIVC.

O marido reconhece que os problemas mais sérios do casamento não foram exatamente causados pelo álcool, mas que este potencializava os conflitos. E também é muito enfático ao reconhecer que o curso de casais é uma pedra fundamental para a *saúde* do relacionamento. É precisamente o que, mais uma vez, Giddens (1993) coloca sobre a função social dos grupos de auto-ajuda: promovem a reescrita do projeto reflexivo do eu, ou seja, mudanças na experiência emocional das pessoas. Ao que aparece na narrativa do casal, o curso os instrumentaliza para “saber como brigar”. Divergências estão longe de não existirem no casamento, e ambos admitem isso com naturalidade. Mas através do exercício de reflexão em um grupo, os problemas se mostram superáveis. Por exemplo, o marido se percebe como sendo muito ciumento e grosseiro. A esposa como sendo muito “sargentona”. Os pólos de

¹⁸ Logo que tomei conhecimento deste grupo através das entrevistas com esta família, tentei fazer uma aproximação no sentido de realizar uma etnografia do CIVC, mas essa se mostrou infelizmente uma estratégia inviável. O grupo é bastante fechado e não seria ético ir “disfarçada” de casal.

personalidade ficam amenizados na medida em que eles conseguem sair mais rapidamente de uma discussão, pedindo desculpas um ao outro.

Na outra família, como dissemos, não temos uma narrativa de alguma crise explícita e vamos portanto explorar de maneira mais genérica os conflitos cotidianos que assolam o casamento, que dura 29 anos. Primeiro as bases de companheirismo, nas palavras da esposa:

Graças a Deus a gente sempre se deu bem. Eu tenho impressão que a gente sempre, como é que eu digo... a gente sempre quis a mesma coisa. Sabe quando você, da vida você quer chegar no mesmo lugar? Então, sempre nós queremos as mesmas coisas.

Segue depois a pergunta dirigida: “E nunca pensaram em se separar?” A esta, um categórico e naturalíssimo “Não”. Perguntada sobre as possíveis brigas e desentendimentos, diz ela:

Brigar às vezes a gente briga, mas com o [meu marido] é complicado de brigar, porque daí eu fico... ele age de uma maneira que a gente fica com vergonha. Às vezes eu fico braba porque ele deixa uma coisa fora do lugar. Sabe? Daí ele fala assim “ah, você não vai brigar comigo porque eu deixei esse tênis aí, né? Você não vai brigar comigo porque eu deixei isso aí fora do lugar?”. Sabe? Sabe assim quando alguém te responde assim e você não... a gente fica com uma cara de tacho, não fica?

O marido é descrito por ela em diversos momentos como “paciente”, e um ponto nodal das desavenças conjugais parece circular em torno da própria organização da casa: um tênis que o marido deixou na sala de TV, por exemplo. O outro ponto de divergências é com relação aos filhos: se o pai fala grosso com os filhos, ela vai interceder para defender a prole, e assim acabam discutindo. Para o marido, o primeiro ponto é retratado da seguinte maneira:

Às vezes ela briga comigo porque eu sou meio relaxado. Meio não... às vezes eu deixo o tênis, acho que o tênis está ali ainda, quer ver [procurando o tênis], se ela não tirou está aqui. Ela briga, às vezes, veja aqui, eu tiro o tênis aqui, às vezes tem que ir lá pra cima, eu esqueço de por o tênis, não ponho. Dá briga “ei, não arruma, papapá”, eu fico quieto. Fico quietinho... Não falo nada, tem razão, né? Às vezes eu digo “para mulher, deixa de ser chata” e adianta? Então fico quieto.

O homem “relaxado” entra em confronto com a mulher que está sempre tentando manter a ordem na casa, como num fetiche. Isso se expressa de forma mais aguda quando a mulher não trabalha mais fora da casa – aposentada há vários anos, virou “dona-de-casa” depois que o terceiro filho do casal estava com 5 anos (hoje ele está com 20), se aposentando como professora pelo Estado. Mas continuou trabalhando no curso pré-vestibular do qual o marido é proprietário, e depois por mais alguns anos na construção civil de casas e sobrados. É curioso o papel ambíguo neste caso: com os filhos pequenos ela era uma típica “*working parent*”, dividida entre o lar e o trabalho, mas passa a ser dona-de-casa já com os filhos maiores e em período integral quando sua mãe idosa adoece (dedicamos um tópico a isto). Todos os membros da família relatam que antes da mãe se aposentar todos ajudavam na limpeza e na

organização doméstica, o que vai deixando de acontecer no momento em que a mãe está “mais em casa”; e as tarefas passam a ser percebidas como naturalmente da sua alçada.

Podemos então sintetizar que as duas principais fontes objetivas de conflito na vida conjugal são a organização do espaço doméstico e a relação com os filhos, percebida com espectros distintos por cada um dos pais. No caso do conflito acerca dos filhos, para o marido ocorre o seguinte:

Às vezes ela, ela é muito, como é que eu vou te dizer, sabe? O [meu filho mais novo] não chega em casa “pô, cadê o [ele]? Cadê?” e liga pra ele “onde você está, piá?”. Um dia eu falei pra ela, eu digo “[Esposa], se você fosse a minha mãe eu já tinha te mandado pra...”, entendeu? Eu tinha sumido de casa. Eu digo “ainda bem que a minha mãe não é assim e você não é assim comigo”. *Ela tem ciúmes dos filhos, sabe? Ciumenta.* [...] Então é esse tipo de coisa. Então sempre tem que, alguém tem que acalmar, apagar o fogo. Então ela é muito ciumenta das crianças assim sabe? *É uma leoa, né?*

A mulher é representada como uma leoa, uma metáfora interessante e corriqueira para representar as mães dominadoras, que *protegem/sufocam* sua prole. E aqui se reitera o papel de um marido “paciente”, para que os conflitos sejam resolvidos, amenizados ou esquecidos no sentido da reconciliação. A isto ele explica: “Veja bem, a convivência minha e da [esposa] era, a gente pensava igual, é, vamos supor, mesma profissão, família parecida, entendeu?” Assim, novamente parece existir uma exigência de mimese entre o casal, e se esta estiver muito abalada, pode gerar desconfortos e até a possibilidade de ruptura do vínculo marital.

Em síntese, podemos notar através dos relatos de nossos entrevistados que o casamento está sempre sujeito a conflitos e brigas. A sua manutenção, considerando os respectivos 25 e 29 anos de casamento das duas famílias em questão, parece depender de fatores ligados a *vida emocional* com estes conflitos, a exemplo da mulher “leoa” com o homem “paciente” – reforçando modelos bastante próximos do ideal de amor romântico, onde o companheirismo e a complementaridade são peças chave, ainda que invertido por ser o homem o pacificador. Os interesses comuns são maiores do que interesses opostos e isto é absolutamente necessário para a manutenção.

Tentando responder às perguntas elencadas no início do tópico, o que parece gerar conflito nessas famílias são as desavenças de convívio (em geral justificadas pelas personalidades individuais), na ordem da casa, a divergência de interesses – que pode estar ligada com a vida profissional de cada um –, e o tratamento com os filhos. A estes conflitos, as resoluções do casal no sentido da sua manutenção parecem estar associados ao empreendimento comum de “fazer as pazes”, algo que parece depender dos fatores de “complementaridade” que exploramos, bem como a ideia de que há uma natureza secreta

unindo o casal, como no ideal de “destino”. Não podemos deixar de aventar a possibilidade da existência de relações de poder no sentido desta manutenção, principalmente na segunda família, se levarmos em consideração que a esposa não possui uma renda fixa que corresponda ao seu estilo de vida. Nas entrevistas que realizamos com terapeutas, este era um motivo chave para a não separação: a função econômica da família, que coloca a mulher em posição financeira mais vulnerável. Vamos continuar explorando alguns destes elementos na seção que segue.

3. Divisão (sexual) de tarefas no ambiente doméstico

Na sequência nos deteremos na discussão de um tema que já apareceu em alguns momentos anteriores, mas visando aprofundá-lo através da narrativa não só dos casais, mas também dos seus filhos na dinâmica da organização do lar. Antes de uma breve reflexão teórica, elenco quais serão as questões que balizam as análises neste tópico: (a) Como se conciliavam a manutenção da casa e o cuidado com filhos no começo da vida familiar (memória passada)? (b) Como se organizam as tarefas domésticas hoje, pensadas em termos das relações entre o casal mas também em relação aos filhos? E (c) Como esta divisão se aplica para as noções de maternidade contidas nestas famílias?

Relações políticas que estão por trás do debate trabalho/família, para evitar o reforço da naturalização dos “papéis” de gênero atribuídos dentro dos universos da amostra. De acordo com Shorter (1975), por exemplo, a formação da família moderna está ancorada na separação da comunidade do entorno, e na emergência de uma domesticidade familiar, justificada pelo amor romântico e materno – conforme apresentamos no início do primeiro capítulo. A nuclearização da família está então historicamente ancorada sobretudo na divisão das esferas pública e privada e na atribuição muito clara e hierárquica de papéis masculino e feminino correlatos.

O conceito de divisão do trabalho, por sua vez, é um dos mais antigos da tradição sociológica; e passa a ser problematizado por militantes e pesquisadoras feministas em meados do século XX quando estas buscam compreender fatores políticos subjacentes a uma divisão sexual do trabalho tomada como natural. Scott (1994) aponta para um quadro interessante ao falar também sobre o contexto francês: a mulher trabalhadora passa a ser alvo de um discurso público no período da Revolução Industrial européia, no capitalismo emergente, e é assim construída como um problema social. Passa-se a buscar uma solução num debate moral, acerca do confronto entre o trabalho assalariado e os predicados da

feminilidade. A questão cabal era se a mulher poderia conciliar essa atividade com suas funções maternas e familiares. Constrói-se assim a oposição assumida entre o *trabalho* e o *lar*, cuja hierarquia é bastante clara – como o ser essencial e o inessencial de Simone de Beauvoir. No período pré-industrial as mulheres teriam desempenhado essa dupla função regularmente, mas a mudança do local de trabalho para a fábrica era aclamada como a grande causa da impossibilidade de tal conciliação.

Essas dicotomias que organizam a modernidade passam a ser suspeitas a partir de mudanças sociais e históricas, como a própria emergência de uma perspectiva de gênero/feminista. A reinserção das mulheres no mundo do trabalho não faz a questão menos problemática. No caso do Brasil contemporâneo, sugiro as considerações de Clara Araújo e Celi Scalon (2005) como esclarecedoras. As pesquisadoras enfatizam que embora mudanças substantivas tenham ocorrido neste processo de *recolocação* de mulheres no mundo do trabalho, absolutamente interligadas com transformações na instituição familiar, o ritmo é ainda muito lento. Em resumo, elas apontam que as percepções de homens e mulheres sobre trabalho/família vão em direção a uma cultura mais igualitária, mas práticas de caráter mais tradicional persistem em meio a este processo. Esta é, aliás, uma das grandes sacadas de Machado (2001) sobre a co-existência de padrões de relações de gênero no imaginário brasileiro: o tradicional/hirárquico e o igualitário.

Deste modo, é importante ainda rever que a ideia do trabalho doméstico, cuja gratuidade está ligada com construções mais amplas de uma cultura de gênero da qual não estamos imunes, é uma noção que possui em si mesma um dos cernes da dominação masculina, que como Bourdieu (2009a) afirma, é sempre ritualizada dentro da família. Para Hirata & Kergoat (2007), ao analisarem as nuances e configurações atuais da divisão sexual do trabalho, observam que neste terreno das relações entre a as esferas doméstica e profissional ainda estamos diante de um quadro de permanências, sugerindo que as causas desta imobilidade: “A nosso ver, é preciso questionar, sobretudo, os âmbitos psicológicos da dominação e a dimensão da afetividade.” (HIRATA e KERGOAT, 2007, p.608). Só podemos concordar com esta proposição. Vejamos como estes temas aparecem dentro de nossa amostra, não só em termos de permanências, mas também com alguns indícios de transformação.

Não há dúvidas que nas duas famílias pesquisadas o julgamento de que as tarefas domésticas competem à mulher/esposa e mãe, e aqui uso propositadamente essa tríade que se vê também misturada na prática, é bastante naturalizado. Esta naturalização compete a todos os membros da família: às mulheres, aos homens e aos filhos. E é uma fonte aparentemente

inesgotável de conflito. Talvez um sintoma mesmo de transformações silenciosas nas relações de gênero, nem sempre já elaboradas ou resolvidas em termos de novas práticas mais democráticas; embora essa constatação pareça contraditória, creio que esta contradição seja derivada da própria experiência que, como já discutimos, muitas vezes não é tão elegante quanto os cientistas gostariam.

Na nossa primeira família parece haver uma parceria mais próxima de igualitária entre o casal, o que não chega a atingir a filha, que segundo os pais “mora num hotel”. Isso não implica contudo que as representações naturalizadas de que é da função feminina organizar a casa estejam aqui inexistentes. Ao ser perguntada sobre a atual rotina em família a entrevistada descreve um pouco o quadro:

Sábado ele gosta de jogar o futebol dele e eu gosto de limpar a casa [risos], porque eu tenho uma diarista, e ela vem toda semana porque eu não ponho a mão em roupa, adoro fazer tudo dentro de casa, mas passar roupa eu me nego. Até cozinhar, se tiver que cozinhar eu cozinho, mas passar roupa eu não passo. E ela vem toda quinta, ela passa roupa, ela lava, limpa a geladeira, porque nem isso eu faço mais, então fiquei bastante tempo sem diarista, eu fazendo tudo... nossa, *o ano passado eu tava enforcada*.

Primeiramente, a mera existência de uma “diarista” já é sintomática das relações de gênero e poder envolvidas nos serviços domésticos, uma vez que não podemos antever (talvez ainda) a figura de um empregado doméstico no masculino, pois esse seria um “trabalho de mulher”. A expressão que a entrevistada utiliza para se remeter ao momento em que não podia contar com a terceirização de algumas tarefas da casa, típica das camadas médias, é bastante emblemática: sentia-se “enforcada”. Esta forma de expressão nos ajuda a pensar a ideia da dupla jornada ou segundo turno para mulheres que têm uma vida profissional ativa. Embora a questão do cuidado com os filhos certamente se mostre de modo mais evidente para famílias cujos filhos são pequenos, as memórias sobre o nascimento da filha e a conciliação com a volta ao trabalho docente (emprego eminentemente feminino) se resume na seguinte frase dita por ela: “eu digo que a [minha filha] se criou em cima de uma máquina de Xerox”.

No que tange a ajuda do marido, e veja que em geral essa é a categoria nativa, as mulheres fazem e os outros membros da família podem ou não “ajudar”,

Mas o [meu marido] me ajuda bastante, nossa, o [meu marido] me ajuda muito, lava, passa, cozinha, tira pó, passa aspirador, é organizado; não era, quando casamos não era, deixava tudo fora do lugar e não me ajudava em nada, nada, nada.

Quando pergunto como foi que tal mudança se produziu, a entrevistada relata o interessantíssimo caso das cuecas. Nos primeiros dias de casados, o marido tinha por hábito tirar a roupa íntima e colocar num cesto de roupas sujas que ficava no banheiro do apartamento do casal – prática que a família inclusive já aboliu, para não engordar demais a

quantidade destas. Transcrevo o trecho integralmente, por ser bastante alegórico e bem humorado:

Aí, tirou a cueca e pôs no coisa [o cesto de roupas sujas]. Eu vi, não peguei. Eu vi, não peguei, não lavei. Lavei todas as outras roupas. No segundo dia, ele tirou a cueca, jogou dentro do cesto. No terceiro dia, três. Quarto dia, quatro; cinco, seis, chegou uma hora ele: “Amor, não tem... Cadê minhas cuecas, não tem cueca na minha gaveta.” “Não sei, o que você fez com tuas cuecas? Não sei”. “Ué, mas cadê?”. “Não peguei, minhas calcinhas tão todas lá, não tem ninguém aqui em casa, quem é que veio aqui em casa, será que tem alguém roubando cueca, aonde você põe tuas cuecas?”. “Ué, aonde, não sei aonde, cadê?”. Claro que ele sabia. “Tá no cesto de roupa suja, você não lavou?”. Falei: “Eu? Vou lavar? *Mas aonde que tava escrito no contrato que eu tinha que lavar cueca?* Não, tem alguma calcinha no cesto de roupa suja?”. “Não”. “Quem lavou, você lavou?”. “Não”. “Tem empregada?”. “Não”. “Tua mãe veio aqui lavar?”. “Não”. “Então, quem que tem que lavar?”. Nunca mais. Então assim, eu sempre fui muito bem de, de não fazer mesmo, “ai tadinho, vou lavar hoje”, não, não, nunca, até hoje ele lava cueca e, se duvidar, eu jogo minha calcinha e ele ainda lava.

Há duas questões importantes e interligadas sobre essa passagem. A primeira é que ela é notavelmente símbolo das estratégias de transformação dos arranjos mais tradicionais dentro da família, como forma de atingir níveis mais igualitários dentro do espaço doméstico e na divisão de tarefas deste. Ela não toma como algo que estivesse no “contrato”. A outra questão é menos subversiva, no sentido de que mostra muito claramente que cabe a mulher “educar o marido” para que este possa ser um homem que ajuda em casa – e voltamos aqui às figuras da “mãezona” ou da “sargentona”. E embora estejamos tomando um caso específico, este é um tipo de discurso bastante comum no imaginário de mulheres casadas e que se consideram vitoriosas por terem sido capazes de cooptar seus maridos a realizarem tais trabalhos.

Nas palavras do marido, respondendo a pergunta de como se divide a rotina de organização doméstica na sua família:

É igual, às vezes eu não tenho paciência pra limpar a casa, ela quer limpar, eu meio brabo vou e ajudo. Eu acho que não é justo. *Desde que a gente casou eu nunca tive esse tipo de preconceito.* Não é porque eu moro com uma mulher que a mulher tem que fazer tudo dentro de casa e eu ficar vendo televisão. Negativo, eu sujo igual, eu uso igual, eu gasto igual, porque que eu vou ter que deixar ela trabalhar, ser empregada e eu ficar no meu bem bom o tempo inteiro. Tem muita gente que é assim, né? Eu não concordo com isso, e faço às vezes até mais que a [minha esposa], ela não precisa ficar pedindo nada. *Ela é um touro*, ela é uma mulher, nesse ponto, sensacional. Não tem, é pau pra toda obra.

Aqui o discurso igualitário é muito bem colocado, o que vai diferir na outra família onde a mulher ocupa o cargo de dona-de-casa (depois de sua aposentadoria, o que coloca sua história de vida numa espécie de híbrido representacional, como já mencionado). O marido reconhece que a sua postura não é geral, uma vez que afirma que há muitos homens que tratam suas esposas como também empregadas. E outra questão: a mulher é um “touro”. É curioso perceber quantas metáforas do mundo animal se mobilizam para descrever as mulheres. Na continuidade deste relato ele vai descrever que a esposa ajudou-o quando de uma reforma na

casa, empurrando tralha, tirando o piso de carpete, puxando fio, etc. Neste caso, tarefas tipicamente masculinas, ao gosto da figura do “marido de aluguel”, nas quais a mulher também não deixa de ajudá-lo. Não seria equívoco então afirmar que o casal tem, no que diz respeito a divisão do trabalho dentro da casa, uma postura moderna e igualitária – até porque a esposa já ocupou o papel de provedora, como já mencionamos num momento anterior. Mas também não estão isentas as representações de quais são as tarefas masculinas e as tarefas femininas, num registro mais fechadamente binário.

O casal concorda no que tange às responsabilidades da filha neste conjunto, que seria ao mesmo tempo muito bagunceira e pouco colaborativa. No discurso da mãe:

A [minha filha] não é muito fã não. Eu tava conversando com uma colega, com uma não, com várias colegas que têm filhas da mesma idade e todas são iguais assim, então eu já me conscientizei que é dessa geração que eu sempre digo que são uma *geração de preguiçosos*. E eu nunca fui de fazer as coisas por ela e não faço, não faço, vá lá ver o quarto dela, deve estar com a cama desarrumada, eu nem entrei no quarto dela hoje, mas ela é daquela do “Já vou fazer mãe”; “já vou”; “já pego”; “já levo”; da geração do “já vou”. Então a [minha filha] não é de ajudar muito não, quando eu _tô atacada, eu falo pra ela: “*Tá barato esse hotel né? Preciso aumentar o valor do hotel, porque tá muito barato*”. Porque ela vem pra casa pra dormir, aí final de semana ela vem pra casa pra se arrumar; agora com namorado então não para em casa, ou quando ele não tá aqui, ela tá lá...

Aqui surge a função de pedagoga da mãe, que é de fato sua profissão. E a generalização de que este é o problema de uma geração, geração onde as relações de autoridade são menos verticais do que no passado, e isso exprime de certa forma o efeito do movimento de “modernização da maternidade”, como na pesquisa já citada de Mendes de Almeida (1987), mas também em Salem (2007) e Vaitsman (1994), embora todas elas estivessem mapeando famílias com filhos pequenos e não adolescentes. Enfatizo também a ideia de que “o hotel está muito barato”, porque parece exprimir bem o sentimento dos pais de que os filhos são refratários à família, o que se conjuga com a ideia de que os pais têm ciúmes dos parceiros amorosos dos filhos e se sentem carentes diante da crescente autonomia destes – tema que exploraremos melhor em um próximo tópico.

Outro elemento importante para esclarecer este quadro é de que a rotina da filha é bastante repleta, uma vez que ela trabalha nos períodos de manhã e tarde, vai para a faculdade à noite e faz filantropia aos finais de semana, especialmente em orfanatos, num trabalho realizado com um grupo de jovens que é o “filho” do CIVC. Esta rotina preenchida também faz parte da vida dos filhos da outra família. Vaitsman (1994) usa “tempo picadinho”, uma categoria nativa que surge em sua pesquisa para descrever o sentimento de mulheres divorciadas que não conseguem vencer a urgência do tempo, circulando em torno de suas carreiras, do cuidado com os filhos, da manutenção da casa e da tentativa de retomada de suas

vidas afetivas. Me aproprio desta expressão e a estendo para o universo familiar como um todo, especialmente porque os filhos estão agora cursando faculdade e trabalhando; embora sem negar que quando a questão é a casa, o peso maior é sentido pelas mulheres, “enforcadas”.

Na visão compartilhada do pai, num momento em que falava sobre seu relacionamento com a filha:

Tem o dia-a-dia, normal, ela é uma pessoa que a gente fala que *ela mora num hotel*, ela não mora na casa do pai e da mãe. Ela chega, larga tudo quanto ela pode e como pode e ela não quer saber se está ferindo alguém, se não está. Mas, a gente tem que tentar entender, ainda mais a gente com o curso lá [curso de casais já abordado, CIVC], eu falo muito disso. *É da juventude*, é do jeito dela. A maneira dela ser, o temperamento dela é esse. Quem sabe venha a mudar, ela está tentando mudar, ela tem demonstrado...

Nota-se claramente o quanto a visão do pai está concatenada com a da mãe, nos dois quesitos analisados: que a filha mora num hotel e que este é um problema da juventude, ou seja, comum a toda uma geração. O pai também sugere na sequência da narrativa que a filha está menos submissa desde que começou o atual relacionamento com o namorado, o qual, segundo ele, estaria contagiando suas atitudes e a tornando mais “rebelde” (note que a filha contava com 21 anos na data da entrevista). Deixaremos uma análise mais aprofundada desta questão para um próximo tópico. Por ora, daremos voz a própria filha, quando esta é perguntada sobre a sua rotina familiar:

Em casa a gente sempre teve muita estrutura assim, familiar mesmo, valores, sempre foi tudo dentro dos parâmetros, dentro dos conformes. A única coisa que a gente se quebra só é porque minha mãe é o extremo da organização e eu sou o extremo da desorganização, ponto. A única coisa que a gente se quebra assim, daí se quebra de verdade porque eu pego meu óculos, daí eu vou fazer outra coisa, quando eu vou ver deixei o óculos ali e não é por mal, ela fala que eu não respeito ela, que eu não dou valor pro que ela guarda, só que não é, é por ser desligada mesmo, eu sou muito desligada. Daí quando eu vejo eu já deixei o negócio fora do lugar, não é porque “ai, vou desprezar o que a minha mãe faz, ela que guarde depois”, não tem nada a ver. Mas, coitada, entendo a razão pra ela achar desse jeito, falta de consideração...

A primeira passagem parece se referir à necessidade de mostrar à pesquisadora que vive em uma família “normal”, organizando o discurso neste sentido. Temos um ambiente familiar sadio, ela parece dizer, para na sequência relatar a existência de conflitos. E como pontuado no início deste tópico, a (des)ordem em torno da casa parece ser uma fonte inesgotável destes conflitos intersubjetivos entre os membros. Na visão da filha, ela é apenas “desligada”, enquanto a mãe é impecável no que tange a esta questão. Para a filha ainda, numa fala bastante emblemática:

Eu sou o extremo do ruim e ela o extremo do bom. Nem um nem outro é bom. Eu tinha que ser mais organizada e ela menos organizada. E daí o conflito é enorme, nossa a gente, daí a gente briga bastante, mas de resto a gente se dá super bem. O que a gente se quebra de verdade é

isso. Por que enquanto as outras coisas eu também nunca fui assim um problema, drogas, álcool, nada.

Esta percepção diferenciada, que cria também a auto-percepção depreciativa, faz lembrar de um *reality show* sobre família, algo também sintomático como outros manuais de como viver, em que a briga abordada entre a esposa e seu marido era que na visão dela, para limpar o chão direito era preciso torcer o pano três vezes; para o marido uma só vez era suficiente. Assim, talvez não seja errôneo afirmar que o ideal de perfeição da “dona da casa” pode inclusive desencorajar os outros membros a encabeçarem tais tarefas, que sentem não conseguirem realizar a altura. Ou seja, funciona como a *gaiola dourada*, como se referiam as militantes feministas do passado. Essa ideia pode ser facilmente transportada para a maternidade/educação, quando a mãe relata seu papel na primeira infância da filha:

E aí a [minha filha] nasce em setembro de [19]88. Única filha, única sobrinha, única neta de ambos os lados, única afilhada da minha irmã, única criança na família. [...] Então foi a pioneira, muito querida por todos, muito paparicada e aí aparece novamente a [seu próprio nome] forte, onde todo mundo paparicava eu tinha que ensinar. [...] “A filha é minha, quem vai educar sou eu, e eu estou dizendo que ela vai ficar no quarto por uma hora. E aí do primeiro que for no quarto”. E até hoje é assim.

A figura da mulher mandona ressurgue, novamente alinhada com a profissão de educadora – e isso gera o forte sentimento de “posse” pela filha. Penso também essa passagem em contraposição com o ditado “cria-se os filhos para o mundo” – que vamos explorar noutra seção. De todo o modo, acaba por reforçar o binarismo dos papéis materno/paterno, tomando a responsabilidade de criar a filha só para si, uma vez que o pai se considera e é considerado mais tranquilo: “eu sempre fui a megera e ele sempre foi o apaziguador da situação” ou então “ele sempre foi muito puxa-saco dela” – algumas passagens que refletem a visão da mulher e esposa. Nestas duas passagens é possível perceber que numa família de três, a proximidade do pai com a filha (que ele narra com prazer) gera ciúmes, ou a dificuldade de fazer uma “unidade com três”, como aponta Salem (2007), para o momento em que o casal grávido se encontra com o filho recém-nascido e o ideal de complementaridade da mãe com o bebê é muito forte. Isso afasta os pais do cuidado com o filho, na pesquisa de Salem. Também a feminista psicanalista Nancy Chodorow (2002) trabalha, sobre este prisma, a questão da maternidade, considerando que a proximidade da mãe com as filhas mulheres acaba sendo grande responsável pela reprodução de um modelo binário e não igualitário de parentalidade.

Na outra família de nossa amostra, embora a questão do conflito com os filhos acerca da atual organização do lar seja bastante similar ao quadro descrito pela outra família, a parceria da esposa com o marido parece bem menos igualitária neste sentido – o que

possivelmente se explica ou pelo menos se potencializa pelo fato da mulher estar aposentada e apenas “em casa” nos últimos anos. No início do casamento, antes do nascimento dos filhos, as coisas foram assim lembradas por ela:

Então a gente saía da escola, trabalhando, a gente comia alguma coisa daí vinha pra casa limpar a casa. Limpava toda a casa. Daí no sábado dormia, daí saía pra rua. [...] No domingo corrigia prova também, dava mais uma ajeitada na casa.

Este quadro de parceria igualitária nas tarefas domésticas é substituído pelo atual e mais binário, nas suas palavras, que curiosamente regride:

Acordo, vou faxinar, fazer almoço. É, *eu fico lidando nessa casa o dia inteiro*, o jardim... [...] E daí eu vou pro curso nas segundas e quartas. É. Pela primeira vez eu estou em casa, curtindo a casa. É isso que eu faço.

Não há qualquer dúvida entre qualquer um dos membros que é a mãe/esposa quem faz tudo. E embora a família conte com uma condição financeira bastante confortável, o trabalho doméstico é dividido com apenas uma diarista (a casa é bastante grande, conta com muitos cômodos, quatro andares com a garagem, diferente do apartamento antigo e espaçoso da outra família). Parece que aqui estamos diante de um *fetice* pela domesticidade, ao qual Giddens (1993) chama a atenção e que está diretamente ligado à representações do gênero feminino.

Quando o marido desta família é questionado sobre sua rotina no tempo presente, ele é categórico em afirmar:

Bom, a minha mulher fica o dia inteiro em casa. Ela virou dona de casa. Eu levanto oito horas, ou às vezes as sete. Nado das nove às dez. Vou pro curso [curso pré-vestibular, do qual é sócio-proprietário], fico lá até meio-dia. Volto, almoço, vou, volto oito horas.

Quando o estatuto da esposa se modifica – de mulher trabalhadora para mulher da casa –, crescem as exigências em torno do seu desempenho doméstico, o qual ela realiza com destreza, já que afirma passar o dia inteiro cuidando da casa (“eu fico lidando nessa casa o dia inteiro”). Mas a sua *gaiola dourada* é também incômoda, uma vez que aqui está também o coração dos conflitos entre a mulher, seu marido (lembrando o caso do tênis fora do lugar, já mencionado) e seus filhos.

Quando pergunto a ela se os seus filhos ajudam a desempenhar alguma das tarefas domésticas, ela relata o seguinte:

Pesquisadora: Mas os meninos ajudam [filho do meio e filho mais novo], ou quando a [filha mais velha] morava aqui, ajudava, como é que era?
Entrevistada: Não muito, porque ela fazia duas faculdades. *A gente cria os filhos pra não ajudar, pra não dar tempo.* O [meu filho mais novo] sai de casa seis e pouquinho, não tem como fazer. E o [meu filho do meio] também não tem. Não tem como fazer.

Veremos no próximo tópico as questões derivadas da saída da filha mais velha, hoje casada. Por ora analisemos a passagem grifada: uma pérola sobre a não ajuda dos filhos nas tarefas domésticas, “A gente cria os filhos pra não ajudar” – aliás uma afirmação com sentido sociológico evidente. Acredito que ela expressa uma condição social mais ampla, uma vez que os filhos das camadas médias são socializados para terem um futuro profissional promissor, o que inclui altos investimentos em cursos e estudos, boas escolas, línguas e outras atividades como os esportes. Neste caso o fator “estudo” é muito central, é por onde giram todos os valores familiares, inclusive a transmissão de afeto, sem dúvida nenhuma.

O quadro é outro em camadas populares, como indica por exemplo a pesquisa de Alba Zaluar (1982) sobre hábitos alimentares em segmentos populares. Embora os resultados estejam de certa maneira desatualizados, a ideia central contida nestes universos pesquisados por Zaluar na periferia do Rio de Janeiro era a de o governo deveria criar mecanismo que ajudassem que os filhos pudessem ir trabalhar o quanto antes, para poderem ajudar na apertada renda familiar mensal. Este não é certamente um significado compartilhado nas classes médias. Os filhos ingressam no mercado de trabalho como uma fonte de experiência e *formação profissional* visando uma boa colocação; tanto assim que não percebi em nenhum momento nos universos pesquisados qualquer exigência clara de que a sua pequena renda seja revertida para a família como um todo, sendo usada de forma individual.

Na visão dos dois filhos que são coabitantes, a mãe é realmente quem faz tudo desde que fica mais em casa, conforme eles mesmos analisam. Suas rotinas também são carregadas. O filho do meio, 22 anos na data da entrevista, estudante de medicina, cursando o quarto ano, afirma:

Geralmente a minha mãe que faz a grande maioria. Quando a gente era menor, assim, ela sempre pedia pra gente ajudar mais ativamente. Mas hoje em dia o que a gente faz mais, assim, às vezes, a gente não passa mais tanto tempo em casa, né? Mas guardar louça, deixar o quarto organizado, arrumar a cama, guardar roupa. É, hoje em dia é basicamente isso. A gente não ajuda ela mais a... sei lá, passar aspirador em casa, que nem a gente ajudava antes. Mas ela é responsável pela grande parte do serviço de casa.

Volta a aparecer aqui a noção da mãe protagonista e os coadjuvantes que dão uma “ajudinha”. Algo que para esta família está dividido em dois momentos distintos: antes e depois da mãe se aposentar. Tarefas mais triviais como guardar a louça e guardar a roupa, bem como manter o seu espaço privativo organizado (o quarto) são mais comuns ao vocabulário organizacional dos filhos; o que não se aplica à faxina pesada ou à limpeza dos ambientes úmidos da casa.

Na visão do filho mais novo, 20 anos no momento em que foi entrevistado, estudante de engenharia química e estagiário de uma grande empresa alimentícia, observa-se uma visão compartilhada com a do irmão.

A minha mãe faz quase tudo, 90% das coisas. O que eu faço, eu e o meu irmão, é guardar a roupa, *de vez em quando* tirar a roupa do varal, *de vez em quando* arrumar a cama, *bem de vez em quando*. Daí *de vez em quando* arrumar o quarto. Enxugar a louça *às vezes*, botar a mesa, ajudar a fazer a comida, *uma vez ou outra*. Mas isso que eu digo é *bem raro*, é *bem quase nunca*. E ela faz o resto, mesmo quando tem empregada aí ela fica em cima, fazendo tudo junto com a empregada. Acho que ela não consegue ficar sem fazer alguma coisa assim. Às vezes ela está passando mal, eu digo “mãe, vai lá, deita um pouco”, “não, não, tem muita coisa pra fazer”. Tipo, ela gasta a maioria do tempo dela fazendo isso. [...] E daí quando a minha irmã estava aqui também ela fazia a mesma coisa que a gente, *quase nada na verdade*.

Notável a quantidade de advérbios que ele usa em sua fala, querendo ser o mais honesto possível com a pesquisadora e regular a intensidade real na qual realiza efetivamente tais tarefas: “bem de vez em quando” pra fazer o “quase nada na verdade”.

Não é grande surpresa que a forma de perceber este mesmo aspecto da vida familiar seja diferente no caso da filha mais velha, ela que está casada há aproximadamente um ano e meio, e mora com o marido em São Paulo. Contava com 25 anos na data da entrevista. Coursou simultaneamente dois cursos de graduação, Arquitetura e Urbanismo, na Universidade Católica, e Pintura na Faculdade de Belas Artes. Como a própria mãe já havia reconhecido, criaram os filhos para não ajudarem em casa. Quando afirmo que a carga de atividades dos filhos também não é leve, no intuito de levar uma classe social a legitimar uma formação profissional para seus filhos, a primogênita conta das atividades que realizava durante sua adolescência que ajudam a ilustrar isto:

Então ia pra aula de manhã, sempre fui de fazer muita coisa à tarde assim, sabe? Então daí eu ia pro inglês, ia pro italiano, ia pra aula de pintura, de não sei o quê, de não sei o quê. Então, tipo, a minha tarde inteira era super ocupada assim, sabe? E às vezes até o período da noite.

Essa passagem explica muito bem o que a mãe dissera, dando-se conta de que os filhos não têm tempo de participarem mais ativamente da organização da casa. E no que tange aos diferenciais de gênero entre os filhos, apenas a filha mulher percebe certas desigualdades com relação aos cuidados com a casa (o que é diferente no caso da sexualidade dos irmãos, onde isso está mais claro no discurso dos três). Deixando o campo falar, a filha mais velha desta família assim diz:

E o que eu sinto é que *a minha mãe é muito machista*. Então tem algumas coisas que eu ficava muito puta [antes de se sair de casa]. Tipo, desde, sei lá, desde que eu sou pequena, *é a mulher que tem que limpar a casa, é a mulher que tem que ajudar*. E os meus irmãos quase nunca fizeram nada assim. Depois que eu fui pra faculdade mudou um pouco, porque eu não estava em casa, ela precisava de ajuda, daí ela chamava um dos dois. Mas antes era eu, eu, eu. E quando, tipo, eu estava aqui era eu, eu, eu que tinha que fazer tudo. E isso era um dos motivos de briga. [...] Os meus irmãos não tiram o prato da mesa, sabe? E eu que tenho que tirar.

As representações tradicionais de gênero explodem aos olhos nessa passagem, quando a filha diagnostica que sua mãe é “muito machista” por considerar que apenas as mulheres precisam desempenhar esse papel de limpadoras e organizadoras da casa. Algo que ela credita ao fato de sua avó materna ser muito machista (vamos explorar essa figura em outro eixo temático) e procura não reproduzir no seu casamento recente. É incrível a quantidade de significados inerentes à divisão das tarefas, o que está ligado com o próprio conceito de “divisão sexual do trabalho”, o primeiro a tornar visível que as relações entre os sexos são de fato relações de poder – e que embora elas possam parecer triviais e naturais, isso só intensifica a sua eficácia; algo que podemos exprimir como Bourdieu (2009a; 2009b) coloca, como poder e dominação *simbólicos*.

No que tange ao aspecto da divisão da responsabilidade parental, o passado é relembrado com um pouco de mágoa pelos pais, uma vez que eles trabalhavam como professores com uma carga horária elevada, e mal podiam “curtir os filhos”, que eram cuidados pela cunhada do marido e madrinha da filha mais velha. Havia uma troca de favores: eles pagavam a escola das duas sobrinhas, e a cunhada ficava com os seus filhos durante o período em que estavam trabalhando. Vejamos nas palavras do pai como foi sentida a dificuldade de conciliar família e trabalho, quando a família foi constituída, no final da década de 1980:

E então essa foi uma das coisas que, que eu fiz pros meus filhos, né? [estudar com eles] Porque eu tinha que fazer alguma coisa, *porque ficava o dia inteiro fora, trabalhando o dia inteiro*, então alguma coisa tinha que fazer por eles. Não era só pai de final de semana. E a [minha esposa] também trabalhava fora. *É complicado ter filho desse jeito não é fácil, não é fácil.* [...] E, por exemplo, a [minha filha mais velha] ficava com a madrinha dela. Então a gente largava ela seis e meia, seis, quinze pras sete, pra ir pras escolas dar aula, vinha na hora do almoço, e depois ia pegar ela só onze horas da noite. A gente morava lá no São Braz. E daí ficava com ela. Ficava brincando com ela, ia dormir meia-noite, uma hora, então não é fácil, viu? *Hoje em dia eu acho que eu faria tudo diferente.* [...] Porque o tempo voa, o tempo voa.

Nota-se aqui o arrependimento por ter trabalhado tanto e não ter visto os filhos crescerem, mas o que certamente lhes garantiu um patrimônio polpudo. Para a mãe desta família, a mágoa não é muito diferente, embora acesse mais questões subjetivas da relação com a família de seu irmão:

Eu trabalhava, daí como o meu irmão não tinha condições de pagar escola pras crianças, ele fez uma proposta pra gente. A minha cunhada cuidava da [minha filha mais velha] quando ela nasceu e a gente pagava escola pras duas meninas [filhas da cunhada], e daí foi assim. A gente pagava escola e sempre ajudando ele, porque ele não tinha trabalho. Daí ela cuidou da [minha filha mais velha], tanto que *a [filha mais velha] chamava ela de mãe até uns três anos.* [...] Então uma coisa que eu acho que nunca a gente deve fazer é deixar filho da gente com alguém assim pra cuidar. *Essa é a coisa que eu mais me arrependo na minha vida.*

Nota-se aqui que para os dois, o mais grave arrependimento da vida foi não ter tido tempo para curtir a infância dos filhos. E quando a mulher descreve que a filha chamava a cunhada de mãe, é como se a sacralidade da mãe fosse profanada. Diferentemente da primeira família, onde a relação entre a mulher e a única filha do casal se estabeleceu como mais “educativa” e a relação desta última com o pai sempre foi mais de brincadeira, nesta família não encontramos tanto esta distinção no momento da constituição da família, pois ambos trabalhavam fora praticamente a mesma quantidade de horas. A parceria igualitária, ao que tudo indica, foi substituída por uma de escopo mais tradicional num momento posterior em que a mulher deixa de trabalhar fora de casa; mostrando o quanto as trajetórias familiares e a organização destas relações são cortadas por particularidades e idiossincrasias.

Acreditamos ter deixado claro em nossas análises que há um sentimento compartilhado entre todos os membros de que a mulher (mãe/esposa) é enfaticamente a “dona” da casa e da família. Assim as tarefas no sentido da manutenção espacial e afetiva competem mais a ela do que aos outros elementos da família – de forma natural e, portanto, como violência simbólica. Como vimos, isso é sentido de modo mais conflituoso na relação entre a mãe da segunda família, e sua única filha mulher – quando esta afirma categoricamente que sua mãe é muito machista. De modo geral, não são certamente os tênis, os óculos ou as cuecas sujas os responsáveis pelo mal-estar dentro da família, parafraseando a expressão de Freud (1996b) ao falar sobre o controle pulsional na civilização. Mas o mal-estar é expresso em termos de objetos que simbolizam ou emanam aquilo que lhes está implícito: as relações de poder mínimas que existem dentro da família, expressas por duas vias principais que o estruturam, gênero e geração. Dentre a série de questões elencadas pela feminista norte-americana Thorne (1982), está a agenda com desmistificação de que a maternidade é apenas gloriosa e de que a família se define como um puro “*domestic heaven*”, onde mulher e família aparecem como noções inseparáveis, como se fossem da mesma substância. A divisão sexual do trabalho na família, que não pode ser pensada fora da relação que o casal estabelece com seus filhos, mostra que esta visão naturalizada é problemática, pois ela produz um escopo de significados muito fechados na experiência familiar, inclusive podendo impedir uma participação mais democrática dos demais membros neste espaço da casa.

IV. AUTONOMIA DOS FILHOS E ESTATUTO DA FAMÍLIA

Neste quarto e último capítulo, iremos explorar novamente nosso objetivo central, a saber, como as relações familiares se estruturam por uma diferenciação da experiência, através da investigação dos mecanismos de relacionamento entre pais e filhos, com ênfase na relação dos primeiros com a progressiva autonomia dos segundos – em especial no caso da vida afetiva e sexual dos filhos; deslocando nosso olhar para fora da conjugalidade e lançando-o mais especificamente para as relações parentais. Respondemos a esta questão através de três eixos temáticos. O primeiro deles é sobre o controle social e sexual dos pais sobre a vida dos filhos, olhado sobre o espectro de todos os membros da família. O segundo tópico versa sobre a mística existência de um filho favorito, na segunda família da amostra, e os conflitos interpessoais daí derivados. O terceiro eixo temático foca na experiência da transformação do ciclo familiar, quando da morte da mãe idosa e da saída de um filho, que denominamos como uma “síndrome do ninho vazio”. Por último, o quarto tópico deste capítulo se propõe a compreender o estatuto que a família detém dentro destes universos e a forma como ela é representada pelos agentes pesquisados, indicando elementos para pensar a “ambiguidade sociológica da família”.

1. Controle social e sexual dos filhos: somos mesmo “liberais”?

O controle sexual é inevitavelmente realizado dentro da família, algo que Foucault (1988) nos ajuda a compreender, assim como as disposições de uma divisão sexual do trabalho, conforme exploramos no terceiro capítulo. A partir de agora iremos explorar dois pontos chaves e indissociáveis para a compreensão das relações familiares, no presente eixo temático: (a) Como é a relação parental com a crescente autonomia dos filhos e a percepção destes sobre o mesmo fenômeno? E (b) de que maneira isto se aplica em particular ao caso da sexualidade dos filhos, pensada também através das representações de gênero?

Num dossiê recente sobre sexualidade e gênero na juventude, as autoras Heilborn, Aquino e Knauth (2006) explicam por que discutir autonomia e sexualidade conjuntamente:

A sexualidade se apresenta na juventude como uma das esferas de aquisição de autonomia individual em relação à família de origem. A construção desse espaço privado pressupõe um aprendizado sobre relacionamento afetivo e sexual. Os modos de interação sexual derivam de prescrições culturais que mudam conforme o tempo histórico, o meio social e o gênero. (HEILBORN, AQUINO e KNAUTH, 2006, p.1362)

Esta questão foi sugerida pelo próprio campo, uma vez que como a divisão do trabalho, parece ser uma fonte primordial de conflitos, pois coloca em cheque a harmonia da célula familiar e lança – mesmo que de maneira inconsciente e primitiva – a previsão aparentemente indesejável do desmantelamento do núcleo.

Nas duas famílias pesquisadas foi encontrado um quadro muito claro de “superproteção” parental, o qual se expressa de maneira muito mais aguda pelas mães, mas também assola o comportamento dos pais (homens) diante de seus filhos. Isso parece ter dois aspectos: o primeiro deles é que o “amor” é considerado o motivo pelo cuidado muitas vezes exagerado com a mobilidade dos filhos. O outro é a questão da juventude ser atualmente representada como sujeita a grandíssimos riscos: na esfera da sociabilidade – como vulnerabilidade às drogas e à violência; e na esfera da sexualidade – como exposição à DST/AIDS e à gravidez indesejada. Quem dá esse panorama são também Heilborn, Aquino e Knauth (2006). Antes de entrarmos então em questões mais voltadas para a sexualidade dos filhos, vamos explorar alguns momentos em que os mesmos deixam entrever esse cuidado sentido como totalitário e emocionalmente desgastante.

Como já explicitamos no capítulo anterior, na primeira família de nossa amostra, a mãe sempre esteve numa proximidade muito grande com sua única filha, por levar esta consigo para as escolas nas quais atuou como professora das escolas na qual a filha. Na visão desta última, ao falar sobre o relacionamento com a mãe surgem os seguintes significados:

Então, a *minha mãe é muito superprotetora*; se eu saio, duas horas da manhã ela liga: “Cadê você?!”; que nem ontem, eu tava no centro, daí eu comi um sanduíche natural numa lanchonete, peguei o ônibus e vim pra casa. Meu Deus, ela me ligou trinta vezes: “Como que você tem coragem de comer nessas lanchonetes do centro, você vai passar mal, olhe bem, porque vão te assaltar no centro”; como se fosse a pior coisa do mundo andar no centro, *como se eu fosse uma criança* que não soubesse andar no centro.

A relação sufocante com a mãe parece incômoda, considerando que ela conta com 21 anos de idade, trabalha e faz faculdade, como já mencionamos. Sente que ainda que já tenha razoável autonomia, ainda é tratada “como se fosse criança”. Do ponto de vista do pai desta família,

A [mãe] *trata ela ainda meio como criança*, não larga do telefone, ela às vezes chega revoltada em casa “ai, porque eu não posso fazer nada que vocês estão sempre em cima de mim, que querem saber onde eu estou”. *Mas é zelo, é cuidado, o mundo está tão difícil, né?* Tanta coisa feia, ruim acontecendo aí fora. *E a gente gosta tanto dela, não quer que aconteça alguma coisa ruim.* A gente tenta proteger. Talvez um pouco demais, mas o que a gente tem tentado é proteger ela.

Nos dois casos o que surge é o tratamento dado como se a filha fosse uma criança, que não discrimina o que é ou não adequado fazer, que ela mesma sugere como sendo um cuidado mais agudo pelo fato de ela ser a única filha do casal – ressentindo-se de não ter um irmão.

Diz ela: “tudo que eu mais queria na vida era ter um irmão”. O proteger é um sinônimo de amar, mesmo que essa fórmula seja sufocante para os filhos. No mapa de superproteção, sempre a mãe aparece como a sua porta-voz, mesmo que essa estratégia seja arranjada pelo casal, de forma mais ou menos explícita. O telefone móvel aparenta ser um poderoso instrumento deste controle. Diz a filha mais velha do outro universo pesquisado, que já não mora mais com a família de origem:

Teve uma vez que eu estava lá em São Paulo, o [meu marido] estava viajando, e tinha despedida de alguém do trabalho, e eu peguei meu celular, esqueci de avisar ela [minha mãe], e fui pra baladinha e tal. E daí a gente estava se divertindo. Depois de umas três horas eu olhei assim, o meu celular de Curitiba com umas 30 ligações perdidas e o de São Paulo com umas 15. [...] Daí eu saí, liguei pra ela “oi mãe, esqueci de te avisar que eu ia sair hoje e tal”. Aí ela falou “você é louca, você não me avisou, porque eu já liguei pra polícia, eu já liguei pra todos os hospitais aí de perto, estava vendo uma passagem pra ir pra aí, achei que alguém tinha te sequestrado”. Daí eu falei “nossa senhora”.

Na sequência ela conta outro episódio que ocorreu com o irmão do meio (o estudante de medicina), quando ele foi chamado numa emergência de plantão e ficou sem poder atender seu telefone celular. A mãe também já tinha acionado a polícia e ligado para diversos hospitais. Quando pergunto a ela por que ela acha que essas coisas acontecem, a primogênita da segunda família responde o seguinte:

Ai, a minha mãe é muito, tipo, *galinha choca* que tem que ficar com tudo os pintinhos perto assim, ela é muito, como é que eu vou falar, até meio *dominadora* assim, sabe? Ela tem que estar com todo mundo perto assim, eu acho que é mais por isso, ela precisa ter meio que o controle da situação.

A “galinha choca” é a figura zelosa mas dominadora da mulher que quer ter sempre seus filhos em volta – imagem que novamente lembra o fetiche com a vida familiar, que encurta horizontes de individualidade para as mulheres que organizam suas vidas somente em torno do lar. Quando o filho do meio é perguntado sobre o momento da aposentadoria de sua mãe, ele traz o seguinte quadro:

Eu acho que foi pra gente foi bom. *A gente tinha ela mais tempo em casa, mas acho que pra ela foi um pouco ruim*, porque é difícil, né? Você está acostumada a trabalhar e de repente você para assim. Aí por ela passar mais tempo em casa acaba tendo mais discussão, mais atrito, porque convive mais, mas no geral foi bom. Eu acho que só pra ela que não foi tão bom, porque daí ela não tinha nada pra fazer...

O entrevistado consegue enunciar, embora sem dar-se conta do que isso significa para nós, que a aposentadoria da mãe foi boa porque os filhos “tinham ela mais tempo”. Assim podiam ficar mais próximos da mãe. A convivência é sem dúvidas na fala de todos os entrevistados o grande motivo da existência de conflitos: convivência maior é sinônimo de conflitos mais numerosos. Contudo, ele vê que para ela isso foi difícil, no sentido de ter perdido sua

identidade profissional. E a vida com a casa é representada por ele como “não ter nada para fazer”, reforçando o retrato de invisibilidade do trabalho doméstico. No tópico sobre conflitos conjugais, o marido já havia retratado a esposa como uma “leoa”, afirmando que ela sente muito “ciúmes das crianças”. Ainda o filho do meio retrata a mãe como superprotetora, como quando eles estavam na escola e ela ia reclamar quando faziam algo errado. Relatando um caso sobre o irmão mais novo ele diz assim:

Aí a minha mãe ao invés de, sei lá, entender que ele estava bagunçando, as outras pessoas estavam querendo estudar, deveriam estar estudando pelo menos, ela ia lá e falava “ai, porque a professora persegue ele, porque a professora não sei o quê”. Mas acho que foi mais isso assim, que *ela protegia a gente, mimava mais*.

Lembro aqui que numa entrevista com uma terapeuta, ela enfatiza muito esta ideia dos pais “livrarem a barra” dos filhos, quando estes já estão praticamente em idade adulta – o que sem dúvidas virá a prejudicar sua autonomia e seu convívio social.¹⁹ É possível que a modernização da maternidade, no sentido de uma aproximação psicológica com os filhos, que alguns autores colocam, tenha gerado como efeito imprevisto uma dificuldade psicológica da vida com a autonomia dos filhos que nasceram entre a década de 1980 e a década de 1990 e estão agora lutando por sua independência. Em termos estatísticos, essa dificuldade se mostra como no chamado “prolongamento da juventude” (HEILBORN, AQUINO e KNAUTH, 2006), que sugere o prolongamento da coabitação por fatores diversos – não só econômicos mas também emocionais.

Voltamos agora o nosso olhar para a esfera da sexualidade, pensada como uma dimensão específica destes controles familiares: o despertar da vida afetiva e sexual dos filhos é algo que gera certa polêmica nas duas famílias estudadas, e mostra que este terreno ainda está sujeito a um sem número de tabus. É curioso notar que os jovens sejam socialmente representados como portadores de uma vida sexual promíscua e totalmente liberada – mas é preciso enfatizar que no quadro geral nem os pais e nem a escola sentem-se preparados para falarem sobre sexo com os filhos de forma menos mais aberta.

Alguns pesquisadores têm se debruçado sobre o tema, um campo que vem crescendo, como Rubin (1989) ao falar sobre a suspeita por trás do sexo no Ocidente e sobre a pirâmide da boa sexualidade – poderoso regulador social. No Brasil, foi realizada uma pesquisa quantitativa bastante abrangente sobre o tema juventude e sexualidade (CASTRO, SILVA e

¹⁹ Penso este último em casos de grande repercussão midiática, como um jovem político curitibano de classe média alta e cargo político, que dirigiu embriagado numa via rápida da cidade, gerando um “acidente” de trânsito no qual uma das vítimas, também um jovem, chegou a ter a cabeça decepada. O caso causou grande comoção no sentido de tentar promover a pena do acusado, cujo pai é uma figura política de certo calibre. Acredito que a condenação ainda não foi decidida.

ABRAMOVAY, 2004), que aponta para as seguintes questões, que já mencionamos nos demais capítulos: a sexualidade é de fato sentida como um terreno de afirmação da autonomia dos jovens; a menor durabilidade dos relacionamentos amorosos entre os jovens não significa que eles não possam levar a vínculos mais estáveis (o “ficar” como ponte para o namorar, mas também como abertura para experiências menos rígidas); e que pais e educadores se mostram assíduos defensores do duplo padrão de moralidade, o que acaba sendo reproduzido também no discurso dos jovens.

Tendo estas questões em vista, analiso primeiramente a perda da virgindade da filha da primeira família da amostra, pelo espectro de todos os membros – um caso bem explícito daquilo que Thorne (1982) chama de “diferenciação da experiência familiar”, que nos orienta em toda a análise. Reproduzo na ordem em que as entrevistas foram realizadas. A mãe diz sobre a sua relação com a filha, como mencionado acima, desde a infância:

Então a gente sempre teve essa relação muito próxima eu e ela porque eu nunca precisei de empregada, de babá, ela ia comigo trabalhar porque era a escola dela e ela voltava comigo, então eu não tinha que ir buscar filho em escola, ela estava lá comigo né, então não sei o que é deixar o filho numa escola e sair, coisas que as mães choram...

A proximidade com a filha desde a infância, indo e voltando juntas das escolas nas quais a mãe trabalhava, desde a máquina de Xerox, leva a este sentimento de muita proximidade com a filha – algo que possivelmente potencializa o controle sobre a vida e as decisões da mesma. Isto incide diretamente nas opiniões sobre os namorados da filha. Sobre o atual relacionamento da mesma, a mãe desaprova:

Claro que eu já conversei com ela sobre isso, e ela: “Não, mas é sério, é sério”. Eu digo que eu também dizia com primeiro, segundo namorado que era sério, então deixe que curta, acho que tem mais é que curtir, e não adianta você falar... [...] É, não adianta falar que não porque só vai... então tem que passar e o nome disso é experiência.

O pai é cúmplice da ideia de que o atual namorado da filha não é “adequado” para ela. Ao responder se a filha está namorando, ele responde:

Tá, vai fazer um ano e meio. Assim, eu acho um pouco, essa parte é ciúmes, né? *Todo pai e toda mãe têm ciúmes*. Ele não segue a regra do que a gente colocou. Todo o paradigma, toda a mudança é, no começo, você fica meio receoso. Então acho que essa parte de lidar um pouquinho assim, no começo existia um ciúme. Ele é diferente, ele não é o que a gente esperava, o *príncipe encantado que o pai e a mãe fantasiam pra ela*.

Quando pergunto a ele quais são as coisas que fazem com que o namorado da filha não seja exatamente um “príncipe encantado”, o pai prossegue:

É muito grosseirão, *ele não dá todo carinho e amor que eu e a [minha esposa] damos pra [nossa filha]*. Ela tinha muito mais isso aqui com a gente. Ele é muito novo, muito imaturo pra ela. Ela é muito madura perto dele. [...] Ele não agrega pra que ela cresça mais, entendeu? [...] então é uma pessoa que ainda não tem nada, que tudo que tem é o pai que deu, ele não

conquistou, não tem onde morar, não tem ambição, não demonstra uma ambição de vida “ah, eu vou me formar”, ele não tem esse tipo de..., ele é muito criança, ele foi largado. *Pai e mãe se separaram ele ficou no meio. Então ele cresceu do jeito dele, entendeu?* [...] Agora será que isso não é a visão de pai, de ciúme? Acho que não, porque a gente está vendo o que está acontecendo. E por conhecer a [minha filha], o jeito dela ser, a gente está sentindo essa diferença. E ela não está vendo isso. Mas quem sabe um dia ela consiga enxergar, né? [...] Você cuida, tanto, desde criancinha, tudo deu tão certo, como a gente pediu e colocou pra ela, e ela mesmo viu, que daí chega alguém totalmente diferente e você sente um abalo. E daí ela vem com novas ideias, *ideias diferentes daquilo que a gente estava acostumado a conviver*, ideias que agora fazem parte do dia dela estando com ele...

Em diversos momentos o pai se refere ao namorado da filha como sendo responsável por plantar algo como pensamentos subversivos nela, conforme já mostramos. É curioso que não ocorre nem a ele e nem a esposa, que a filha pode estar fazendo escolhas imprevistas para eles, mas que nem por isso estaria indo para o caminho “errado”. O fato do namorado ter ideias “diferentes” estaria fazendo mal a filha e fazendo com que ela seja rebelde com relação as regras de convivência impostas pelos pais. Outra passagem que grifei e que dá pistas para o imaginário da família perfeita: “pai e mãe se separaram”. O divórcio dos pais do namorado da filha poderiam explicar para eles então porque ele seria considerado uma pessoa “diferente” – claro que isso não é pensado isoladamente, mas no conjunto de atitudes do rapaz. Ao que o pai mesmo associa ao controle dentro da família:

Ah, essa pressão da [mãe] ficar ligando toda hora, ela não aceitar, uma cobrança maior da parte dela “pô, vocês ficam ligando, não posso sair”. Eu não deixo ela sair de carro de noite, de jeito nenhum, “pois é, mas eu tenho meu carro”. *Isso é influência dele, ele deve falar alguma coisa, né?* “Olhe, você tem teu carro, você não pode usar?”. Não, não pode, enquanto mora com o pai e com a mãe não pode. “Pô, você tem 21 anos, tem horário pra chegar?”. Tem, enquanto morar com o pai e com a mãe tem. Pelo menos avisar, dizer onde está, onde vai, com quem fica. Com toda a certeza, enquanto estiver morando com a gente, pelo tanto que a gente gosta dela tem, tem. E ela entende isso. Mas às vezes ela vem com esse tipo de cobrança. *Ela tem sido rebelde dentro de casa*, com situações com a [mãe], por causa de bagunça. Ela não aceita, ela grita, ela bate de frente, ela nunca fazia isso. Ela brigava. Elas discutiam, mas ela não batia de frente, ela não respondia a [mãe]. E agora depois de estar namorando ela vem respondendo.

Reproduzo mais esta última passagem acima por ilustrar muito bem a noção de que a “influência” do namorado leva a “rebelia” da filha, nas cobranças familiares. Reforçando a ideia de que os relacionamentos amorosos dos filhos abalam a estabilidade do núcleo familiar, e aqui isto aparece de maneira muito clara. Para a filha isso é experimentado de modo bastante conflituoso, quando fala sobre seu atual relacionamento:

Eu gosto muito, muito, muito dele. Só que a minha mãe não gosta dele. Porque ele é muito menos maduro que eu, porque eu trabalho, me viro e ele agora começou a trabalhar, ele é um ano mais novo que eu, a princípio, no começo do namoro, agora não porque eu já conversei muito com ele, ele não conversava com os meus pais. Então, minha mãe fala assim: “ele é uma boa pessoa, mas não pra namorar você. Porque você tem um carisma absurdo, você conhece a pessoa, você conquista a pessoa no primeiro minuto, não importa quem está na frente, você conversa. Ele não. Você tem que ficar mil anos pra conquistar a atenção dele e desenvolver e tal e tal.” Ai, então me incomoda muito isso daí, eu fico numa...

Embora ela afirme gostar muito do namorado, em outros momentos afirma que é um dilema para ela gostar de alguém de quem seus pais não gostam, aventando a possibilidade de terminar a relação por este motivo, já que lhe causa desassossego.

Quando o assunto é diretamente a sexualidade, as coisas ficam ainda mais temperamentais. Nas palavras da mãe, sobre a iniciação sexual de sua única filha:

Temos um relacionamento excelente, ela me conta tudo, isso nunca foi empecilho pra ela esconder as coisas de mim, porque eu sempre procurei falar a verdade, sempre, nunca escondi nada da [minha filha], sempre tomando cuidado de mostrar pra ela que eu era uma amiga sim, mas antes de ser amiga, eu sou sua mãe. Porque o relacionamento que você tem com um amigo não é o relacionamento que você tem com mãe. Com a amiga você diz: “Ai, transei com meu namorado”. Pra mãe não precisa dizer isso, basta você dizer: “Mãe, estou transando, o que eu faço?” Basta a mãe dizer: “Se cuide! Vamos.” Qual é minha função de mãe? “Vamos ao médico?”. Mostro o que é certo, mostro o que é errado, faço a minha função, encaminho a coisa, faço acontecer a situação de remédio, de pílula se for o caso, enfim, mas ela não tem que vir todo dia me contar: “Mãe, hoje eu dei”. Como diz uma amiga minha: “Pode fazer o que quiser, agora me poupe de chegar em casa de cabelo molhado!” [risos]. [...] Pra mãe você tem que dialogar, você tem que conversar, você tem que perguntar; a mãe tem que mostrar o que é certo e o que é errado, então desde pequena sempre usei muito essa frase: “Eu sou sua amiga. Mas antes de ser sua amiga, eu sou sua mãe, portanto eu exijo respeito. Aqui na minha casa as coisas são assim, então aqui você não vai fazer isso.”

Aqui surge a mãe “sargentona”, a “dona” do pedaço, como ela mesma se auto-definiu diversas vezes. E os tabus acerca da sexualidade que potencializam a existência de conflitos na família, muito possivelmente aumentado em função desta família ter uma prática religiosa católica bastante intensa. Noutros momentos foi relatado que os três membros vão à Igreja todo o domingo, e filiados ao grupo de casais que parece ter uma visão de família bastante associada ao de família como instituição sagrada. Quando a filha foi lhe contar sobre a perda da virgindade, a mãe rememora:

Ela chegou e falou “Mãe, precisamos conversar.” Aí quando ela falou “Precisamos conversar”, eu falei “Opa, já vi esse filme”. Quando ela tinha quatorze anos me disse que tava namorando agora com dezenove... né? [...] Na hora foi um sentimento de “perdi”. “Perdi a minha filhinha”. Tipo “ela não depende mais de mim”. Aquela menina que eu sempre mandei, que eu sempre fui a sargentona, que eu comandava, que eu né, tinha como; agora não mais, que agora *ela estava diante de uma situação que ela era uma mulher*, que ela estava me mostrando que ela era mulher... [...] “Que atitude eu tomo, que eu faço, que caminho eu tomo?” Acho que eu devo ter rezado uns quarenta pai-nosso e trinta ave-maria e enfim, olhei pra cara dela e brinquei: “Foi bom pra você? Foi bom pra você?” [risos]. Ela caiu na gargalhada e eu também, a gente se abraçou e começou a chorar.

Nota-se muito explicitamente aqui a noção de “perda” subjacente a perda da virgindade dos filhos; reforçando que quando o assunto é sexo ele está diretamente equacionado com a conquista de autonomia no terreno pessoal. Na sequência ela indica sobre os cuidados médicos que considerava necessários, e também algumas representações sobre sexualidade, possivelmente vinculadas a um imaginário cristão.

É, e aí eu fiquei claro, durante uma hora conversando, falei “Filha, claro que eu sabia isso ia acontecer, o que a mãe vai te falar, que é errado? É certo? *Olha, não é errado. Mas não é certo.*” Aí conversamos e perguntei se... questão de doença, questão de AIDS, questão de camisinha, questão de gravidez, de perder toda uma vida e se ela tava consciente da pessoa que ele era, se ele tinha sido carinhoso... Claro que é ótimo, claro que é, é uma delícia, então a gente vai precisar tomar algumas precauções se você vai realmente começar a vida sexual ativa, a gente vai ter que tomar algumas atitudes assim, assim, assado, que tinha usado camisinha. [...] *A carne é fraca como foi*, mas se você tá me confiando, eu também preciso que você faça isso: não transe novamente até que a gente vá no médico.

A primeira sentença grifada indica a ambiguidade da mãe com relação ao sexo. E aqui surge novamente a noção de que a juventude está sujeita a todo tipo de riscos, dentre eles os riscos derivados do usufruto da sexualidade. Por isso na visão da mãe a filha deveria se “guardar” até que fosse ao médico para tomar as necessárias precauções, sempre pensadas no binômio doenças/gravidez, como sugerido no slogan “sexo seguro”. Na narrativa do pai, ele foi com a filha ao médico (logo a própria explica em suas palavras). Diz ele:

Ai, pra mim foi sempre normal, porque eu me programei pra que fosse. Ah, eu digo “vou ser um paizão, vou ser um pai moderno”. [...] *Várias situações de vida mostraram pra ela que tudo que a gente falou e fez a gente tinha razão.* [...] “Meu Deus, e agora, meu pai era contra e eu fiz, e poxa ele tinha razão, que merda, porque eu fui fazer”. É um eterno tribunal de culpa ali, se culpando, se culpando. Eu acho que não é assim, uma pessoa ela tem que viver, fez? Fez. Tenta não fazer errado de volta. Errando a gente acaba acertando. Então sempre tive muita naturalidade nesse ponto, muita, muita. Aceitei tudo. Tanto aceitei que dei apoio e fui junto com ela. *Eu fui no ginecologista com ela.* Eu, eu levei ela. Não entrei na sala, lógico. Mas fui até a porta, a atendente viu, ela entrou sozinha, saiu, acho que foi a melhor coisa, porque se fosse a mãe, a mãe ia entrar junto, né? Ia ficar falando, tudo que é resposta da filha é a mãe que ia falar. Ela saiu toda contente, “ah, tem que comprar pílula”. Paramos, comprou, até hoje toma a mesma pílula, né? Então foi legal, eu me senti bem, me senti bem. *E eu tenho certeza que ela se sentiu apoiada.*

Emerge aqui a figura do pai moderno, capaz de ir junto com a filha ao médico ginecologista – impedindo que a mãe dominadora dificultasse as coisas. Mas há também no seu discurso essa nuance ambígua sobre se a perda da virgindade da filha foi ou não algo correto. Talvez a presença da pesquisadora impeça que eles expressem a opinião de maneira mais explícita. De todo o modo, não fosse a lembrança da filha, o quadro pareceria bastante leve, pelo apoio que os pais deram para ela no momento em que se mostrou uma “mulher”, dona de seu corpo e de suas escolhas. Por isso, transcrevo integralmente na sequência a sua visão sobre o mesmo fenômeno:

Então, quando eu perdi a virgindade foi com o primeiro namorado. Cheguei em casa e contei para a minha mãe. Na verdade aconteceu, não foi nada preparado. Eu tinha sete meses de namoro já, eu namorei com ele um ano. E não foi nada “ah, vamos ao médico, vamos pesquisar”. Aconteceu, pronto, na hora. Daí eu cheguei, é obvio, contei para a minha mãe. Porque eu cheguei e acho que estava estampado na minha cara, assim que eu tinha alguma coisa pra contar. Aí ela surtou, surtou. Ela brigou, ela chorou, ela fez um escândalo. *Ela falou que ela não confiava mais em mim, que eu não me dava valor, que eu era qualquer uma... mas fez o diabo.* Daí fez meu pai me levar no ginecologista. Não, mas é que ele era o único que podia me levar. Daí ele me levou no médico, comecei a tomar anticoncepcional. Tá bom, foi imaturidade minha, é óbvio, fazer sem tomar. Mas também usei camisinha, normal. Daí, tá.

Como ela surtou surtado eu continuei fazendo e não contei mais. Totalmente desnecessário contar. Então, decerto ela acha que com o [meu antigo namorado] eu fiz uma vez e pronto. Daí com o [meu atual namorado] eu comecei a fazer normal e ela não sabia, eu não contei. Não falei, porque eu sei, se é uma coisa que incomoda tanto ela, eu não vou deixar de fazer porque incomoda ela. *Porque a gente não vive mais no mundo de antigamente. Porque ela só fez sexo depois do casamento, com o meu pai. E decerto era a coisa que ela desenhava pra mim, entendeu?* Ai, “porque você não se deu valor. Porque você tem que se guardar...” É uma mentalidade bem diferente da minha. E hoje em dia não é, você sabe que não é nada disso, né?

O assunto, como se nota, dá pano pra manga. Enfatizo algumas das questões levantadas pela filha: a culpa por não ter ido ao médico antes da perda da virgindade; o “surto” da mãe, tendo acusado a filha de ser “uma qualquer”, enfatizando a noção suspeita sobre sexualidade; e a diferença geracional, pois ela mesma calcula que os pais gostariam que ela tivesse casado virgem. E outro ponto interessante de ser observado não apenas nesta passagem, mas em várias outras, é que o sexo é denominado por uma não denominação, “eu fiz uma vez” – ou seja, não se dá o nome, mas apenas uma reticência. Por último, a opção da filha por não mais levantar o assunto com a mãe, julgando este um ato “desnecessário” e indicando a posição de cegueira na qual muitos pais se colocam ao tratar de temas que consideram delicados.²⁰

Na nossa outra família o mapa é um pouco diferente. Explico um pouco o contexto antes de passar para a fala dos entrevistados. Neste caso pela existência dos três filhos, as coisas se deram de maneira diferenciada com a primeira filha, que é tomada pelos demais irmãos como a “desbravadora” de territórios. E, sem dúvidas, o fato de ser mulher fez com que os controles familiares se dispusessem de maneira diferenciada. Com relação ao sentimento de desmantelamento do núcleo, e a desconfiança com relação aos namorados(as) dos filhos o quadro é bastante similar ao da família analisada anteriormente. Contudo, aqui tivemos espaço também para uma absorção dos namorados(as) como se passassem a fazer parte da família, uma família aumentada. A filha mais velha já é casada há mais de um ano; o filho do meio acabara de romper uma relação de quatro anos na data da entrevista; e o mais novo estava namorando há aproximadamente dois anos. Não poderia ser mais bem descrita a relação potencialmente conflituosa entre a sogra com noras e genros em potencial do que nessa expressão da mãe “galinha choca”:

E daí eu fico pensando na minha sogra, né? E que eu tenho que me comportar. É. Que eu tenho que me comportar. Que elas têm a vida delas, eu tenho a minha. Eu li uma vez numa [Revista] Claudia, há muito tempo, que nora e sogra é assim, *tem um burquinho que uma está lá e a*

²⁰ Não por pesquisas, mas por experiências com conhecidos, esta parece ser uma postura que aflige também os pais de jovens usuários de drogas; que demoram um tempo considerável para conseguirem assumir que seus filhos estão envolvidos com substâncias tóxicas. É possível que o mesmo mecanismo “cegueira” funcione para pais heterossexuais de jovens homossexuais. Apenas seguindo nesta reflexão, a cegueira pode ser o elemento que impede a eclosão do “pânico moral”, na expressão de Weeks (2010), que fica patente na passagem transcrita sobre o “surto” da mãe no instante da perda da virgindade da filha.

outra quer entrar e aquela não quer sair. É mais ou menos isso. Mas que deve ser complicado pra gente eles saírem de casa e a gente ficar, é.

Embora deixando o elemento da saída dos filhos para um próximo tópico, a ser analisado pausadamente, o que a entrevistada sugere é que a conhecida desavença entre noras e sogras se explica pelo fato de que a mãe não quer deixar o posto, por assim dizer, o que é potencializado no caso de mulheres que não têm outras fontes de realização pessoal.

Com relação a perda da virgindade da filha mais velha, ela narra assim:

Meu Deus do céu. Olha o quê que aconteceu. Daí a gente ficava cuidando da [filha mais velha] e do [namorado]. Ai, os dois [ela e o atual marido]. Os dois, os dois, os dois, os dois. Nossa, cuidando. Ficavam assistindo tevê, a gente vinha, mandava dormir, um dormia aqui, outro dormia lá, e a gente não dormia e ficava atrás. Tá, aí cuidando, cuidando, cuidando, cuidando, cuidando.

Pesquisadora: Ele dormia aqui mas em quartos separados?

É. Daí ela foi pra Itália. Daí a gente cuidava, cuidava, cuidava aqui daí ela pegou e foi pra lá sozinha. Tá. Aí olha o quê que aconteceu. O [meu marido], mas, ficou muito puto da cara. Mas ficou brabo, brabo, brabo com o [namorado da minha filha] assim que te digo, queria esganar o piá. Ele me compra uma passagem, sei lá, economizou, economizou, ele trabalhava já. E foi lá atrás da [minha filha]. E de lá eles foram viajar, né? Nossa, o [meu marido] ficou tão chateado, mas tão chateado. Que eu acho que nessa hora ele ficou mais chateado que eu. Mas eu sofri bastante com isso, você não sabe o quanto. Ai, como era difícil você ficar separando os dois. E daí foram. Foram pra Londres, foram pra Holanda, e viajaram. Os dois. E a gente ia pra lá, e daí o [meu marido] achava que ele ia junto, né? Mas ele foi antes. Foi complicado, muito complicado. E daí quando ela voltou de lá a gente continuou com a separação. Daí um dia a gente desistiu, falei “ah”. Ele [o marido] falou assim “ah [mulher], já foi, não foi? Então que fique”. Daí a gente recebe muita crítica sabe? Das pessoas...

As “críticas” se dariam por parentes e vizinhos, fazendo surgir o papel social de regulação da “fofoca”. De todo o modo, veja o esforço dos pais para “separarem” a filha e o namorado e evitar que os dois tivessem relações sexuais, mesmo que dormissem na mesma casa. A mãe afirma que as dificuldades de lidar com a sexualidade dos filhos seriam dadas “Porque eu fui criada diferente”, o que demonstra a diferença geracional em sua melhor forma e aponta novamente para o sentimento de pais e mães de que vivemos num momento muito liberado do ponto de vista da sexualidade. Sobre os demais filhos, a mãe segue contando:

Tá, daí foi assim, daí com o [filho do meio] a coisa com a [namorada dele] já foi bem mais rápida, porque a família dela é muito diferente da gente... [...] Daí chegou a vez do [filho mais novo]. Daí o [filho mais novo] “ah, a [irmã mais velha] tá dormindo com o [namorado], o [irmão do meio] com a [namorada], e porque que eu não posso dormir com a [minha namorada]?”. [...] O quê que você vai falar daí? Aí eu falei “mas a [filha mais velha] está namorando há mais de oito anos”. “E o [irmão do meio]? O [irmão do meio] não namorou tanto tempo assim. Ele namorou o tanto tempo que eu estou namorando com a [minha namorada]”. Daí você vai fazer o que? Daí eu disse, “mas olhe quantos anos você tem?”. Daí o [meu marido] falou “ai [esposa], chega, já se estressamos demais com isso, deixa”.

Embora a passagem tenha ficado um pouco confusa, pois continha no original muita menção ao nome dos familiares, optei por transcrevê-la pois ela mostra que os esforços do casal para “segurar” a sexualidade dos filhos se deu numa curva decrescente: a primeira filha, e mulher,

experimentou um controle muito mais ferrenho nesta esfera, enquanto o filho do meio já foi beneficiado por certa flexibilidade e o irmão mais novo não passou por grandes cuidados em relação a isto. Quando ela fala que a família da namorada de um dos filhos é “diferente”, refere-se ao fato de que a família dela é mais “liberal”, pois os pais não se importariam que os dois dormissem juntos, em situações de viagens por exemplo.

Ela descreve também a relação de maior controle com a filha, justificando-a de acordo com o duplo padrão:

Então, ela sofreu bastante. Porque eu te digo, que *a gente controlava muito*, e daí desde um dia ela pegou e foi embora lá pra longe, lá pro outro lado do mundo. [...] Eu acho que as pessoas acabam fazendo isso, temem mais pelas mulheres né, pensam que... *os meninos ou se viram melhor, ou que pra eles é mais tranquilo, não ficam difamados*, digamos assim... [...] Então, então acho que a gente quis proteger, ou por ser a primeira, né? Não sei, se a gente queria proteger mais, não sei, sabe? Mas eu tenho impressão, por ser menina, a [minha filha] diz que eu faço isso mas eu acho que eu faço mesmo...

Na passagem acima fica nítido o padrão diferente usado para julgar *comportamentos adequados* para a filha e para os filhos, com ênfase na ideia de que os meninos não ficam “difamados” como as meninas, que podem ser tomadas como promíscuas, bem ao gosto das reflexões de Naomi Wolf (1998) quando esta fala sobre a arriscada fronteira entre ser ou não ser uma “*slut*”, durante sua própria adolescência na cidade de São Francisco (EUA) pós-anos 1970. Pelo padrão de julgamento externo ser considerado mais intolerante com as mulheres, a família absorve internamente a incumbência de adequar a qualidade e a intensidade do controle sobre o corpo feminino – o que funciona na prática como uma via de mão dupla entre as representações familiares internas e as representações sociais mais amplas. Quando a filha vai fazer um semestre de intercâmbio na Europa, os pais perdem o controle sobre o seu corpo – como já descrito em outra passagem.

Muito criticada pela filha, conforme já mencionamos na análise da divisão das tarefas domésticas, a visão da jovem sobre o mesmo aspecto da vida familiar é a seguinte:

Teve algumas vezes que ele ficou [o namorado], dormia na sala e eu dormia lá em cima. E aí tipo, foi meio *punk* assim sabe, eles não queriam de jeito nenhum, a minha mãe, eu ficava assistindo filme com ele, a minha mãe acordava às duas e meia da manhã “vai dormir na sua cama” e eu “ok, calma, estou indo” e ia. Quando o [meu irmão do meio] começou a namorar, que aí a [namorada dele] começou a dormir aqui no quarto junto com ele, eu falei “ah, chega dessa palhaçada, estou namorando há seis anos, não tenho isso e o [meu irmão do meio] que está namorando há três meses pode?”. Muito machista, né? Falei “não, agora chega”, daí “você vai dormir comigo hoje”, daí falei pro [meu atual marido] “você vai dormir no meu quarto hoje”, fechei a porta e pronto. Se alguém falar alguma coisa vai ter. E aí foi assim.

Na narrativa da filha, embora o namorado e atual marido dormisse na sua casa há algum tempo, eles estavam proibidos de dormirem juntos no mesmo cômodo. E, segundo ela, isso acontece antes com irmão do meio e sua namorada, como expressa nesse outro momento:

“Tipo, meu irmão que está namorando há dois meses pode dormir com a namorada, eu que estou há, na época, tipo seis anos não posso sabe?” O desfecho da história é que ninguém na família se manifestou e o caso ficou por isso mesmo.

Com relação ao falar sobre sexo, não encontramos aqui o mesmo encaminhamento da família analisada anteriormente, em que houve toda uma conversa sobre a perda da virgindade da filha e uma mobilização familiar em torno do acontecido. Quando pergunto aos filhos sobre a existência ou não deste tipo de conversas e orientações, é também a filha que aponta para o pai como tendo cumprido essa função.

E aí quando, bem no começo, que eu comecei a namorar, nem estava pensando nisso, o meu pai chegou um dia assim, sentou do meu lado “então, eu preciso falar umas coisas pra você” e aí começou a falar umas coisas assim que eu fui ficando roxa, sabe? [...] Ele falou “*porque você sabe como homens são*” e aí ele falou bem assim “e nunca acredite na história só a cabecinha, não, só a cabecinha”. “Pai, chega, não quero escutar você falando essas coisas...” Muito engraçado assim. [...] *Mas eu acho que eles não sabiam muito como fazer esse approach assim sabe?*

Em primeiro, a questão da reprodução do duplo padrão que surge na fala do pai, tentando alertar a filha de que os homens são perigosos. Como no outro caso analisado, esse tipo de conversa que enfatiza o mau-caratismo masculino, que depois que eles conseguem o que querem não se interessam mais pelas meninas, ou como dizia o pai da outra família da amostra: “eles preferem as reservadas”, sutilmente se referindo a virgindade como padrão de conduta. Esses elementos funcionam como um poderoso instrumento de controle sobre o corpo e a subjetividade feminina, injetando certo pavor oculto de ser difamada. Tema que como já indiquei, é trabalhado por Wolf (1998), de modo quase auto-biográfico. No relatório sobre sexualidade na juventude de Castro, Silva e Abramovay (2004), também já citado, a virgindade aparece como um valor, *se* for pensada para as filhas mulheres. Ou seja, ao falarem genericamente sobre o tabu da virgindade, pais e educadores tratam como um assunto do passado. Mas ao pensarem sobre as suas próprias famílias, o tema fica mais espinhoso e as posições mais conservadoras. Para os meninos, persiste a ideia de que eles têm maior necessidade de transar e de que ficam bem afamados quando conseguem ficar com várias garotas, reforçando o abismo binário entre os gêneros.

Voltando-nos para o ponto de vista do pai da família mais numerosa, este manifesta explicitamente uma relação mais afetuosa com a filha do que com os filhos homens. Ele mesmo explica: “Então eu e a [minha filha], assim, a gente foi muito ligado. E é, né? Porque a coisa que eu mais queria era ter uma filha mulher, eu digo ‘tem que ser uma menina, porque a menina é filha do pai.’” Ao falar sobre sua relação com os dois filhos homens, ele salienta esta diferença,

Porque é homem, homem é diferente. Entendeu? Eles têm as namoradas. Então a vida deles agora é as namoradas. Agora o [meu filho mais velho] largou quatro anos de namoro. Entendeu? Então eles vivem pra namorada. Não tem o que fazer. Às vezes eu saio com eles, mas é uma *relação assim mais superficial*.

Através desta passagem podemos notar que a relação entre homens é quase previamente estabelecida como uma relação de superfície, em contraposição com a imensa identificação com a filha mulher onde se estabelece um vínculo de maior proximidade. Sem dúvidas essa é uma das expressões possíveis de padrões de gênero que se colocam no entremeio dos indivíduos dentro da família, onde o afeto é identificado como pertencendo à polaridade feminina.

Sobre a iniciação amorosa e sexual dos filhos, o pai se declara abertamente “liberal”, embora já tenhamos enfatizado que esta é uma controvérsia.

Eu sempre, como é que eu vou dizer, eu sempre encarei isso com a maior naturalidade. De dormirem junto, né? *A [minha filha mais velha] foi a que, sabe? Eu acho que demorou um pouquinho mais.* Mas eu sabia que, entendeu? Esse tipo de coisa, e o quê que eu vou fazer? Como eu falo pra [minha esposa], “não é bom? É. *Fazer o quê?* Um dia vão ter que fazer”. Aí tanto que as namoradas dormem aqui, dormiam na casa delas. [...] *Então quanto a isso eu sempre fui, eu fui, como diz, bem liberal.*

A controvérsia – que existe muito provavelmente pelo vislumbre do dismantelamento do núcleo e pela evidência da autonomia dos filhos, que mostram através dos seus relacionamentos afetivos que deixaram de ser crianças, acabando com a ilusão dos pais, os últimos a saber – é indicada aqui pelo “Fazer o quê?”. Um dia os filhos vão ser donos da sua sexualidade e os pais devem aceitar, embora forçosamente. Quando pergunto por quais motivos ele acredita que a filha mais velha demorou um pouco mais para ter a liberdade de dormir com o namorado em casa, ele responde o seguinte: “Eu não sei por quê. Acho que menina é mais, acho que tem um pouquinho mais de cabeça, né? *A mulher, por si só, é mais recatada.*”.

Para completar o mapa familiar, indico algumas passagens que remontam à visão do filho do meio sobre a maneira com que a sua iniciação amorosa e sexual e a dos irmãos foi abordada dentro da família. Diz ele:

[Meus pais] Eles são meio, mais, ah, são mais velhos, eles têm mais, *tinham mais ressalvas com a minha irmã do que com a gente.* Tipo, pro namorado dela dormir aqui foram, tipo, anos e “meu Deus” e não sei o quê. E daí pra minha namorada dormir aqui foi, tipo, sei lá, quatro meses de namoro eles já deixavam tranquilo, com meu irmão também a mesma coisa. Ou, pra eu ir pra praia com ela também meus pais foram super tranquilos e com a minha irmã foi mais difícil. Eu não sei se é porque ela é a primeira filha ou porque ela é mulher, ela teve que ir amaciando meus pais e eu peguei um pouco disso, amaciei mais um pouco, e daí meu irmão pegou eles já...

Aqui ele indica que pelo fato dos pais serem “mais velhos” eles seguraram mais a irmã, que é também a primogênita – o que gera duas necessidades maiores de controle. Todos na família ficam em dúvida se as coisas ocorreram de maneira diferente por um ou outro motivo, mas podemos afirmar que houve uma confluência de causalidades que gerou o quadro explícito de duplo padrão. E o “efeito em cadeia” aqui se mostra pela ideia de que os pais precisaram ser “amaciados” para lidarem de maneira mais conciliatória com relação à sexualidade dos filhos. Ao que parece, foi uma negociação continuada. Na visão do terceiro filho, isso também fica patente. E a maior “liberdade” da qual ele teria tido direito é motivo de um conflito bem conhecido pela família entre ele e a irmã mais velha. Com relação à orientação sobre sexo no universo familiar, o filho mais novo expressa o seguinte:

Não foi, tipo, ah, foi hoje e eu contei pra eles. Foi aquela coisa gradativa que vai, não é chegar e contar. Vão entendendo, vai indo, foi meio que assim, mas não senti e conversei com eles. *Tipo, eles sabiam, eu sabia que eles sabiam e foi mais isso.* Daí eles conversavam “ah, vê se se cuida, não vai engravidar” não sei o quê. Viviam falando isso. [...] Mas nesse sentido, é mais meu pai do que minha mãe, minha mãe falava menos, meu pai falava mais.

O pai faz as voltas de orientador sexual dos filhos, como já surgiu na visão da filha mais velha. E a mãe é mais contida, sente-se mais constrangida em falar sobre o assunto. Embora o pai desempenhe tal função, não temos uma política de diálogo aberto quando o tema é sexo e é por isso que questiono no título deste tópico, se somos mesmo os liberais que afirmamos ser. Ou se, por outro lado, ainda se transmitem na família tabus mais pesados que a geração passada viveu noutro momento com seus próprios pais – quando o falar de sexo era ainda menos possível, embora as regras com relação a este terreno fossem muito mais explícitas no sentido da interdição.

2. O “filho favorito”: sentimento de desigualdade de amor

Embora em diversos momentos já tenhamos tocado neste assunto, e de modo bastante claro no tópico anterior em particular com relação à sexualidade, dedicaremos mais algumas páginas para explorar a relação entre os irmãos dentro do universo familiar, pensando sobre como esta pode gerar conflitos no ambiente doméstico. As questões que balizam este tópico seriam as seguintes: (a) Como são as relações entre os irmãos dentro da família e suas possíveis desigualdades? E (b) explorar a mitologia de “filho(a) favorito(a)” e o sentimento de desigualdade de amor: de que maneira isto pode aparecer no discurso dos membros.

Como apenas em uma das famílias da amostra temos mais de um filho, aplico estas questões para o caso onde elas fazem mais sentido, embora na outra haja menção por parte

dos pais de que gostariam de ter tido mais um filho, mas não aconteceu. E para a filha o fato de não ter nenhum irmão seja algo pesaroso.

Início a apresentação do tema a partir da irmã mais velha da família em questão. De acordo com sua auto-definição, ela é a “mais burrinha” da família, considerando que o estudo é a mais importante via de valores dentro deste universo. Assim, é por esse espectro que ela vê as diferenças entre os irmãos:

Estudo pra minha mãe é tipo um *patamar intocável* assim sabe? Você pode estar fazendo qualquer coisa que ela vai lá e te chama se ela precisa de alguma coisa. Mas se você fala que está estudando, tipo, esquece. É intocável assim, um patamar intocável. Tanto que meu irmão até abusa disso assim, porque ele sabe, sabe? Então, tipo, está jogando videogame, “estou estudando”...

Veja como ela define o valor do estudo na família, como um “patamar intocável”. E é justamente algo que o irmão mais novo aprendeu a manipular e que a irrita sensivelmente, pois ela sente que sempre foi muito mais pressionada do que os irmãos para estudar – algo que os pais também afirmam categoricamente, por ela sempre ter sido “mais lenta” para o ritmo de estudos. Ambos defendem uma versão idêntica sobre a suposta constatação.

Mãe: Pois é, a [minha filha mais velha] foi aquela menina assim, que a gente sempre teve que acordar pra ir pra escola, estudar junto. Eu acho que foi porque ela nasceu lá em 28 de novembro.
Pai: A [minha filha mais velha] eu, não sei se a [minha esposa] contou, sempre teve, foi assim, a que teve mais dificuldade. E ela teve dificuldade pelo seguinte, ela faz aniversário em novembro... entendeu? Então todo esse tempo pra amadurecer, então ela praticamente era um ano mais nova que a grande maioria da série.

Para os pais essa é uma justificativa suficientemente boa para explicar as dificuldades da filha nos estudos. Como já havia mencionado em momento anterior, o estudo é uma via de afetividade nessa família – como quando o pai descreve que ele estudou junto com os filhos, e especialmente com a primogênita que passou portanto a se considerar menos inteligente que os outros irmãos. A filha também se descreve como uma pessoa muito tímida até o começo da adolescência, e que não tinha muitos amigos na escola até ter se “reinventado” (sua palavra). Penso que conseguir a atenção dos pais aqui era um dos motivos inconscientes para que ela continuasse demandando esse cuidado com os seus estudos, que perdurou até a faculdade, quando o pai a ajudava a fazer os trabalhos para a faculdade de arquitetura. Como diz a mãe: “É, às vezes ela passava duas ou três noites sem dormir. E o paizinho querido dela cortando coisa com ela. E mais as amigas junto. Daí eu assava bolo, assava carne, tudo, pra esquentar a cozinha.” Aqui temos um indicativo de certo ciúmes da mãe sobre a relação pai/filha, algo que encontramos também em nossa outra família. Pensando sobre cobranças diferenciadas, diz o irmão do meio:

Acho que minha mãe, meus pais, eles exigiram mais da minha irmã do que de mim e do meu irmão assim. [...] E, não sei se eu também lidava melhor, mas eles cobravam bem mais pesado com ela

assim, acho que ela se abalava mais também com a cobrança, ela não tinha, como é que eu vou dizer, ela não tinha tanta firmeza pra lidar com meus pais eu acho, pra ela, tipo, segura, de que ela precisava fazer aquilo e pronto, não precisava ficar se matando, fazendo um monte de coisa a mais. Não sei se é firmeza, acho que é mais jeito.

Não é, portanto, somente no quesito sexualidade (onde encontramos várias evidências do duplo padrão) que há diferenças de tratamento no universo doméstico, embora os pais costumeiramente digam que “amam todos os filhos por igual”. Isso pode bem ser verdade, porém os relacionamentos que se estabelecem são sempre particulares se olharmos com cuidado, especialmente em função das subjetividades que estão em jogo. O processo de identificação – pensado aqui nos moldes psicanalíticos mesmo – está não só em função de representações de gênero, mas dos temperamentos individuais na família. Isso compõe um jogo de afetividades, especialmente visível numa família mais numerosa. Aqui, o pai se identifica mais com a filha. Enquanto a mãe parece se identificar mais com o filho mais novo, que ela diz entender desde a sua gravidez, cujo temperamento mais explosivo é projetado ao dela mesma pelos demais membros da casa.

O [meu filho mais velho] sempre foi muito pacioso, muito, muito. Ele era capaz, com dois anos assim, de ficar montando um lego horas sozinho. Ele sempre, assim, conseguia ficar sozinho, brincando sozinho. E o [mais novo] sempre foi de vir atucanar. [...] Um dia o [meu marido] chegou em casa, eu tinha um *freezer* na cozinha, eu falei pra ele “me leve pra um manicômio”. Olha o que ele fez, tinha um ano e pouco. Empurrou um banquinho, empurrou a cadeira dele de comer, e subiu em cima do freezer. [...] Nossa, ele trepava em tudo, tudo, tudo. [...] E ainda ele é assim, bem, bem nervoso, sabe? Bem impaciente. Eu, na gravidez, fui assim. E na gravidez, engraçado, eu senti uma coisa assim. *Por isso que eu acho que eu sei o que ele sente.*

Ao definir a personalidade dos filhos, a mãe se aproxima mais do filho mais novo, o que pode ser lido pelos outros filhos como sinal de desigualdade de amor. Isso aparece na fala da filha mais velha, que afirma sempre ter tido “choquinhos” com o irmão mais novo, devido às diferenças conflituosas de personalidade.

Ah, o [meu irmão mais novo] *é o favorito da minha mãe*, com certeza, com certeza. É o, não sei se é o preferido, mas é o mais mimado com certeza assim, sabe? E a gente falava pra ela “para de mimar ele, você mima demais”, “não, eu não mimo, eu trato todo mundo igual”, não viam muito essas coisas. Mas eu e o [meu irmão do meio] a gente sentia que o [mais novo] era mais mimadinho assim mesmo.

Para o irmão do meio, que aparece como a pessoa mais “neutra” da família, por ter uma personalidade mais tranquila – e equiparada à personalidade do pai, como alguém “pacioso” – ao ser perguntado se existem favoritismos em sua família:

Não é de filho favorito, mas acho que meus pais, não sei se eles mimaram mais o meu irmão ou deram mais liberdade pra ele, sabe? Então, assim, eu não sinto tanto assim, mas eu noto que existe, que ele teve bem mais liberdade do que eu assim. A minha irmã que reclama mais disso também, que ela teve bem menos liberdade que a gente teve. Mas não sei se chega a ser mimo assim, acho que é mais liberdade mesmo.

Talvez a ideia de que ser “mimado” e ter mais “liberdade”, o que é aparentemente contraditório, se equacionem pelo fato de que o filho “favorito” – que é, portanto, o mais mimado – é mais o senhor de suas vontades do que os demais. Por isso em diversos momentos os irmãos definem o caçula como tendo maiores habilidades de dobrar a mãe, de convencê-la, de manipulá-la de acordo com os seus interesses, como no caso de dizer que estava estudando quando na realidade estava jogando videogame. O irmão mais novo é o membro que mais falou na entrevista sobre a relação com seus irmãos. Num primeiro momento impulsionado por uma briga recente com o irmão, por um desentendimento com a ex-namorada deste e depois tentando entender os possíveis motivos da relação distante e conflituosa com a irmã mais velha.

Daí como eu falei, não me dava muito bem com ela desde pequeno e aconteceu isso. [...] Não sei, acho que é mais pelo lado dela, por ela do que por mim. Não sei muito bem por quê. *Ela diz que é porque eu sempre, porque eu sempre fui o filho favorito, não sei o quê.* Daí quando tinha que fazer alguma coisa sempre pediam pra ela, e pra mim não ficavam pedindo. Ela se sentia, sei lá, menos importante em relação aos meus pais, alguma coisa assim. Me achava muito folgado e que meus pais sempre me protegiam, e com ela era diferente. O que eu sinto é isso.

Com relação às diferenças de temperamento, o filho mais novo também se vê mais próximo à personalidade da sua mãe: “Eu puxei muito a minha mãe, mais explosivo, mais nervoso assim.”

Como dito, as diferenças subjetivas estão entrecruzadas com representações de gênero – e isto é algo que já analisamos anteriormente ao pensarmos como funcionam os mecanismos de regulação da sexualidade. Quando questiono ao filho mais novo se ele acha que há/houveram tais diferenças em sua família (filha/filhos):

Sim, com certeza, acho. *Sei lá, a minha irmã quando era menor queria uma bateria e ir surfar, minha mãe e meu pai nunca deixaram. Aí eu ganhei uma bateria e meu irmão ganhou uma prancha depois.* Por exemplo, isso. Com relação a sair de noite, nossa, com relação a eu e meu irmão nunca teve nenhum empecilho nada, sempre deixaram, sempre foi bem tranquilo, em barzinho, balada, dormir fora, gente vir dormir aqui. Com a minha irmã acho que sempre foi mais restrito. Eu não sei na verdade se é pelo fato de ela ser menina ou por ter sido a primeira filha. Minha irmã diz que a minha mãe é muito machista. Essa é a visão da minha irmã, que ela, talvez seja um pouco, que ela, na visão da minha irmã ela sempre, eu e meu irmão sempre também tivemos tratamento diferenciado, pelo menos em relação a minha mãe, por ser homem.

Embora ele ainda esteja com certas dúvidas se de fato houveram diferenças justificadas por questões de gênero, a primeira passagem grifada é um exemplo excepcional de como funciona a família se pensada através deste recorte: “Sei lá, a minha irmã quando era menor queria uma bateria e ir surfar, minha mãe e meu pai nunca deixaram. Aí eu ganhei uma bateria e meu

irmão ganhou uma prancha depois.” Ele afirma que teve mais liberdade do que os irmãos. A relação conflituosa da mãe com a filha mais velha, e desta com o irmão mais novo faz perfeito sentido neste mosaico intersubjetivo que é a família.

Sendo assim, como assinalado no início deste eixo temático, foi possível reter na fala dos agentes pesquisados que existe um diagnóstico de conflitos entre os irmãos que é forjado não só pelas diferenças de personalidade, como pelos processos particulares de identificação com as figuras parentais e adiciona-se a isto as questões de gênero subjacentes aos comportamentos considerados adequados ou não para cada membro do universo familiar. Estes três processos são inseparáveis no que tange às práticas e às experiências emocionais que compõem a vida cotidiana da família, explicando um pouco mais as suas tensões inerentes.

3. A “síndrome do ninho vazio”

A mãe diz assim, com indisfarçável melancolia, os olhos profundos: “a gente fica triste quando o filho vai embora”. A expressão que empresto no título da seção é trazida da psicologia e da psiquiatria, e podemos afirmar que hoje já é patrimônio do senso comum. A ideia do ninho vazio – “*empty nest*” no original inglês – surge como uma das patologias do mundo moderno, especialmente em mulheres de meia idade que experimentam a saída de casa dos filhos que atingem a idade adulta e a lida com a morte ou a doença dos pais idosos. Não me alongo nesta etimologia, pois não a utilizo como conceito, mas apenas por parecer definir bem o sentimento de perda que atinge em particular esta mulher que me cedeu certamente o relato mais emocionado do trabalho de campo, sem intentar tomar esta como uma experiência homogênea a todas as mulheres na maturidade; e que passou recentemente por estes dois processos, um seguido do outro, separados apenas por alguns dias.

Os dois focos do tópico seriam (a) analisar a experiência da doença seguida de morte da mãe idosa (caso específico desta mulher); e (b) compreender como a família anteriormente “intacta” administra a saída de um de seus membros.

Nascida no interior, única filha entre dois irmãos homens e mais velhos, relata sua infância de maneira nostálgica:

Então eu cresci assim no meio do mato, amava, não queria vir embora. Como minha mãe queria que eu estudasse, ela queria vir embora, então eu vim pra arranjar dinheiro pra voltar e comprar aquilo lá pra mim. A minha mãe era professora, meu pai tinha armazém. Então o meu pai tinha armazém, minha mãe era professora e ela sempre foi uma pessoa assim de trabalhar muito.

Vamos explorar com um pouco mais de cuidado esta figura pelo fato dela expressar uma síntese daquilo que convencionamos chamar aqui de “síndrome do ninho vazio”. O fato de sua mãe ser uma mulher muito trabalhadora e também uma figura saliente na comunidade em que vivia – articulava-se com políticos, era parteira, professora, costurava roupa para as crianças mais carentes, enterrava os mortos, etc. – fez com que durante sua infância ela se sentisse “um pouco abandonada”, como ela mesma afirma. Ao falar um pouco sobre o relacionamento conjugal de seus pais, afirma:

Então, e o pai com a mãe, eles eram assim, não tinham um relacionamento muito bom. Meu pai era bem, bem, bem diferente da mãe, completamente diferente. Eu acho até que num ponto assim eles nunca se separaram porque minha avó disse pro meu pai assim “quem casa, casou, jurou, tem que ficar junto”. Então tanto assim que eles dormiam em quartos separados...

De acordo com ela, um dos motivos do relacionamento distante de seus pais era a interferência de um de seus irmãos – o mesmo cuja esposa cuidou de seus filhos. Esse desentendimento com o irmão gera uma verdadeira saga familiar quando a mãe idosa fica doente. Antes, apresento a diferença que ela sente entre a figura zelosa do pai, que se aproximava das crianças, e a figura seca da mãe, que não demonstrava afeto de maneira explícita:

É, pro meu pai até o dia que ele morreu eu ainda era o neném dele. [...] É a última, e que daí ele tinha dois filhos, aí acho que pro homem, não sei, ele queria uma menina. Né? Então ele me ajudava a cuidar, coisa que a minha mãe não fazia, hoje se você perguntar pras crianças assim, se eles lembram, se a avó pegava eles no colo, eles não lembram assim. A mãe não tinha jeito assim pra fazer essas coisas, sabe? Agora ele sim, ele era capaz de trocar uma fralda, ele brincava muito com eles, ele ficava aqui na frente, às vezes, arrancando mato da grama, as crianças andavam atrás dele, enchiam a paciência dele o tempo todo...

Repete-se aqui a ideia de que para um pai ter uma filha mulher é um grande desejo, como o seu marido se referia que a “menina é filha do pai”. E como dito, a sua mãe não demonstrava muita habilidade em ser carinhosa e cuidadora ou tipicamente feminina. Seu pai morre em 1994, devido a uma série problemas respiratórios, o que ela rememora com mágoa, pois ele teria sofrido na mão da esposa e do filho, que o “maltratavam” (expressão nativa). Atualmente, este irmão mora na casa onde sua mãe morava – em frente a sua própria casa:

Estão, moram aí na casa da minha mãe. Ela morreu e ele nem... não fala de fazer inventário, nada, estão bem numa boa aí. E o outro mora na praia. Ficou quatro anos sem vê-la, e esse também, ficou quatro anos sem atravessar a rua pra vim ver a mãe. [...] Recebendo o salário dela, sem dar um vintém pra ela. Como diz o [meu marido], podia até ficar com o dinheiro, mas que ficasse uma noite, né? Porque não era fácil, levantar às vezes dez, doze vezes na mesma noite. *Mas se ela estivesse aí eu estaria fazendo ainda. Sinto uma falta.*

A mãe teve um Alzheimer ou algum outro tipo de demência, quando em 2000 teve uma queda e quebrou a perna, ficando impossibilitada de andar – ao que se segue também um câncer. Somaram-se mais de dez anos de cuidados com a mãe doente; que tinha morrido há pouco

mais de um ano e meio da data da entrevista. E aqui a noção de “filho favorito” e o sentimento de desigualdade de amor também aparece: “Eu acho assim, uma coisa que a gente tem que evitar de filhos é você ser muito por um, sabe assim? Você ser muito, muito, muito, acreditar muito naquele, e fazer tudo por aquele.”

Mesmo com todas as dificuldades de cuidar de uma pessoa alimentada por aparelhos, sem mobilidade, afônica, etc. – propiciada pela mais moderna medicina do “prolongamento da vida”, a entrevistada ainda sente falta de cuidar da mãe, o que indica mais uma vez a fragilidade de sua auto-identidade quando fora do círculo familiar. O conflito com os irmãos, um deles em particular, se acirra pela falta de ajuda deles no momento da doença.

É, eu sou bem magoada, com a história da minha mãe, com isso. A gente era tão ligado, antes da mãe ficar doente, que se alguém chegasse aqui e desse, vamos fazer de conta, uma banana diferente, a gente não comia essa banana sozinho. A gente repartia. Era tudo junto. Sabe o quê que é tudo junto? Eu não comprava uma coisa pros meus filhos se não pudesse comprar pras meninas [as sobrinhas] [...] Eu, teve uma parte da minha vida que eu não vi meus filhos crescerem. Eles estavam junto comigo aqui, mas eu não vi. Mas se tivesse que cuidar dela de novo eu ia cuidar. O [meu filho mais novo] fez cursinho cuidando de uma sonda. Porque daí era a hora que eu podia, levava ela no quarto dele e ele estava estudando e olhando, né, porque aquele negócio uma hora ia comida, outra hora não ia. Pra ver se ela não se afogava também. Então todos ajudavam, e eles nunca. Minhas sobrinhas nunca. Elas só chegavam aqui e diziam que a mãe cheirava mal, “porque que você não coloca ela num asilo?”. Magoa.

A doença da mãe idosa leva a uma cisma na família, que se mantém até os dias de hoje, mesmo que as duas famílias sejam vizinhas. A visão dos filhos sobre a doença da avó ajuda a ilustrar este quadro. A primogênita é a única a diagnosticar uma crise no casamento dos pais quando a avó materna passa a morar junto com a família:

Eu acho que a relação deles passou por uma crise muito grande quando a minha vó veio morar aqui em casa assim, sabe? E que se, porque ela estava doente e tal, minha mãe cuidava dela. Eu acho que se o meu pai não tivesse tido muita paciência ia ficar complicado o negócio assim, sabe? Eu acho que ele, se, tipo, qualquer outra pessoa que estivesse no lugar dele não ia aguentar, ia pegar as coisinhas e ir embora assim.

Quando pergunto por qual razão ela acha que a doença da avó poderia ter levado à separação dos pais, a filha explica:

Porque assim, foram muitos, o que, uns quatro anos de um negócio assim que eu acho que é muito insalubre, sabe? Psicologicamente insalubre assim, porque a minha vó era um vegetal. Era um vegetal na cama, minha mãe em cima dela o tempo inteiro, minha mãe cuidando dela o tempo inteiro, ela, tipo, não deixava as pessoas muito que, chegar assim, sabe, tipo tudo que as pessoas faziam estava errado. Quando eu ficava com a minha vó, coloquei coberta demais, coloquei coberta de menos, a coberta está dez centímetros pra cima, tem que estar dez centímetros pra baixo. E assim, uma coisa muito, e *ela foi ficando muito, sabe, focada na minha vó, meio que perdeu o contato social assim com as pessoas*. E ela ficou muito difícil assim sabe, ela estava muito estressada sempre. Assim, porque, poxa, você trocar fralda da sua mãe, você dar banho na sua mãe sabe, eu acho que é um negócio assim que não é muito saudável. E assim, a minha vó sempre foi, ela nunca foi muito boazinha assim, sabe? Bem dizer assim. E ela sempre foi, a minha vó sempre foi muito mais próxima do meu tio, e não da minha mãe. [...] foi um período meio negro assim sabe...

A fala da filha mais velha reforça a “relação tóxica” da mãe com a avó doente, perdendo de vista qualquer outra fonte de auto-identidade. Curioso que a própria mãe relata que por mais de um ano a sua mãe demente pensava que ela era a sua mãe, havendo aí uma inversão de papéis: a filha se torna mãe, e cuida da mãe como se fosse um bebê, devido aos cuidados que sua doença exigiam.

Para o filho do meio, a separação com a parentela mais extensa se deu da seguinte maneira:

A gente sempre foi mais próximo da família da minha mãe, porque eles moram aqui do lado né? [...] Mas quando a minha avó ficou doente, que ela teve Alzheimer, que ela ficou, tipo, bem debilitada, precisava de cuidados 24 horas por dia, e só a minha mãe cuidava, o meu tio não, não queria ajudar, achava que não deveria ajudar, achava que deveria deixar morrer. E não ajudava, aí minha mãe ficou nervosa com isso, daí eles acabaram brigando, então, tipo, minha mãe não se dá com, pelo menos com meu tio e minha tia, com as minhas primas ela se dá ainda assim, mas com o meu tio e minha tia ela não se dá mais. Então acaba diminuindo o convívio com a gente também.

O irmão mais novo dá mais algumas pistas sobre a relação da mãe com o tio materno, no sentido de mostrar a visão diferente que a irmã mais velha tem sobre a situação toda:

Parece que, quando a minha avó se machucou, daí a minha mãe ficou pra cuidar dela, e meu tio não queria saber de cuidar dela, daí a minha mãe não queria ficar cuidando sozinha, daí meu tio falava que ele cuidava. Daí meu tio falava que a minha mãe sequestrou a minha avó e trouxe pra cá pra ficar cuidando. E minha mãe falava que não, um ficava inventando coisa do outro.

O cuidado totalitário da mãe com a avó reaparece como no caso das tarefas domésticas, novamente uma *gaiola dourada*. Sobre o ponto de vista da irmã, diz ainda o irmão mais novo:

Minha irmã acha que, sempre foi, mesmo quando deu briga sempre viveu lá na casa delas, elas acham que a minha mãe que é a culpada, que minha mãe que gosta de se fazer de vítima, que a minha mãe que não quis que ele ajudasse, que minha mãe quis ajudar sozinha só pra poder falar, essas coisas.

Acredito que estas passagens são suficientes para dar conta do primeiro item a ser pensado como disparador da “síndrome do ninho vazio” e as diferentes perspectivas sobre o mesmo fenômeno, a saber, a relação desta mulher com sua família de origem. E, como já dissemos, a partir dos conceitos giddensianos podemos pensar este quadro como sendo a experiência encarnada de uma relação tóxica, mesmo que não se trate de um vínculo conjugal. Mas a doença da mãe, tendo se prolongado por mais de dez anos, sendo que como indicam alguns dos membros, uns quatro foram de total “insalubridade”, colocam a mulher numa posição de vício diante deste agenciamento de cuidados. Logo após a morte de sua mãe, a primeira filha já estava formada e procurando emprego em outras cidades, sendo que seu namorado já estava

morando e trabalhando em São Paulo. E isso completaria o ciclo do ninho vazio, como sugerimos no início.

Transcrevo primeiramente uma passagem do marido/pai sobre a saída da filha mais velha de casa, para ir morar com o namorado em outra cidade:

Pra mim foi difícil. A gente convivia junto, né? Foi uma, foi um baque. E pra [minha esposa] foi mais, porque a [ela], a mãe dela morreu, acho que, acho que em outubro. Em novembro a [minha filha] foi embora. Daí ela ficou sem duas companhias. Ficou sozinha em casa, então não foi fácil pra [minha esposa]. Pra mim não foi tanto, né? [...] Então a gente se acostuma. Nada que um dia depois de outro dia as coisas não fiquem mais calmas. Mas a [esposa] até hoje não se conforma com isso.

Ele descreve que a saída da filha foi difícil, um “baque”, mas nada se comparado aos sentimentos da esposa, que segundo ele ainda não está “conformada” com a mudança. O marido menciona que a esposa perdeu suas “companhias”, e agora está “sozinha”. É notável aqui a correlação imediata entre a mulher e a família: sem a família a mulher está sozinha; embora este sentimento não assale o homem com a mesma intensidade. Mais uma passagem do pai/marido que indica este desmantelamento do núcleo familiar:

A [minha filha mais velha] casou em maio, faz um ano que ela casou. Então que ela foi pra São Paulo, outubro vai fazer dois anos. Então a coisa vai. Daqui um pouco os piás casam. O [do meio] talvez vá até pra São Paulo, não sei, cada dia ele vem com uma história. Ele quer ver se faz residência em São Paulo, se passar lá, daí mais um motivo pra gente ir pra São Paulo, já tem duas casas pra ir lá. *Não sei como é que vai ficar a vida da gente, né? Como diz, os filhos a gente cria pro mundo... cria pro mundo.* Então eles nunca vão ficar perto das asinhas da gente, né?

No próximo tópico, onde exploraremos a visão sobre o que é a família para cada um dos entrevistados, essa passagem será mais bem compreendida, pois no relato deste homem, “a gente vive para os filhos”. Então quando eles vão viver suas vidas, talvez iniciar suas próprias famílias, os pais ficam “órfãos” de filho. Aqui também percebemos que, embora não com a mesma intensidade, o ninho vazio também assusta um pouco o pai. O medo de ter a “casa vazia” parece contudo impulsioná-lo a fazer planos para o futuro, de por exemplo viajar bastante com a esposa na data em que se aposentar.

As palavras da mãe vêm com lágrimas e tristeza:

Foi assim, a mãe tinha morrido uma semana antes. Daí ela chegou, ela pegou e começou a mandar currículo pra todo lugar. Mandou pra São Paulo, pro Rio, pra Belo Horizonte, pra, pra todo lugar. Daí chamaram ela nessa empresa, que é o muito bom do paisagismo. Daí ela falou “olhe mãe, me chamaram lá em São Paulo pra eu ir fazer uma entrevista e uma prova, ou alguma coisa assim pra trabalhar lá, você se incomoda se eu for?”. Daí eu falei não, né? Daí ela falou “não, se você não quiser, porque a vó acabou de ir”. Daí eu falei “não, minha filha, vai”. [...] Daí ela ligou pra cá e perguntou se ela ficava ou não. *Era um bom lugar, um bom trabalho, o que você vai dizer? “Não, volte pra casa porque eu estou triste”.* Não dava, né? Daí eu falei “fique”. Daí ela ficou, está lá até hoje, trabalhando na mesma empresa.

Podemos apenas imaginar que a saída da filha, ao ter enviado currículos para diferentes cidades, fosse de realmente deixar a casa materna com certa urgência – o que possivelmente está do ponto de vista emocional diretamente ligado com os numerosos conflitos e brigas com a mãe. Segundo todos os filhos, os conhecidos desentendimentos entre as duas reduziram-se drasticamente desde que está morando fora.

Quando pergunto para a filha como foi a reação da família quando ela foi morar em outra cidade, ela conta o que segue:

Quando eu fui fazer o teste drive com o [meu marido] foi meio tenso assim, porque ela meio que sabia que eu estava procurando emprego aqui, procurando emprego lá, mas não sabia que era tão certo o negócio. E aí minha vó faleceu bem na época. Então assim, tipo, meio que foram duas perdas assim, sabe? [...] Aí eu falei pra ela “mãe, olha, eu não te falei nada antes porque estava nessa situação, tal, mas tem uma entrevista no escritório tal, que é super bom, não sei o quê”. Ela aceitou super bem a princípio, eu até fiquei muito assustada, meu Deus, o que está acontecendo...

O “teste drive” foi alguns meses antes do casamento propriamente dito, o que desagradou a mãe do ponto de vista de achar que uma tradição fora quebrada. Mas a filha relembra que ficou até assustada pela boa aceitação da mãe e diz que esta primeira reação foi seguida de uma lenta “caída de ficha” – como ela mesma descreve. Sobre a melhoria da relação com a mãe, ela diz:

E aí a gente fala assim pra ela “mãe”, esses dias eu falei assim, a gente estava almoçando todo mundo, falei “mãe, mas eu acho que a nossa relação agora está muito melhor, né?”, “ai, porque eu sou uma bruxa mesmo, porque eu devo ter sido muito ruim pra você antes, eu não lembro que a gente brigava assim”, “tá bom, mãe, tá bom”. [...] Com o meu pai sempre foi muito tranquilo assim, sabe? Com a minha mãe melhorou muito mesmo, melhorou bastante.

A redução da convivência reduz também os conflitos – gerados pelo cotidiano familiar como já apontamos em diversos momentos; embora a mãe não consiga assimilar esta mudança no teor da relação com a filha mais velha, colocando-se numa posição de “vítima”, a qual em diversos momentos os filhos apontaram. Aqui talvez o imaginário da maternidade – com todos os seus predicados – seja perturbado e o posicionamento da filha seja perturbador para a mãe, que se percebe não como perfeita, mas como humana e falível.

Os dois irmãos concordam que a saída da irmã mais velha não fez qualquer diferença muito substantiva na vida deles, mas que foi e ainda é bastante difícil a lida emocional da mãe com o irreversível ocorrido. O irmão mais velho diz assim:

Ah, estava todo mundo feliz com ela casando, mas minha mãe, assim, ficava triste, “ah, porque ela vai morar em São Paulo, porque ela vai embora de casa, porque não sei o quê”, e ficava meio triste, daí aqui em casa às vezes ela “ai, como eu sinto falta dela”. Mas eu acho que até foi bom ela ir pra São Paulo assim, ou, não por ela ter ido pra São Paulo, mas é bom morar sozinha e tal, pô ela tava com 25 anos já, estava namorando fazia muito tempo. Eu, pelo menos, aceitei muito bem o casamento dela.

Ele indica a mãe inconformada com a saída de um dos seus; e a diferença entre o sentimento dela com o dos outros membros da família, que aceitaram muito bem a migração, que mais uma vez comprova a fragilidade da auto-identidade da mulher com o desmantelamento do núcleo, que embora esperado, continua gerando sofrimento e angústia. E o irmão mais novo diz assim quando é perguntado sobre o casamento da irmã:

Pra mim não fez quase nenhuma diferença, pra falar a verdade assim. Pro meu irmão eu acho, aparentemente, que também não fez tanta, pelo que eu vejo. Pro meu pai, ah, ele sente falta também, mas quem mais sentiu foi a minha mãe. Que ela é mais, muito apegada aos filhos assim. *Quando a minha irmã foi pra lá “ai, minha filha vai embora, meu Deus, é o fim”, “está me abandonando”*. [...] Mas eu acho que ela [a irmã] está bem mais feliz, bem melhor, eu acho que ela prefere bem mais agora do que quando ela estava morando aqui. No final, principalmente. Porque daí ela e a minha mãe se desentendiam bastante, bastante. Por causa disso tudo, daí depois que ela saiu a minha mãe fica, mudou, nunca mais brigou, é só “ai minha filha querida”.

O drama da mãe com relação à saída da filha é bem expresso aqui, especialmente na passagem grifada. É lugar-comum entre os irmãos todos que a mãe gosta de se colocar numa posição de “vítima” – o que os irrita em certos momentos. E também esta passagem mostra o quanto a ideia de que *a mulher é a família* se torna uma profecia auto-cumprida, pois acaba se transformando na realidade psicológica desta mãe. Outra questão que está também aqui sintetizada, é que a relação mãe/filha mais velha mudou de substância com a sua saída de casa.

O irmão mais novo ainda repete esta fórmula de que sair de casa é como “abandonar a mãe”. Num outro momento ele afirma que os pais gostam que ele não é mais tão dependente deles, pois já está cursando o nível superior e empregado como estagiário. Mas de súbito reflete:

Meu Deus, eu não consigo nem imaginar o dia que eu tiver que falar pra minha mãe que eu vou sair de casa. [...] Porque ai, ela é muito apegada né? Falar que você vai sair de casa pra ela vai ser o fim do mundo “ai, meu filho está me abandonando, o meu filho, meu Deus, ele não gosta de mim, ele quer ir embora”.

A metáfora é por si só psicanalítica, na qual a autonomia do sujeito só se conquista à custa da transgressão, ou do “abandono da mãe”, e aí há um recorte de gênero, como apontam as análises de Chodorow (2002). Quando peço que ele aponte as razões pelas quais acredita que será tão doloroso e difícil quando ele for sair de casa, ele prossegue:

Ah, eu acho que porque ela é acostumada aqui, tipo, nessa casa sempre tem alguém pra ficar junto, pra conversar, pra ficar. Uma companhia mesmo, acho que ela vai sentir bastante falta. Acho que isso. Muito mais do que meu pai, não porque meu pai não goste nada, mas acho que porque *minha mãe é muito mais afetiva, muito mais apegada aos filhos do que o meu pai*. Eu vejo assim. Então o dia que eu tiver que sair de casa vou ter que planejar bem o meu discurso.

Essa passagem complementa o quadro de representações e práticas dentro da família, como diagnóstico de relações de gênero, uma vez que é a mãe quem sofre com a saída dos filhos e não o pai. O apego e o afeto são características femininas. As afirmações de Thorne (1982), repensando a família por algumas questões feministas, mostram-se portanto atualíssimas. Transcrevo mais uma passagem para encerrar este tópico, onde a mãe/esposa sintetiza seus sentimentos com a saída dos filhos em conjunto com a morte dos seus pais, o que chamamos no título deste eixo temático de “síndrome do ninho vazio”:

É, a gente saiu de casa, deixou os pais da gente né, também. Só que na hora que a gente saiu a gente não sentiu isso também. Como é a vida. Como é, a gente saiu normalzinho. Eu assim, em casa aqui, no natal, ano novo, às vezes a minha mãe e meu pai ficavam assim, ou na festa, pensativos, parecia tristes, né? Chegava pra eles “nossa mãe, pai, porque que vocês estão assim?”, “Nós estamos todos juntos”, “nós estamos todos juntos”. Eu estava, mas eles não. A mãe deles não estava mais ali, pai não estava mais, irmãos. Então acho que eles já estavam, eles sentiam isso que hoje eu sinto. Um dia, a mãe já estava assim, andava ainda, mas já estava bem, trocando bem as... assim não estava muito lúcida, né? Aí ela sempre dizia que ia morrer. Acho que ela se sentia mal. Daí eu estava saindo ali na frente da casa dela, um pouquinho pra lá, daí ela falou que ia morrer. Daí eu parei o carro e falei “mãe”, daí eu parei o carro e comecei a chorar e falei “mãe, se a senhora morrer o que eu vou fazer?”. Daí ela parou, colocou a mão na minha perna e me disse assim “minha filha, o certo é os filhos enterrarem os pais. Quando os meus pais morreram eu continuei a vida, criei vocês, a mesma coisa você tem que fazer, você tem os teus filhos, você tem que continuar tua vida, e a vida é assim”. Daí ela falou tanto comigo naquele dia, e eu acho que foi uma das últimas vezes assim que ela conversou, sabe?

Com o perdão do tamanho da passagem, mas ela é bastante marcante no sentido de mapear que o ciclo de vida familiar está num constante movimento, o que significa dizer que em algum momento o ninho ficará vazio. Essa lida, como dissemos, é muito dificultada para as mulheres, uma vez que elas escrevem sua auto-identidade muito em função de suas famílias e dos outros – sendo este um caso emblemático de como o gênero organiza experiências. A descrição mostra a dificuldade de lidar com o luto da perda dos pais e o luto pela saída dos filhos; essa dupla mudança na vida familiar que gera a profunda melancolia desta mulher é causada então por um sistema de representações de gênero, que a atinge de modo mais agudo por não haver uma reflexividade diante destes papéis que foram gradativamente assumidos. No momento em que eles vão deixando de fazer sentido, o que deixam é um profundo vazio.

4. Família: fragmentação ou segurança?

Que a família é um palco de relações de conflito e formas de dominação, isto está claro. Ela mostra internamente uma série de conflitos e tensões, como por exemplo entre padrões de conduta mais igualitários ou mais tradicionais no que guia a convivência conjugal e a organização do espaço da casa. Ou então no que diz respeito aos predicados distintos para

filhas e filhos; bem como na dificuldade óbvia dos pais de lidarem com a autonomia crescente de sua prole. Estamos diante de poderes mínimos que estruturam as experiências dos membros em suas vidas cotidianas, algo que tentamos mostrar através destas entrevistas individuais – montando como um mosaico da vida em família, entrecortado pela diferenciação da experiência.

Contudo, será possível que a família seja somente esta “prisão metafórica, onde os filhos ficam trancados num apartamento, encarando os pais, todos se odiando secretamente”, como brinca Gilberto Velho (1987) ao tratá-la como uma miscelânea de subjetividades? Acreditamos que não e é por esta razão que neste último tópico iremos nos debruçar sobre o significado declarado que a família tem para os entrevistados das duas famílias em questão. A ideia é pensar: Qual o estatuto que a família tem para os seus membros?

Embora esta pergunta dirigida a todos os entrevistados no final de cada entrevista tenha suas limitações, pois pode induzir a reprodução do imaginário da família como refúgio, da família como um ambiente só e apenas afetivo, acredito que não podemos deixar de levar em consideração que as respostas sejam quase indiferenciadas, no sentido de mostrar o instituto como provedor de uma segurança diante de um mundo fragmentado, algo que é sugerido por Roudinesco (2003) como já pontuamos no primeiro capítulo.

Na primeira família da amostra, a esposa e mãe responde o seguinte quando perguntada “o que é família pra você?”,

Nossa, fundamental... vida, é vida, é minha... é o aconchego, é onde depois de um dia inteiro eu quero; depois de um dia, depois de todos os pepinos que você descasca durante o dia é a família que você quer. Então pra mim é um prazer no final do dia estar com a minha família que eu brigo com a [minha filha], que ela não para em casa, tá na idade de não parar em casa, normal né, vinte e um anos, agora com o namorado quer mais é namorar e badalar, mas eu sinto falta dela assim, quando ela não tá em casa, de nunca; que a [filha] é muito humorada, bem humorada né, então claro que faz falta dentro de casa; de até pra brigar, ter alguém pra brigar né, ter movimento na casa, então pra mim a família é a minha vida, é vida, é aconchego, é o tudo, tudo que eu faço é por eles, tudo que eu faço é por eles. E uma coisa que eu diariamente eu faço, sem esquecer, sem esquecimento, agradecer a Deus pela minha família.

Nota-se aqui a ideia da família como refúgio das preocupações do mundo profissional e a ideia de que a casa movimentada dá sentido à vida dos agentes. Também aparece a noção de que tudo que se faz é na verdade feito pela família – a principal e mais importante fonte de significados da existência. Aparece certo desagrado com a ausência constante da filha única, que deixaria o lar vazio e silencioso – como antevendo o momento em que ela deixará o núcleo ou o ninho. E quando a entrevistada se remete a Deus, ela exhibe o imaginário da sacralidade da família. Nas palavras de seu marido, a mesma pergunta foi respondida da seguinte maneira:

Família? É você ter alguém pra ficar do teu lado, e te entender em todos os problemas, as dificuldades, alegrias, que possam existir na tua vida. É pra ter alguém pra estar ali com você. Eu vou ficar dando voltinha e falando coisas diferentes duma mesma coisa. Então família é ter alguém com você, que você possa confiar, que confie em você, te dê alegria, que você possa dar alegria, né? Que você possa sair do teu trabalho e venha pra casa com aquela esperança, com aquela coisa gostosa “poxa, eu vou pra casa agora, vou fazer uma janta”, é ter esse alguém te esperando. É ter a expectativa da chegada de uma filha em casa, “pô, a [minha filha] daqui a pouco vai chegar, que legal”, né? É poder fazer por alguém, é poder estar trabalhando por alguém. Porque a gente não trabalha pra gente, né? A gente trabalha pros outros, a gente trabalha, eu pelo menos penso assim, eu trabalho pra fazer a [minha esposa] e a [minha filha] feliz. Não é por mim, eu, por mim, se tiver água todo dia tudo bem. Mas por elas eu me esforço. Acho que isso é família, essa coisa gostosa.

Quase de modo impecável, surgem aqui os mesmos significados. Família seria o que dá sentido à vida, a companhia que te espera na volta do trabalho – e o entrevistado mencione que essa presença está também nas dificuldades do percurso, como uma fonte inesgotável de amor incondicional. Ela é pensada também como algo “gostoso”, ou o “aconchego” que preenche. E a ideia de que o trabalho e a batalha do dia a dia são feitos não por si mesmos, mas pela família; jogando com a canônica separação entre a lógica de mercado *versus* o ambiente familiar. Comparo com a colocação de Vaitsman (1994) acerca da ambiguidade da família, que aqui se mostra muito mais como solidariedade capaz de dar força para o indivíduo, que sozinho se sentiria vazio. Noutro momento, complemento, ele também diz assim: “Nós três podemos dizer que somos uma célula só entendeu?” Esta visão englobante parece continuar com as reflexões dele sobre os “paradigmas” que eles colocam para a filha, não conseguindo se distanciar do sentimento de “unidade” com a família; embora esse amálgama esteja sendo questionado pela crescente autonomia nas decisões da filha, que são pelo pai lidas como “rebeldia” ocasionada pelo atual relacionamento da mesma. Nas palavras da filha do casal:

A minha família são todas as minhas decisões. Porque, é..., até na história que eu te contei do curso técnico, eu tava completamente errada e eles me forçaram a fazer uma coisa que estava certa, entendeu? Eu uso isso como exemplo pra tudo. Eles falam: “Não, vai aqui por este caminho. A gente está aqui pra te mostrar os caminhos da vida porque a gente tem um pouquinho mais de experiência do que você.” Então a minha mãe fala assim: “Eu não vou te dar opinião, você não escuta.” Mas eu escuto, bastante. Tudo que eles falam têm muito peso pra mim. Tanto que nesta história do namoro, é porque eu gosto muito do [meu atual namorado] que eu não larguei ele, sabe? Porque senão eu já teria desistido. [...] O que minha mãe acha peso 90, o que eu acho tem peso 10. E eles são a minha força pra tudo, eu posso brigar com todo mundo na vida, com melhor amigo, com namorado, com chefe, com todo mundo. eles vão tá sempre do meu lado. Eu posso estar completamente errada, mas eles vão estar do meu lado. então é... o alicerce que eu tenho, é a âncora. Que se tudo der errado na minha vida, pelo menos um pai e uma mãe dignos eu tenho.

Veja como na fala dela, há um conflito interno muito visível para quem vê de uma posição externa, entre as decisões individuais e as decisões que os pais tomam por ela – talvez gerando uma bomba-relógio. As injunções feitas pelos pais, mesmo que a agridam

emocionalmente – como no caso de considerar terminar o relacionamento com o namorado – valem ou “tem um peso” menos do que as suas próprias. Isso nos remete novamente a visão auto-depreciativa que ela constrói, em função da dissonância entre suas aspirações pessoais e individuais em relação com os “caminhos da vida” continuamente insinuados pelos pais. E isto não está separado da visão de que, mesmo que o mundo seja muito duro – visão que o pai pareceu deixar ver – a sua família estará sempre para ela, como um “alicerce” ou uma “âncora”.

Na outra família, o quadro não é pintado de maneira muito diferente, embora a questão da saída dos filhos do lar já apareça de maneira mais concreta, uma vez que a primeira experiência já aconteceu. Nas palavras da mulher, “o que é família para você?”:

Ai, é uma coisa maravilhosa. Muito bom. Só que uma coisa, eu acho que eu já estou assim, pensando imagine quando todos se forem. [...] Ai, eu já fico preocupada. E eu sei que um dia vão né, cuidar da vida. Sim. Como eu fui, e daí eu lembro. E quando, uma coisa que você perguntou e acho que eu não respondi, é o que eu senti quando eles começaram a namorar, que trouxeram as meninas aqui. Eu, assim, eu, como é que eu digo assim, foi bom. Sabe? Eu senti quando ele [o filho do meio] terminou. Até hoje eu sinto falta dela [da ex-namorada do filho]. Porque estavam há quatro anos, acostuma, né? Então eu sempre brincava, que era, que eu queria cinco filhos, mas na verdade eu já tinha, já estava com seis. Mas eu sei que um dia se vão.

Aqui a dinâmica de absorver as namoradas dos filhos surge como uma inflação positiva – embora não ausente de certos conflitos, como o ciúmes materno que já exploramos anteriormente –, uma extensão da família, sendo que os parceiros dos filhos são agregados ao núcleo. Os seis filhos totais seriam os três biológicos e os demais agregados. Positivamente, neste trecho de entrevista se mostra que o próprio estatuto da família está em crise, uma vez que com a saída da filha mais velha fica patente que o arranjo familiar está em movimento. Para o seu marido, há a seguinte descrição:

Ah, o quê que é a minha família... é, hoje é a razão de tudo pra mim. Hoje eu vivo pra eles. Tudo o que eu faço é pra eles, pra felicidade deles, pra eles estudarem, se formarem. Foi o que eu pedi pro meu pai, “pai, de você só quero uma coisa, que você dê condições pra eu estudar, o resto eu me viro. Seu eu não quero mais nada, o dia que você morrer, o dia que, o que é seu, a sua herança, eu não quero nada”. Tanto que, agora que foi feito, o pai morreu, todo mundo assinou lá, deixou tudo pra mãe. E o dia que a minha mãe morrer volta tudo pra minha irmã. Ela que tá cuidando dela. Ela cuida da minha mãe. Então, acho que é a coisa justa. Então, família é isso, é os filhos, a gente vive em função deles. E a vida da gente muda, né? Quando você casa, é você e a tua mulher. Um vive pro outro. De repente, aparece o filho, os dois vivem pro filho. Né? É assim. Você tem o teu filho, você sabe disso. Né? É o filho. A coisa mais importante são os filhos, depois a gente. Então acho que é isso.

Quando ele fala sobre seu pai, relembra que na infância, precisamente aos oito anos de idade ele foi para um colégio interno – tendo nascido também no interior, assim como a esposa – e depois foi ao Seminário para poder continuar estudando. Como já mencionamos diversas vezes, a herança que pensa para seus filhos é a possibilidade de uma boa formação, a qual ele

só teve acesso com inúmeras dificuldades e obstáculos. Também aqui surge a questão crucial de que a vida é feita para os filhos, tudo que fazemos é feito para os nossos filhos. Ele defende uma visão fechada da família nuclear – o que importa é o núcleo, e sabe que a dinâmica do tempo é esta mesma. A ideia de que a família é primeiramente o casal (a “unidade com dois”) e depois com o aparecimento dos filhos, os cônjuges se voltam para os filhos, faz surgir a noção de que o casamento em si passa para segundo plano, ou passa a ser mantido muito mais em função dos filhos do que pela satisfação emocional ou sexual entre homem/mulher.

Na visão da filha mais velha da família, que atualmente não é mais coabitante,

Ai, uma família assim é tipo um porto seguro assim sabe? É tipo uma estrutura assim que eu tenho, é um negócio assim, que nem você falou, ah, famílias que são certinhas assim, eu sinto que a minha família, tipo, é certinha, e que é um negócio que eu sempre posso contar assim, sabe? Que a gente, que a gente, que eu sei que qualquer coisa que acontecer eu posso contar com eles.

A família “porto seguro” emerge aqui, como uma “estrutura”. E a leitura que ela faz da própria pesquisa – uma vez que descuidadamente a pesquisadora deve ter mencionado que o objeto em vista eram as famílias cujos pais são casados a longa data – é que possui uma família bem “certinha”. Mas mesmo desconsiderando este detalhe, ela fala que é ter alguém com quem contar – casando esta noção com aquilo que os pais tentam promover, mesmo sacrificando em alguns pontos suas individualidades, o que é certamente mais agudo no caso das mulheres, por questões de gênero já esmiuçadas.

Para o filho do meio, ao responder esta pergunta, surge a mudança das bases da relação com os pais:

Ah, a minha família sempre foi importante pra mim assim. Eu acho que quando eu era menor era mais assim como, tipo, um guia assim, do que eu fazer e tal. Hoje em dia nem é tanto mais, eu acho que eu decido mais as coisas que eu quero fazer pra frente, mas sempre eles aconselham assim, sempre converso com eles antes. Mas hoje em dia é mais assim, tipo, lar assim, eu não sei... é meio automático, tipo, ah, chega em casa, daí às vezes todo mundo janta junto, sei lá, a gente faz *fondue*, fica tomando um vinho, conversando. Eu acho que mais passou deles como se fossem de tutores assim, de me orientar na vida, pra mais companheirismo mesmo assim, mais, não amizade, mas algo do gênero.

Diante das demandas familiares, ele forja a sua própria autonomia, mas não deixa de estar sempre consultando seus pais sobre as decisões de vida. Aqui parece que não temos tanta interferência e controle quanto no caso da outra família da amostra onde o “amor sufocante” é bastante explícito. Algo que também podemos atribuir a um diferencial de gênero, novamente nos ancorando na argumentação de Chodorow (2002): os meninos ganham em autonomia a ruptura julgada necessária com os afetos maternos. Fato que para a irmã mais velha, não existe tão claramente este sentimento de que sua autonomia já fora conquistada de forma

“natural”, mas às custas de uma ruptura densa em conflitos com a relação materna. Enquanto para o irmão do meio, os pais passam naturalmente a ser companheiros, e não mais advogados de sua vida. Para o filho mais novo, “o que é família para você?”:

É meu ponto de referência pra muitas coisas que eu, pra eu seguir assim. Como eu falei, por exemplo, pra minha família, como que eu pretendo ter a minha família, vamos supor, daqui um tempo. Eu prefiro, eu pretendo seguir o exemplo dos meus pais. Então, tipo, é o lugar que eu me sinto bem, que eu sei que eles sempre vão me acolher se eu tiver alguma dificuldade, independente do que aconteça, independente de eu brigar com eles ou não. Sei que no fundo eu posso contar com eles. E apesar de qualquer briga que tenha acontecido a gente sabe que família é muito maior do que isso, dá pra contar bastante e acho que é isso. Que eu gosto muito dela, que eu me vejo como uma pessoa com muita sorte de ter meus pais, de ter o que eu tenho, de ter os irmãos tudo, de ter tudo que eles me ofereceram em relação a estudo, em relação a formação, a educação, eu pretendo passar isso pra frente quando eu tiver a minha.

Como na fala do irmão, família é a “referência” ou a “guia”. Os três filhos consideram o casamento dos pais um inquestionável sucesso e pensam em reproduzir esse sistema de parceria em suas próprias vidas; ou seja, a escolha de seus próprios caminhos reflete o desejo de reproduzirem o casamento de longa duração dos pais. Aqui ele também menciona que o que de mais importante receberam da família foi a formação – a qual ele também pensa em transmitir para a próxima geração imaginada. A família como um lugar de acolhimento, que pressupõe o chamado “amor incondicional”, surge aqui como significado atribuído, assim como nas outras passagens. O conceito de Giddens (1991) de “segurança ontológica” ajuda a clarear este sentido: é necessário para a constituição dos sujeitos ter algum tipo de coerência de origem, que é dada por este sentimento de incondicionalidade do afeto familiar, em especial dos pais para os filhos. Pensada talvez como um dos poucos espaços da vida onde o sujeito é reconhecido de maneira mais genuína como ele mesmo é, de modo espontâneo.

Como dito logo ao início deste tópico, não podemos deixar de afirmar que questões mais fechadas têm suas limitações por de certa maneira induzirem a uma resposta que os entrevistados consideram “correta” ou “esperada” pelo pesquisador. Mas, tendo em vista esta limitação no sentido de não naturalizar esse quadro de “gostoso aconchego”, que é algo que tentamos refutar durante todo o trabalho, não se desconsidera que a família é nos dois casos analisados fonte de uma segurança que não parece ser extraída em nenhuma outra esfera ou instituição: se tudo der errado em minha vida, ainda tenho aonde recorrer – parecem dizer os entrevistados. Com relação aos pais, que têm diante de si o desafio de se desligar deste imaginário de complementaridade infinita, é que brincamos no título do trabalho dissertação com a expressão “por mim ou pelos outros?” que parece dividir a família e a identidade dos indivíduos que dela fazem parte. Ela não está isenta de relações de poder, mas é também um lugar no mundo que oferece segurança, como talvez poucas instituições do “líquido mundo

moderno” possam fazer. Esta não é de modo algum uma defesa desse modelo de família e sua reprodução através das gerações, mas esta representação não pode ser ignorada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos ter conseguido a contento realizar os propósitos deste trabalho: compreender a experiência multifacetada em dois universos familiares específicos, através das discussões realizadas no campo da sociologia e áreas afins. Nas idas e vindas entre o campo e as discussões teóricas, avanço a hipótese inicial, que agora ao final do trabalho parece a mais evidente possível: que as famílias pesquisadas, que para a nossa finalidade representam o modelo heteronormativo e hegemônico de convivência familiar, está assentada entre dois mundos: representações e predicados de gênero igualitários e de transição, mas também em alguns bastante tradicionais. A família, ao contrário de como foi por muito tempo compreendida, em especial antes de uma percepção de sua estrutura generificada, não está de nenhuma maneira isenta de relações de poder. Não desejamos, contudo, defender uma visão “essencialista” ou “diferencialista” sobre as identidades e subjetividades destes homens e mulheres, jovens e adultos; pelo contrário, procuramos enfatizar ao longo do trabalho que estas são constituídas num contexto histórico e cultural específico, seja ele visto do ângulo que for: o Ocidente moderno, a sociedade brasileira ou a própria realidade vivida pelos agentes que nos doaram suas histórias.

Mais do que representações construídas, reproduzidas e negociadas na existência cotidiana e sintetizadas nas biografias de cada um dos entrevistados, são esta fonte de nossa subordinação ou de nosso “amor pelo destino social”, que mesmo que tentemos refutar estão arraigadas em nossos sistemas subjetivos. Embora também não possamos ignorar o embate real em andamento entre posturas mais tradicionais e posturas mais democráticas ou igualitárias – e por que não da subversão do gênero –, como apreendemos no “caso das cuecas” ou na crítica a uma “mãe machista”; e como também diversas pesquisadoras feministas puderam registrar em suas próprias empreitadas com as quais nos propomos dialogar.

Embora sem denegar esta caminhada rumo a uma maior emancipação – que tomamos aqui como a promessa da modernidade reflexiva tal qual sob o olhar de Giddens (1993), como uma reestruturação da intimidade como valorização da diferença sobre os padrões hegemônicos que postulam o consenso –, desde o princípio enfocamos em um objeto que tende à reprodução. É justamente esta suposta “normalidade” acaba por lhe garantir certa invisibilidade em meio às batalhas práticas e discursivas que a instituição família está vivendo. Procuramos contribuir com este olhar sobre famílias heterossexuais com arranjo

hegemônico de convivência, sem também querer estabelecer uma perspectiva determinista sobre este contexto específico; pois nenhum arranjo familiar específico parece estar isento das transformações da família em geral – a saber, que as pessoas escolham suas vidas mais em função de suas disposições emocionais do que sobre padrões sociais idealizados.

Retomamos agora alguns dos temas elencados na análise do material da pesquisa, que julgamos importantes para tecer nossas considerações finais. A manutenção do vínculo conjugal de longa data está, ao que parece, ancorada em algumas noções muito próximas às derivadas do amor romântico, trazendo a tona elementos que dão a “base sólida” dos relacionamentos como o companheirismo e a complementaridade. A esta manutenção também se soma uma compreensão de curso de vida linear, no sentido de reproduzir uma trajetória padrão: trabalhar, casar, ter filhos, envelhecer, cuidar dos netos, etc. Como Giddens (1993) também salienta, quanto menos a trajetória linear padrão for rompida, menos potencial a pessoa tem de se tornar reflexiva, uma vez que a sua experiência de vida não prevê esta necessidade. Ligou-se a esta discussão uma sondagem sobre as crises do casal e as maneiras de resolvê-las, que parecem indicar uma habilidade construída de “lida emocional com o outro” – diretamente relacionada com os ideais de complementaridade e também com os papéis desempenhados por homens e mulheres dentro do casamento.

Com relação ao que chamamos de divisão sexual das tarefas, aglutinando uma série de assuntos pertinentes à discussão sintetizados na lida com a casa e a organização doméstica e familiar, surgem temas muito conhecidos para as pesquisadoras de família e trabalho. Na infância dos filhos, ambas as famílias relataram as dificuldades de conciliar estas duas instâncias, o que nos indica um problema que é sem dúvidas de caráter societário. No que diz respeito ao panorama atual destas histórias, a ideia de que as mulheres são as “donas” da casa e da família é muito evidente, como já havíamos indicado pelas assertivas de Thorne (1982). Esta parece ser paradoxalmente uma grande fonte de *realização* e *sofrimento*. A “lida com a casa”, o ideal “extremo do bom” que as mulheres procuram administrar com destreza é, como apontamos diversas vezes, uma fonte inesgotável de conflito. Isso permite, com certa margem de segurança, inserir os casos num registro maior: como sintoma de representações de gênero e dispositivos de dominação de gênero. Não caberia aqui colocar a expressão “dominação masculina”, uma vez que as mulheres não são “forçadas” em sentido mais coercitivo por seus maridos e filhos a desempenhar a limpeza da casa e a sua manutenção de maneira global. Mas é através de mecanismos de *internalização* (e certamente isto está ligado com o sentimento de culpa) – que foram muito precocemente dispostos em suas infâncias – que este aspecto da vida familiar funciona. Como já havíamos apontado, esta aparência de “naturalidade” é que

parece infligir o sofrimento psicológico que daí deriva, e os conflitos que são efeitos de sua exteriorização.

Sobre a relação entre as mães com os filhos e os pais com os filhos, observamos diferenças e também um caráter generificado mais tradicional: a mulher é a porta voz mais direta da afetividade, e o homem é alguém que se envolve de forma mais superficial com os filhos, o que também lhe garante um *quantum* a menos de sofrimento em nome destes. Esta diferença de tom na relação de amor e autoridade com os filhos extravasa para o casal, e é também uma fonte de possíveis conflitos na sua relação. Sistematizo aqui algumas das expressões nativas pelas quais estas mulheres foram referidas ou se auto-referiram: a “mãezona”, a “sargentona”, um “touro”, uma “leoa” e uma “galinha choca”. Estas figuras metafóricas descritas nestas inúmeras analogias encarnam um equilíbrio instável entre amor e dominação.

Em consonância com estes poderes é que colocamos nossa discussão sobre a autonomia dos filhos no seio da família. Primeiramente analisando do ponto de vista da sociabilidade, e afunilando isto para o caso particular da sexualidade. Neste terreno encontramos ainda uma série de tabus vigentes, como o duplo padrão de moralidade sexual e o exercício de controle diferenciado e maior sobre o corpo feminino. Embora, como apontamos, muitos pais afirmem que a “virgindade é coisa do passado”, este posicionamento “liberal” é rapidamente desmontado nos dois casos estudados, indicando um quadro subjetivo muito mais complexo. Isso demonstra que ainda temos um longo percurso para que se concretize e se dissemine uma cultura sexualmente emancipada.

Quando nos debruçamos sobre as relações entre os irmãos, podemos observar muito claramente as disposições de personalidades – reino da subjetividade – em relação com as representações de gênero. Enfatizamos esta relação aqui, que mostra através daquilo que chamamos de “sentimento de desigualdade de amor” e o jogo de difícil acomodação dos temperamentos individuais dentro de um universo ao mesmo tempo íntimo e coletivo.

A questão do “ciclo de vida” se clareia quando observamos o relato da saída de um membro e a morte dos pais idosos. Talvez neste momento é que tenhamos explicitado, ainda mais do que no caso das tarefas domésticas, a “relação tóxica” que muitas mulheres desenvolvem com o seu círculo familiar, dando-se tanto para o “outro” que não lhes sobre nada para si. Neste ponto também encontramos preciosas mostras de como o gênero organiza a experiência e a subjetividade: nada se compara a tristeza da mãe, dizem os entrevistados; esse ser quase “inessencial”, tomando novamente de empréstimo as belas palavras de Beauvoir.

Quando ao final analisamos a tensão da “ambiguidade sociológica da família”, sugerida por Vaitsman (1994), estes múltiplos significados parecem se condensar. Uma tensão entre a fragmentação individual e a segurança. O que aparece na fala dos entrevistados é mais do que uma representação sobre a família, é um “desejo de família”. Embora, repito, sem buscar defender o padrão *standard* de família, acredito que seja defensável que os indivíduos se possam alojar em algum espaço diante de um mundo, aparentemente, cada vez mais fragmentado. Este “desejo de família”, contudo, pode ser questionável se mostra que apenas dentro destes parâmetros da “família saudável” é que se pode obter tal segurança. Certamente não é o caso; pelo contrário, arranjos não hegemônicos de convivência familiar – como mostram diversos teóricos(as) e pesquisadores(as) – propiciam uma experiência mais democrática e inclusiva na organização das relações e do lar que as respaldam.

A existência de papéis mais fixados nestes ambientes se potencializa no intuito de promover a manutenção de tal normalidade. Não julgamos necessário tentar estabelecer uma ordem causal entre estas duas dimensões, basta dizer que elas se retroalimentam. Como emprestamos em alguns momentos a ideia de “gaiola dourada” para descrever este processo ou esta “afinidade eletiva” na expressão emprestada por Weber, que enfatiza esta espécie de prisão identitária internalizada ou subjetivada. É evidente que estes processos podem assumir outras formas que não somente a do fetiche doméstico ou maternal que chamamos atenção, e que este também não é igual em qualquer tempo e contexto. E se há um momento em que estas disposições estão balançadas, é com as disputas atualíssimas em torno do próprio conceito de família. Explico em conjunto a expressão provocadora que usamos no título do trabalho: “Por mim ou pelos outros?” Novamente temos em mente a “ambiguidade” entre o indivíduo e o grupo familiar, uma tensão que se expressa, poderíamos dizer, de inúmeras formas em inúmeras outras instituições, na busca de equilíbrio entre o “um e o múltiplo” como Roudinesco (2003) previa.

Se há, na atual conjuntura social e política que vivemos, e na análise sempre fragmentada que podemos fazer de uma estrutura assim tão abstrata, acredito que ela esteja justamente oportunizada pela co-existência de uma diversidade de arranjos familiares e pela tentativa de positivar estas diferenças, torná-las todas legítimas, como num imperativo da experiência ao invés do imperativo do padrão. Primeiro retomo o esclarecimento, como também informam diversas pesquisas, a “família nuclear” nunca foi assim tão factual e distribuída, ainda menos no Brasil. Deste flanco derivam as atuais brigas de legitimidade: seja no amparo legal às parcerias homoafetivas, no vínculo adotivo, na monoparentalidade, nas famílias com os mais diversos formatos. Esta é a oportunidade para que sejamos de fato

“flexíveis e plurais”, incluindo neste o modelo mais antigo, pois não nos cabe lançar sobre ele qualquer preconceito, invertendo a ordem da opressão. Já é algo de transformador aquilo que Scott (1990) postula, que se tornou um slogan do feminismo: “o privado também é político”.

Por último, gostaria de me posicionar como pesquisadora-aprendiz neste quadro todo. Como procurei indicar, o ir e vir entre o trabalho conceitual e o descritivo não é uma tarefa fácil. Compreendo diversos aspectos pelos quais este trabalho tem limitações. Contudo, gostaria de reforçar a ideia de que este foi um primeiro exercício de inserção de campo e trabalho de análise; que como qualquer artesanania só progride através de um constante estado de alerta reflexiva.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Isabel Mendes. **Maternidade**: um destino inevitável? Rio de Janeiro: Campus, 1987.

ALVARENGA, Augusta Thereza; SCHOR, Néia. *Contracepção feminina e política pública no Brasil: pontos e contrapontos da proposta oficial*. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 7, n. 1, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12901998000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 dez 2010.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. *Percepção e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil*. In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. (orgs) **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p.15-77.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 2006

AZEVEDO, Mariana Corrêa de. **Esclarecimento, pessimismo cultural e natureza decaída: a fundamentação psicanalítica da crítica da Razão em Theodor W. Adorno**. Orientador: Professor Alexandro Dantas Trindade. Curitiba: UFPR, ago 2008. Monografia (Graduação em Ciências Sociais).

AZEVEDO, Mariana Corrêa de. *Horizontes epistemológicos para o estudo da família contemporânea: psicanálise, feminismo e subjetividade*. **Anais do I Seminário Nacional de Sociologia & Política**. Curitiba: UFPR, 2009. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT1/EixoI/horizontes-epistemologicos-Mariana-Correa-Azevedo.pdf>> Acesso em: 20 set 2011.

AZEVEDO, Mariana Corrêa de. *Refletindo sobre a hegemonia: relações de gênero e geração em famílias de camadas médias*. **Anais do Congresso Internacional Fazendo Gênero 9**. Florianópolis: UFSC, 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277944679_ARQUIVO_FazendoGenero9_trabalhocompleto_.pdf> Acesso em: 21 set 2011.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. São Paulo: Círculo do Livro, 1992.

BADINTER, Elisabeth. *A mãe perfeita é um mito*. **Revista Veja**, São Paulo, n.2226, entrevista concedida a Monica Weinberg, 2011.

BANDEIRA, Lourdes. *Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006*. **Sociedade & Estado.**, Brasília, v. 24, n. 2, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922009000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 jan 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor Líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2004.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo I**: Fatos e mitos. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.

BECKER, Howard S. *Sobre Metodologia*. In: **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997. p.17-46

BECKER, Howard S. **Segredos e Truques da Pesquisa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009a.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009b.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Lorena Bernardete. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

CHODOROW, Nancy. **Psicanálise da maternidade**: uma crítica a Freud a partir da mulher. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2002.

CORRÊA, Mariza. *Repensando a Família Patriarcal Brasileira (notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil)*. In: ALMEIDA, Maria Suely Kofes et al. **Colcha de Retalhos**: estudos sobre a família no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982. p.13-38.

D'INCAO, Maria Ângela. *Mulher e família burguesa*. In: PRIORE, Mary del. (org) **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006. p.223-240.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

FONSECA, Cláudia. *De família, reprodução e parentesco: algumas considerações*. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.29, 2007. p.9-35.

FONSECA, Cláudia. *Homoparentalidade: novas luzes sobre o parentesco*. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.16, n.3, 2008, p.769-783. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2008000300003&script=sci_arttext> Acesso em: 10 set 2011.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FREUD, Sigmund (1996a). *Feminilidade*. In: **Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud** (vol. XXII). Rio de Janeiro: Imago. p.133-134.

FREUD, Sigmund. (1996b) *Mal-Estar na Civilização*. In: **Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud** (vol. XXI). Rio de Janeiro: Imago. p.66-148.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2006.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

GOLDENBERG, Mirian. **De perto ninguém é normal: Estudos sobre corpo, sexualidade, gênero e desvio na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz (orgs). **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

HEILBORN, Maria Luiza. **Dois é Par: Gênero e Identidade sexual em contexto igualitário**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

HEILBORN, Maria Luiza; AQUINO, Estela M. L. e KNAUTH, Daniela Riva. *Juventude, sexualidade e reprodução*. **Cadernos de Saúde Pública**, vol.22, n.7, 2006, p. 1362-1363. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v22n7/01.pdf>> Acesso em: 27 mar 2011.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. *Novas configurações da divisão sexual do trabalho*. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, 2007, p.595-609. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 jul 2010.

IBGE. **Síntese dos Indicadores Sociais**: Uma análise das condições de vida da população brasileira. 2010. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicadores2010/SIS_2010.pdf> Acesso em: 27 nov 2011.

KEHL, Maria Rita. **Deslocamentos do Feminino**. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

MACHADO, Lia Zanotta. *Famílias e individualismo: tendências contemporâneas no Brasil*. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 5, n. 8, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832001000100002&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 20 dez 2010.

MATOS, Marlise. **Reinvenções do vínculo amoroso**: cultura e identidade de gênero na modernidade tardia. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.

MELLO, Luiz. *Outras famílias: A construção social da conjugalidade homossexual no Brasil*. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.24, 2005, p.197-225. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332005000100010&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 31 jan 2011.

MELLO, Luiz. *Familismo (anti)homossexual e regulação da cidadania no Brasil*. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 2, 2006, p. 488-496.

MELMAN, Charles. *A psicanálise não promete a felicidade*. São Paulo, **Revista Veja**, n.2058, entrevista concedida a Ronaldo Soares, 2008.

MILLS, Charles Wright. *Do Artesanato Intelectual*. In: **A Imaginação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. p.211-243.

MOREIRA, Maria Ignez Costa; RIBEIRO, Sônia Fonseca; COSTA, Karine Ferreira. *Violência contra a mulher na esfera conjugal: jogo de espelhos*. In: COSTA, Albertina de

Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. (orgs) **Entre a virtude e o pecado**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p.169-189.

PEDRO, Joana Maria. *A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração*. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.23, n.45, 2003a, p.239-260. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882003000100010&lang=pt> Acesso em: 26 nov 2011.

PEDRO, Joana Maria. *As representações do corpo feminino nas práticas contraceptivas, abortivas e no infanticídio – século XX*. In: MATOS, Maria Izilda Santos; SOIHET, Rachel. (orgs.) **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003. p.157-176.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A Família em Desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

RUBIN, Gayle. *Reflexionando sobre el sexo: notas para uma teoría radical de la sexualidad*. In: VANCE, Carole. (org.) **Placer y peligro: explorando la sexualidad femenina**. Madrid: Revolución Madrid, 1989. p.113-190.

RUBIN, Gayle. *O Tráfico de Mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo*. **Edição S.O.S Corpo**, Recife, 2003, p.1-32.

RUBIN, Gayle; BUTLER, Judith. *Tráfico sexual: Entrevista*. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.21, 2003, p. 157-209. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332003000200008> Acesso em: 10 set 2011.

SALEM, Tania. **O casal grávido: disposição e dilemas da parceria igualitária**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SALEM, Tania. *Entrevistando Famílias: notas sobre o trabalho de campo*. In: NUNES, Edson de Oliveira de. **A Aventura Sociológica: Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p.47-64.

SCAVONE, Lucila. *Estudos de gênero: uma sociologia feminista?* **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.1, n.16, 2008a, p. 173-186. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000100018&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 31 jan 2011.

SCAVONE, Lucila. *Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero*. In: **Dar e cuidar a vida: feminismo e ciências sociais**. São Paulo: UNESP, 2004. p.171-186.

SCAVONE, Lucila. *Políticas feministas do aborto*. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, 2008b, p. 675-680.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v.16, n.2, 1990, p.5-22.

SCOTT, Joan. (1994) *A mulher trabalhadora*. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. (orgs.) **História das Mulheres no Ocidente**. Volume 3. São Paulo: Edições Afrontamento, 1994. p.443-475.

SHORTER, Edward. **A Formação da Família Moderna**. Lisboa: Terramar, 1975.

SINGLY, François de. **Sociologia da família contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SOUZA, Jessé. *Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira*. **Tempo Social**; USP, São Paulo, v.1, n.12, 2000, p. 69-100.

THORNE, Barrie. *Feminist Rethinking of the Family: An Overview*. In: THORNE, Barrie; YALON, Marilyn. **Rethinking the Family**: Some Feminist Questions. Nova Iorque: Longman, 1982. p.1-24.

UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz; GROSSI, Miriam. *Conjugalidades e parentalidades de gays, lésbicas e transgêneros no Brasil*. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 2, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000200008&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 31 jan 2011.

VAITSMAN, Jeni. **Flexíveis e Plurais**: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VELHO, Gilberto. *Família e subjetividade*. In: ALMEIDA, Angela Mendes de (org.). **Pensando a família no Brasil**: da colônia à modernidade. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987. p.79-87.

VELHO, Gilberto. **Subjetividade e Sociedade**: uma experiência de geração. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2006.

WACQUANT, Löiq. *O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal*. **Revista de Sociologia & Política**, Curitiba, n.19, 2002, p.95-110.

WEBER, Max. *A Ciência como vocação*. In: **Ciência e Política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2004. p.15-52.

WEEKS, Jeffrey. **The World We Have Won**. Nova Iorque: Routledge, 2007.

WEEKS, Jeffrey. *O corpo e a sexualidade*. In: LOURO, Guacira Lopes (org.) **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p.35-82.

WOLF, Naomi. **Promiscuidades**: a luta secreta para ser mulher. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

ZALUAR, Alba. *As mulheres e a direção do consumo doméstico: Estudo de papéis familiares nas classes populares urbanas*. In: ALMEIDA, Maria Suely Kofes et al. **Colcha de Retalhos**: estudos sobre a família no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982. p.161-184.